

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profª Juleusa Maria Theodoro Turra

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal, 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXX - Nº 171 ISSN-0101-4919 OUTUBRO - DEZEMBRO 1998

SUMÁRIO

Uma ópera sobre a Noite de São Bartolomeu	315
Odilon Nogueira de Matos	
A problemática do imaginário urbano	323
Ulpiano T. Bezerra de Meneses	
A nova edição dos "Diálogos das Grandezas do Brasil"	334
Leonardo Dantas Silva	
Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg	341
Gilberto E. Chaudon	
"Medicina Theológica": ousadas terapêuticas do Dr. Francisco de Melo Franco	344
Fábio Lucas	
Prisões inglesas e Metodismo	350
Fernando Whitaker da Cunha	

"Canudos": um artigo da NBH	353
Adelino Brandão	
As ciências na Roma antiga	357
João Ribeiro Júnior	
A agonia de uma cidade	366
B. P. Bittencourt	
História da vida do Professor Desidério Aytai contada por ele mesmo	369
100 anos atuando no ensino superior	374
Geraldina Porto Witter	
Uma rua batiza uma Revolução: a propósito da "Praieira"	376
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
De uma pasta de velhos recortes	
Alguma coisa sobre a escravidão e o negro no Vale do Paraíba	382
Ermani Silva Bruno	
Memória Campineira	
Crônica de um cruzeiro	389
Júlio Mariano	
Textos (sugestões para seminários)	
Escravidão criminosa (José Bonifácio)	392
A autoridade política (Diderot)	393
Vultos da Historiografia Brasileira	
Amaro Quintas	395
Seleta	
Causas da derrocada (da Revolução Pernambucana de 1817)	398
Amaro Quintas	
Rabiscos de um escrevinhador	
Evocação plena de sentido humano	407
Por que não um outro "Livro do Centenário"?	409
A propósito do quarto centenário beneditino	410
A propósito de Sérgio Milliet no seu centenário	412

UMA ÓPERA SOBRE A NOITE DE SÃO BARTOLOMEU

Odilon Nogueira de MATOS

As lutas religiosas do século XVI, em que se engalfinharam católicos e protestantes, constituem um dos acontecimentos mais importantes da história européia, principalmente pelas suas conseqüências políticas. Na França, sobretudo, atingiram elas tal grau de intensidade, que exerceram profunda influência em todos os setores da vida nacional, atingindo muitas vezes aspectos realmente trágicos, como ocorreu na famosa noite de 24 de agosto de 1572, a chamada "Noite de São Bartolomeu". A própria história brasileira conheceu, em seu início, um episódio intimamente ligado a esses conflitos religiosos da França. Referimo-nos à aventura francesa de 1555, sob os auspícios de um nobre protestante - o Almirante Coligny - e da qual resultou, como é sabido, a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Tal aventura durou pouco: destinada a ser um núcleo para protestantes perseguidos, a França Antártica (que foi como chamaram à colônia) assistiu desde logo às mesmas rivalidades político-religiosas, as quais levaram-na ao fracasso. Ficaram, dessa aventura, dois depoimentos altamente valiosos - os livros de Jean de Léry e de André Thevet - que nos oferecem um quadro real das dificuldades criadas, entre os próprios franceses, pelas disputas religiosas, transplantadas com os colonos para a banda de cá do Atlântico.

Não é nosso intuito, entretanto, nestas linhas, tratar dessas lutas, nem do seu significado político-religioso. Queremos, apenas, lembrar que o assunto serviu de tema a uma ópera, que, embora um tanto esquecida em nossos dias, teve, na época, grande êxito, apontada como um dos mais importantes exemplos de óperas da chamada "escola francesa". Trata-se de **Os Huguenotes (Les Huguenotes)**, de Meyerbeer.

Tipo curioso este Meyerbeer! Espécie de judeu internacional, nasceu na Alemanha em 1791, iniciou a carreira na Itália, mas foi na França que se sentiu à vontade para realizar suas obras mais importantes, pois o teatro lírico francês evoluía em sentido muito de acordo com o seu temperamento. É considerado, porisso, um dos criadores da "Grand Opera", tão do agrado do povo francês na metade do século passado. Na capital francesa faleceu em 1864.

Seu nome verdadeiro era Jacob Beer. Um tio, banqueiro riquíssimo, de sobrenome Meyer, protegeu-o largamente para que pudesse dedicar-se inteiramente à música, exigindo, em troca, apenas que adotasse o seu nome. E assim Jacob Beer transformou-se em Jacob Meyer-Beer. Pouco depois suprimiu o hifen e tornou-se Meyerbeer. No tempo em que viveu na Itália, italianizou o nome para Giacomo. Em Paris, voltou a ser Jacob. Antes de **Os Huguenotes**, já se tornara conhecido por diversas óperas como "A porta de Brandemburgo", "Romilda e Costanza", "Semiramide riconosciuta", "Emma di Resburgo", "Margheria d'Anjou", "Il crociato in Egitto", todas sobre textos italianos ou alemães, e "Robert, le diable", sobre texto francês, de Scribe. Todavia, foi com "Os Huguenotes" que Meyerbeer se tornou inquestionavelmente a figura dominante do texto lírico francês, exercendo uma influência considerável que durou mais de meio século, formando numerosos discípulos. "Durante três quartos de século - afirma seu biógrafo Dauriac - imperou sobre o teatro musical francês". Depois de "Les Huguenotes", que data de 1836, escreveu "Ein Feldlager in Schlesien", "Le Prophète", "L'Etoile du Nord", "Dinorah" e "L'Etoile du Nord", "Dinorah" e "L'Africaine", sua última obra, que o compositor não chegou a ver encenada, pois a primeira representação teve lugar alguns meses após o seu falecimento.

A ópera "Os Huguenotes", tal como todas as obras de Meyerbeer, caracteriza-se, antes de tudo, pela preocupação de efeito, o que, aliás, é um traço marcante da "Grand Ópera" dos franceses. Preocupação de efeito que, não raro, levava autor a alterar o texto ou a cometer verdadeiros absurdos, inconcebíveis no teatro atual, mas aceitável na época. Um exemplo parece-nos suficiente para mostrar até onde ia a preocupação de efeito em Meyerbeer. Quando estava compondo "O Profeta", em 1849, os patins constituíam uma novidade que estava empolgando o povo francês. Não havia localidade na França, desde a

capital até a menor aldeia do interior que não tivesse seu clube de patinação. Meyerbeer imaginou o efeito extraordinário que obteria se colocasse um bailado de patinadores em sua ópera. Deve-se observar, de passagem, que a ópera francesa da época não dispensava o bailado que, convencionalmente, era sempre posto no início do terceiro ato. E Meyerbeer, se bem pensou, melhor o fez. Ao levantar-se a cortina para o terceiro ato de "O Profeta", a assistência se extasiou com o bellissimo bailado de patinadores.

No entanto, a ação da ópera decorre quase trezentos anos dos patins serem inventados! Não tinha importância tal anacronismo. A preocupação de efeito justificava tudo.

O texto de "Os Huguenotes" foi escrito por Scribe e a estréia da ópera realizou-se em 29 de fevereiro de 1836. A ação decorre em agosto de 1572. Das oito guerras civis que devastaram a França na segunda metade do século XVI, a terceira, começada em 1568, tinha terminado em 1570 pela paz de Saint-Germain, segundo a qual os protestantes seriam tolerados. Em 1572 Margarida, irmã de Carlos IX, rei da França, casou-se com Henrique de Navarra, cuja progenitora era calvinista. Muitos nobres protestantes - entre os quais o Almirante Coligny - assistiram ao matrimônio, que viria, segundo se acreditava, pôr fim às querelas religiosas. Todavia, mais ou menos uma semana após as bodas, na noite de São Bartolomeu, os católicos chacinaram vários milhares de protestantes. É nessa atmosfera de fanatismo religioso que se passa a ação principal da ópera de Meyerbeer.

O triângulo amoroso (que não pode faltar numa ópera romântica) é constituído pelo protestante Raul, pela católica Valentina e pelo Conde Nevers, nobre católico a quem Valentina havia sido dada em casamento e que passa por ser (pelo menos na ópera) um dos chefes do partido católico, justamente a quem devia caber a execução da matança de São Bartolomeu. Entretanto, não concordando Nevers com os planos trágicos dos católicos, recusa-se a esse mistér, pelo que é preso e condenado à morte. Isto permite a Valentina, já no fim da ópera, voltar-se para Raul, a quem sempre amara e, já às portas da morte, abjurar a fé católica e unir-se ao seu amado, que se mantém, assim, fiel à fé evangélica. Isto seria muito pouco para uma ópera. Ou melhor, se fosse apenas isto, não passaria a obra de Meyerbeer de um dramalhão como

existem às dezenas no teatro lírico de todos os países. Há, entretanto - conforme lembra Newman, que tão bem analisou a obra - em "Os Huguenotes" um significado mais profundo e este é o "choque entre a fé protestante e a fé católica", muito mais importantes do que o simples episódio amoroso de Raul e Valentina.

Para o prelúdio da ópera, Meyerbeer utilizou o famoso hino de Lutero "Ein feste Burg ist unser Gott", cuja tradução correta seria "Nosso Deus é uma cidade fortificada" (ou uma "cidadela", como se diria em linguagem militar), uma cidadela contra a qual não têm poder as forças do mal. Todavia, numa tradução feita em fins do século passado por um pastor congregacionalista da chamada Igreja Fluminense, o reverendo João Gomes da Rocha, e que figura nos hinários protestantes, suas primeiras palavras dizem "Castelo forte é o nosso Deus", tradução um tanto pleonástica, mas de bom efeito literário e, além do mais, atendendo perfeitamente à métrica para que o hino possa ser cantado com a melodia original. É, pois, sob esta denominação de "Castelo forte" que a ele nos referiremos sempre que necessário nestas notas. Esse hino de Lutero tem enorme significação histórica para a Igreja Reformada, a ponto de Heine o haver denominado a "Marselhesa do Protestantismo". Dos muitos hinos atribuídos a Martinho Lutero, este se tornou mais popular, sendo cantado em todas as igrejas evangélicas do mundo, inclusive no Brasil, nas quais figura com a já mencionada tradução de João Gomes da Rocha. Era mesmo o hino preferido do grande reformador. Algumas circunstâncias especiais tornaram-no famoso e o próprio Lutero gostava de cantá-lo nos momentos difíceis de sua vida, como, por exemplo, por ocasião da dieta de Worms. Inspirado nas palavras do salmo 46 (ou 45, segundo algumas versões) "Deus é para nós refúgio e fortaleza", o hino traduz, do primeiro ao último verso, uma confiança inabalável no poder de Deus. Numerosos compositores ligados à Igreja Reformada escreveram obras inspiradas nesse hino, sendo a mais importante de todas a Cantata nº 80, de João Sebastião Bach, escrita especialmente para o dia da Reforma (31 de outubro), data festivamente comemorada na comunidade protestante, especialmente na Igreja Luterana. Mesmo os compositores do período romântico, Mendelssohn, Wagner e Max Reger, entre outros deixaram obras utilizando o famoso coral de Lutero. Ocaso de Mendelssohn é digno de registro. Todo o último movimento de sua quinta sinfonia, escrita em 1829 para celebrar

o terceiro centenário da confissão de Augsburg - e que se tornou, por isso, conhecida por "Sinfonia da Reforma" - é construído sobre uma série de variações em torno do hino de Lutero.

Meyerbeer, utiliza-o como lembramos, no prelúdio de sua ópera "Os Huguenotes", e em diversos passos da obra apresenta-o como um símbolo do protestantismo militante. De fato, todas as vezes, durante o drama, em que Raul parece vacilar na sua fé ou em sua moral, é ao som do "Castelo forte" que ele é chamado à realidade. Quem disto se incumbem é Marcelo, soldado rude e valente, ajudante de ordens de Raul. Este Marcelo é, talvez, a figura mais interessante da ópera, apresentado por Meyerbeer e por Scribe como a encarnação do protestantismo intransigente. Logo na primeira cena - uma reunião festiva em casa de Nevers, aonde Raul comparece como convidado especial e onde, após muito vinho, os ânimos se exaltam e os costumes se relaxam - surge Marcelo a lembrar ao seu amo o caminho do dever, e o faz ao som do hino de Lutero. Assim também quando recusa o convite para participar das bebidas, mas accede em cantar, o que canta não é senão uma famosa canção protestante tornada célebre no cerco de La Rochelle, e que é, em si, uma expansão de ódio implacável aos católicos. Mais tarde, no segundo ato, em casa de Margarida de Valois, quando todos, católicos e protestantes, juram fidelidade ao rei - "Pela vossa honra, pelo nome de nossos antepassados, pelo rei, por nossas espadas, por Deus que descobre e pune os traidores, juramos eterna amizade" - Marcelo é o único que não toma parte no juramento; canta com os demais, mas suas palavras são uma ameaça de guerra eterna a Roma e a tudo o que se relaciona com o catolicismo.

Margarida de Valois, no intuito de apaziguar os ânimos de católico se protestantes, urdiu um plano para casar Raul com Valentina, aquele "descendente de uma importante família huguenote" e esta "filha do conde católico de Saint-Bris". Para isso, convidou Raul para uma recepção em seu palácio, mas o jovem protestante, ao ver que Valentina é a mesma que fora prometida em casamento a Nevers, recusa-se a aceitá-la como noiva e esta recusa ofende gravemente os nobres católicos que juram vingar-se de Raul. O terceiro ato da ópera é todo dedicado à trama para o assassinato de Raul e ao casamento de Valentina com Nevers. O quarto ato (considerado pelos analistas da obra o melhor de toda a ópera) passa-se na véspera da noite de São Bartolomeu e é dedicado aos

preparativos para a matança dos huguenotes. Os esforços de Valentina, no ato anterior, para salvar Raul da cilada que lhe foi armada, tornaram o moço profundamente reconhecido e crente no amor da jovem. Por isso, ao iniciar-se o quarto ato, vem aos seus aposentos procurá-la a fim de despedir-se, pois sabe que seus dias ou, talvez, suas horas estão contadas. À entrada do pai e do esposo de Valentina, o jovem esconde-se e dessa maneira ouve toda a conversa sobre a chacina projetada. Nevers mostra-se horrorizado com a frieza com que a mortandade é planejada. Entre seus antepassados - diz ele apontando para os retratos que forram a parede - "contaram-se muitos soldados, mas nunca um assassino", e quebra a espada no joelho a fim de poupá-la à desonra. Esta atitude digna e altiva custa-lhe a prisão. Quanto a Saint-Bris, pai de Valentina, que não concebe dúvidas nem sente remorsos em assuntos desta natureza ("cette cause sainte"), coloca-se agora à vontade para ordenar o massacre. Todos os pontos estratégicos deverão ser ocupados, em silêncio, pelos fiéis; um deles se encarregará de matar Coligny, outro de atacar a casa onde os chefes protestantes participam duma festa dada por Margarida. Ao primeiro toque do sino da Igreja de Saint-Germain, os soldados católicos deverão estar preparados em seus esconderijos, espalhados por toda a parte; ao segundo sinal, sairão a correr para a carnificina. A música de Meyerbeer durante esta cena é rica de violento nervosismo. Entram três monges carregando cestas com faixas brancas, as quais servirão para identificar os católicos durante o massacre. Segue-se a benção das espadas e dos punhais. Ao abençoar as armas, os religiosos recomendam aos soldados que não poupem ninguém na chacina. O conjunto musical é tratado de modo verdadeiramente "furioso", com os conspiradores avançando até o proscênio e brandindo suas armas. Após uma última exortação de uns aos outros para guardarem segredo, deixam o palco em silêncio, devendo-se encontrarem novamente à meia-noite. Raul, que, como vimos, assistiu, escondido, toda esta cena, sai de seu esconderijo e apressa-se a fim de prevenir do trágico plano seus irmãos na fé. Resiste a todas as súplicas de Valentina para ficar em sua companhia a fim de poupar-se. Ao ouvi-la declarar-lhe que o ama, chega a acceder em ficar, mas as badaladas do sino de Saint-Germain (momento aprazado para o início da chacina) chamam-no à realidade e atira-se do balcão, desaparecendo na rua.

O último ato representa uma "barricada" protestante, em frente a um templo. Marcelo, gravemente ferido, dirige seus irmãos na

defesa final. Entra Raul anunciando que este último reduto huguenote está cercado e que, portanto, nada lhes resta senão a morte dentro de poucos instantes. Surge Valentina com o intuito de salvar o jovem. Oferece-lhe uma faixa branca para que possa escapar por entre as linhas inimigas e alcançar o Louvre, onde sua vida será poupada se abraçar o catolicismo. Poderão então - acrescenta ela - "colher a recompensa de seu amor, pois Nevers cairá muito oportunamente vítima dos assassinos". Raul hesita por um instante, mas as severas censuras de Marcelo (novamente com o motivo do "Castelo forte") o decidem a permanecer fiel até a morte. Isto impressiona Valentina, que, em crescente exaltação, declara que lhe mostrará como uma mulher sabe amar: arriscará sua alma tornando-se protestante, pois "o que importa é ficarmos unidos, no paraíso ou no inferno". Raul pede a Marcelo que faça as vezes de sacerdote, unindo suas mãos. Ouvem-se, no interior do templo, os acordes do "Castelo forte", cantado só por mulheres. Os enamorados caem de joelhos diante de Marcelo e segue-se o trio da benção nupcial. O coral é interrompido abruptamente: é que os católicos penetraram no templo e durante algum tempo só se ouve o rumor das armas e o grito dos soldados que intimam os protestantes a retratarem-se ou morrerem, alternando suas imprecações com os últimos fragmentos esparsos do hino de Lutero. Cessada a faina sanguinária no interior do templo, Raul, Valentina e Marcelo ajoelham-se em oração. De repente, Marcelo se levanta num êxtase de exaltação religiosa e canta, descrevendo a visão do paraíso que tem diante dos olhos: "Ah! voyez! le ciel s'ouvre et rayonne!" Aproximam-se os soldados que lhes oferecem três faixas brancas, numa última oportunidade para abjurarem. Todos recusam-nas. Avançam lentamente entoando o "Castelo forte" e desafiando seus inimigos, os quais, afinal, arrastam-nos para a rua onde são supliciados.

Eis, em linhas gerais, o drama de Scribe, sobre o qual Jacob Meyerbeer escreveu sua famosa ópera. Além do interesse histórico, a obra tem valor musical, podendo, mesmo, ser considerada a obra prima do compositor franco-alemão. Naturalmente, o libreto um tanto complicado, a montagem nem sempre fácil de algumas cenas, a excessiva preocupação de efeito que, conforme mostramos, sempre foi muito da natureza de Meyerbeer, além da dimensão excessiva, pois sua representação integral leva mais de três horas, tudo isso contribuiu para um certo esquecimento da partitura de Meyerbeer, o que, aliás, aconteceu

com todas as suas óperas e, mais ainda, com quase todas as óperas francesas dessa época. Convém lembrar, entretanto, que a grande obra de Meyerbeer, que vimos de analisar, está salva para a posteridade, graças a uma gravação integral que dela se fez há pouco, na Inglaterra, sob a direção de Richard Bonyngue, um dos maiores regentes da atualidade, que encontrou em Joan Sutherland, uma das maiores cantoras líricas deste século (aliás sua esposa) a interprete ideal para o papel de Valentina. Aliás, todo o elenco escolhido pelo grande regente australiano é de primeira ordem, incluindo o conjunto coral da "Ambrosian Opera Chorus" e a orquestra "New Philharmonia", de Londres. Por isso tudo, constitui uma das mais perfeitas gravações integrais de óperas já levadas a efeito.

Mais ainda: há poucos anos, Joan Sutherland, julgando, prudentemente, dar por encerrada sua brilhantíssima carreira de cantora lírica, talvez pelo cansaço ou desgaste natural dada sua enorme atividade, escolheu, para seu "festival de despedida", na Ópera de Sidney, precisamente "Os Huguenotes", em grandioso espetáculo também dirigido pelo seu esposo, e, desta vez não apenas em gravação, mas em "video". Certamente, uma das mais perfeitas realizações da cena lírica de todos os tempos.

Com estas despreziosas notas pretendemos tão somente lembrar o interesse histórico e musical de uma obra que certamente jamais teremos oportunidade de assistir, dada a sua já mencionada inexequibilidade para o teatro moderno, mas que o milagre do disco preservou para o patrimônio cultural da humanidade. Lembraríamos, a título de curiosidade, que em São Paulo a ópera "Os Huguenotes" foi encenada quinze vezes, entre 1880 e 1925. Nesta última representação contou com um elenco de primeira ordem, embora cantada na versão italiana: o soprano Bianca Scacciati no papel de Valentina, o tenor inglês Sullivan como Raul, o barítono francês Armand Crabbé como Nevers e os baixos Tancredo Pasero e Giulio Cirino nos papéis de Saint-Bris e Marcelo, respectivamente. Não temos informes quanto ao Rio de Janeiro, mas queremos crer que lá tenha sido apresentado em igual número, pois, em geral, as temporadas líricas atuavam nas duas cidades. Mas, o certo é que desde 1925, o que vale dizer há mais de setenta anos, o Brasil não a assiste.

A PROBLEMÁTICA DO IMAGINÁRIO URBANO

Ulpiano T. Bezerra de MENESES
Departamento de História - FFLCH/LTSP

O propósito deste texto* é simplesmente introduzir a configuração do imaginário urbano enquanto fenômeno social. Há muita confusão a respeito, e, em geral, a superficialidade com que se fala de imaginário urbano compromete qualquer tratamento posterior que a ele se possa dar e impede o entendimento satisfatório de suas implicações. Assim, pareceu-me temeroso pretender abarcá-lo em suas múltiplas e intrincadas dimensões. Meu objetivo aqui, portanto, é somente traçar um perfil dessa problemática tão ampla: definir e mapear um determinado território, mas não percorrê-lo.

PREMISSAS

Como ponto de partida conviria refletir um pouco sobre o significado de termos como imaginário, imaginação e imagem.

Imagem é uma forma que serve de suporte a representações. Tais formas são variadas e integram aquela ampla "família de imagens" a que se referia W. Mitchell: imagens óticas, gráficas, perceptivas, mentais, verbais.

Imaginário, por sua vez, implica sistemas de imagens, imagens articuladas, com uma estrutura que precisa ser definida e com um funcionamento e dinâmica que é necessário analisar.

(*) Reproduzido, com pequenas alterações, da *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 55: p. 11-20, jan.-dez. 1997.

A *imaginação* é a capacidade de criar imagens. Castoriadis acredita que tal capacidade deva ser entendida em seu nível radical, em que esta criação se dá como instituição imaginária do real-sem referente prévio. Nós, entretanto, não precisamos reduzir o imaginário somente a esta função fundante.

Durante séculos a imaginação foi considerada como uma propriedade marginal, ou mesmo negativa, do ser humano. Em grande parte, tal postura tem a ver com o desprestígio em que os gregos antigos a colocaram, preocupados que estavam em conceituar o conhecimento liberando-o das aparências, do sensível. A imaginação, assim, situava-se do lado da ilusão, do engano. A expressão francesa, corrente ainda em nossos dias para referir-se à imaginação, "folle du logis" (a louca da casa) é significativa desse desprestígio: como em quase toda família há um membro mentalmente problemático, com o qual é preciso conviver, assim também era preciso abrigar a imaginação, mas com cautela. A dicotomia real/imaginário perdurou por muito tempo e só começou a ser superada na virada do século XIX. Mencionem-se, apenas para ilustração, o papel que tiveram na regeneração da imaginação (e do imaginário), os horizontes abertos pela Psicanálise para além do consciente e os estudos de Sociologia, Psicologia, Filosofia e Antropologia, que viram na imaginação um poder gerador poderosíssimo. Na perspectiva acima apontada, Castoriadis acredita na capacidade que tem a imaginação de propor uma forma nova, permitindo, pois, criar um mundo do qual, sem ela, nada poderíamos dizer. Aliás, segundo o mesmo pensador, o homem deveria ser definido não como um animal racional (já que a racionalidade está longe de constituir o objetivo ou o parâmetro de nossas ações), mas como um animal dotado da capacidade de imaginação.

A História, por sua vez, hoje incorporou ao seu repertório a temática do imaginário. Os horizontes abertos são amplísimos e fecundos, apesar de se ter criado, como em outros domínios que se tornaram moda (história do cotidiano, história das mulheres, das crianças, das minorias e dos excluídos, história das mentalidades, a micro-história e a história vista "de baixo", etc.), uma vala comum de mediocridade e descompromisso. Longe de tratar o imaginário como epifenômeno, a História tem procurado entendê-lo em sua dimensão produtora de realidade. E procura apreendê-lo, como faz Vovelle, em sua estrutura complexa, policêntrica, comportando bases e flutuações, organizando-se

por múltiplas articulações, como ciclos, "bacias semânticas" (por paralelismo, p. ex., com as "bacias leiteiras"), famílias, campos morfogenéticos, estilos de imaginação e assim por diante.

Cumprе ressaltar que *imagem*, *imaginário* e *imaginação* têm de comum o fato de se referirem à problemática do sentido, da significação. Estão aí envolvidos fenômenos de produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem e descarte de sentido-operações fundamentais na formulação e hierarquização dos valores gerados por uma sociedade e indispensáveis à sua organização. Surge daqui um traço que precisa ser ressaltado com veemência. Sentidos, valores, são construídos pela sociedade e, portanto, são mutáveis, contingentes, em uma palavra, *históricos*. Não são imanentes aos vetores que dão suporte às imagens. Tome-se, por exemplo, o caso, mais próximo de nossa área de interesse, das formas materiais como vetor do imaginário: assim um objeto, uma representação visual etc. Neles, de intrínseco, só existem as propriedades físico-químicas dos materiais de que se compõem. Os valores não estão neles. Tais propriedades intrínsecas, porém (forma, peso, massa atômica, textura, cor, etc.etc.) são mobilizadas diferencialmente pelas sociedades, nos processos de operação do sentido. Sentidos e valores são, portanto, *atribuídos* às coisas. Contudo, com freqüência intervém o mecanismo de retificação ou fetichização, por intermédio do qual há um deslocamento a partir da sociedade (isto é, das relações sociais) para as coisas. Seria ocioso apontar o caráter ideológico de tal deslocamento, que dá às coisas aparência de vida autônoma. É nesse contexto que se fala de valores universais: valores estéticos, cognitivos (entre os quais o histórico) e outros. O campo do patrimônio cultural ainda se encontra, entre nós, dominado pela ótica da reificação. Tanto assim que se mantém como preocupação fundamental para os profissionais e militantes a busca de índices, escalas ou termômetros que permitiriam, em confronto com o universo material, identificar com segurança aqueles itens passíveis de serem incluídos num arrolamento de "bens culturais". O ideal seria, nessa linha, um equipamento ou processo que indicasse quais objetos, por exemplo, espaços, estruturas, etc., estariam contaminados com uma espécie de vírus cultural, vírus estético, vírus histórico, devendo, por isso mesmo, sobressair dentre o restante. Vírus, obviamente, de alcance universal.

Reforça a necessidade de desfeticizar esse "patrimônio cultural" a consideração da natureza histórica da percepção. Lembre-se como grande parte dos vetores do imaginário, no domínio do patrimônio cultural-e, em particular, na visão da cidade como bem cultural-pressupõe o investimento dos sentidos e a relevância da percepção. Ora, não há percepções que possam ser reduzidas a uma expressão especificamente orgânica, biológica, fisiológica, universal. Ao contrário, hoje se vem consolidando o entendimento de que nas sociedades, ao longo da história, varia não só, por exemplo, o sentido dominante, que articula as percepções, mas também o jogo interno segundo o qual elas se organizam. A isto se acrescentam, como propõe Donald Lowe, a variabilidade dos meios de comunicação e a as diferentes *epistemes* que marcam determinados momentos. Daí a procura de caracterizar estruturas perceptivas como fenômenos históricos.

Em conseqüência, impõe-se distinguir as imagens de seus suportes. É na utilização documental desses suportes e fazendo uso de seu potencial indiciário (isto é, de sua capacidade de fornecer pistas) que podemos chegar ao estudo da imagem e do imaginário. Mas é apenas no âmago das relações sociais e no quadro das estruturas sociais que se produzem os valores e sentidos constitutivos da imagem e do imaginário. (É óbvio que estamos aqui falando da imagem e do imaginário *sociais*).

Esta inserção obrigatória de nosso problema no lugar que lhe é próprio-o universo social e não o universo material, a não ser na medida em que as coisas materiais funcionam como produtos e vetores da produção e reprodução social-obriga-nos a lembrar várias outras categorias próximas das de imagem, imaginário e imaginação e que precisariam estar também presentes em nossa reflexão, como as categorias de práticas e representações sociais.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Práticas e representações sociais são as duas faces da mesma moeda da vida social. A prática social é aquela intervenção concreta do homem no universo empírico. Mas essa prática, esse agir humano (social) não se faz às cegas, mecanicamente ou por instinto. Ele é induzido e conformado (tornado inteligível, desejável, legitimado, etc.)

pelas representações, que não ocorrem *a posteriori*, mas como ingrediente simultâneo da prática social.

O conceito de *representações* sociais dá conta da complexidade da imagem (imaginário, imaginação), sendo igualmente capaz de incorporar o que lhe for pertinente em conceitos como mentalidades, ideologia, valores, expectativas, além de outros, importantes para entender sua operação, como a memória.

Não é o lugar, aqui, de retrazar a formulação original do conceito com Durkheim e, depois, Mauss, preocupados com a construção social do conhecimento, e, em seguida, acompanhar sua retomada, a partir dos anos 60, pela Psicologia Social (p.ex., Moscovici, Jodelet, Farr, etc.), como sistema de referência que orienta as práticas, das quais se alimenta.

Roger Chartier completa o par solidário das *práticas e representações* referindo-se à *apropriação*, que pressupõe usos e funções diferenciais dos mesmos objetos, leituras plurais de indivíduos, grupos e da sociedade sobre os mesmos fenômenos e os variados cruzamentos possíveis. É de ressaltar que a noção de *apropriação* valoriza um conteúdo ativo, que faz com que o uso seja considerado como uma nova *forma de produção*. Assim, pensa ele, o conceito de *representação* permite designar e ligar três realidades essenciais: antes de mais nada, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo (as classificações) e que organizam os esquemas de percepção e avaliação a partir dos quais se orientam o julgamento e a ação. A seguir, também se designam as formas de exibição do ser social ou do poder político, tais como se dão a ver pela imagem, pelo rito, pela estilização da vida, por sinais ou dramatizações simbólicas. Enfim, há uma "presentificação" num representante (individual ou coletivo, consciente ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, assim dotado de continuidade e estabilidade.

IMAGINÁRIO URBANO. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS URBANAS

É, portanto, sob a égide do conceito de representações sociais que seria mais produtivo cuidar do problema do imaginário urbano.

Das premissas expostas conviria extrair alguns traços, negativos ou positivos, que merecem realce.

Em primeiro lugar, as representações urbanas não são mera conversão de um fato urbano (seja qual for a significação que a expressão recubra) a uma forma representativa dele. Nessa perspectiva, tal fato urbano teria uma exterioridade radical em relação ao agente social, ao habitante da cidade, que funcionaria como reles codificador. Igualmente, não podemos reduzir a representação social da cidade a uma mera expressão psicológica ou espiritual, nem a um estreito ato perceptivo ou cognitivo (sensações, opiniões, conhecimento científico, etc.). Assim, por exemplo vai-se além da percepção urbana, que os especialistas (principalmente os semiólogos, como. Lucrecia Ferrara) definem como a capacidade de gerar informação a partir de cortes seletivos na paisagem urbana). As representações urbanas, ao contrário, teriam que ser entendidas como *componentes da prática social global*. Não se trata de imagens como reflexos *a posteriori* de uma realidade objetiva. Trata-se de imagens imbricadas na prática (cotidiana) do espaço urbano, parte das relações sociais, aliás uma das condições de sua formação. Por isso elas podem considerar-se (como faz Godelier com as representações sociais em geral, assim como a linguagem), entre as forças produtivas. Não se esqueça, finalmente, que as representações sociais não escamoteiam a realidade do conflito-sempre presente na problemática do sentido.

O conceito de "patrimônio ambiental urbano" tem sido muito veiculado para referir-se à cidade enquanto objeto cultural. No entanto, raramente tal conceituação escapa aos riscos da fetichização, de que se falou acima. Assim o patrimônio ambiental urbano não poderia constituir-se, tão somente, de um conjunto de bens urbanos, de natureza variada, e dotados de valores próprios, inerentes a esses bens e que pudessem ser identificados pelo confronto com listas aprioristicamente elaboradas, universais e estáveis, de sintomas desses valores e sentidos. Muito pelo contrário, o que se tem no patrimônio ambiental urbano é um fenômeno social, que só pode ser apreendido no quadro das representações sociais do meio urbano. Para simplificar, neste texto, o que se deveria entender por "meio ambiente urbano", basta indicar o conceito-chave de *lugar*. Lugar, porém, definido primordialmente enquanto objeto (espacial) de práticas sociais. Assim, é claro que temos, também, séries de estruturas físicas, segmentos espaciais, objetos urbanos. Tais séries, porém, dizem

respeito aos suportes operatórios das representações urbanas e não constituem as representações urbanas. E, por força, as representações urbanas são, sempre, socialmente localizadas e historicamente contingentes. São necessariamente diversas e hierarquizadas em sociedades compartimentadas como a nossa. O patrimônio ambiental urbano seria, nesta ordem de considerações, uma variante operacional das representações sociais. Isto tudo implica que a problemática do patrimônio ambiental urbano só poderá ser convenientemente equacionada se nossa prioridade deslocar-se das coisas para as relações sociais ou, em outras palavras, se procurarmos examinar as coisas dentro dos processos de produção e uso de sentido, no seio mesmo da sociedade.

LEITURAS DA CIDADE

Valeria a pena dizer brevemente algo em torno daquilo que se convencionou supor o principal instrumento de apreensão do imaginário urbano: a leitura da cidade. Dispensamo-nos de examinar as contribuições da Geografia Cognitiva (que trabalhou, sobretudo, com o problema das percepções espaciais) ou da Antropologia (que deu importância ao problema da percepção, também, e ainda mais ao das classificações). Ou da Psicologia Social (que explorou os mapas cognitivos), ou da História da Literatura ou da História da Arte (que procuraram definir padrões ou modelos de imaginário e sua recorrência e distribuição). Limitar-me-ei a indicar duas posições bem diversas entre si e que marcam rumos significativos: uma gerada nos quadros da Arquitetura e do Urbanismo, outra, nos da Sociologia.

A primeira referência é Kevin Lynch que, em 1962 publicou um livro cuja voga foi enorme e cuja influência foi determinante. Seu título, *A imagem da cidade*, é que colocou em circulação a expressão, principalmente entre arquitetos, *designers* e planejadores urbanos e urbanistas. Infelizmente, a perspectiva de Lynch é muito reducionista e desfocada, além de simploriamente funcionalista. Também se ressentia de uma cômoda e enganadora facilidade nas propostas metodológicas.

Lynch procurava associar as formas urbanas a objetivos humanos, por ele definidos numa dimensão excessivamente adaptativa.

Procurava, assim, tornar funcionalmente equilibrada a relação entre o homem e o meio urbano pela capacitação do primeiro à decifração do espaço. A cidade, dizia ele, apresenta-se como uma vasta mensagem que o habitante precisa decodificar sob pena de anomalias e marginalização. A preocupação fundamental dos planejadores urbanos deveria ser, portanto, tornar legível a cidade. Sem dúvida esta síntese minha é grosseira e acentua as insuficiências da obra de Lynch (e seria, talvez, mais grosseira ainda se tivéssemos que avaliar questões de método no estudo de casos de cidades americanas que ele usou como repertório). Mas não resta dúvida de que Lynch considera o que hoje se denomina "problema urbano" como uma disfunção perceptiva, do lado do habitante, ou defeito textual, do lado da cidade. Marcar a esse ponto uma exterioridade entre a cidade e o habitante é comprometer a natureza social do fenômeno da representação, além de incidir no desvio da reificação. Com efeito, não se deveria falar em problema urbano, como lembra Lúcio Kowarick. É de problema social que se deveria falar e de suas expressões na cidade e pela cidade. Assinale-se ainda, que o habitante de Lynch (esse "leitor" mais ou menos incompetente, que precisa ser ajudado) é um ser abstrato, sem nenhuma densidade social.

Já mais aproveitáveis são as sugestões que Lynch fornece para o levantamento do que ele, porém, imagina serem as representações elas próprias-e que teríamos que considerar, antes, como matéria prima, dados brutos de informação, ou referencial empírico para, por análise e inferência chegarmos às representações. São cinco os referenciais que ele propõe: as trilhas (espécie de roteiro de navegação habitual pela cidade), as fronteiras (as delimitações e barreiras), os segmentos (territórios), os nódulos (pontos de convergência, de cruzamento, intersecções) e os marcos (monumentos, praças, edifícios que balizam o espaço).

Em 1973 Raymond Ledrut publica um livro de título semelhante, mas significativamente no plural: *As imagens da cidade*. Ledrut está preocupado, não com a cidade como texto que se apresenta à leitura, mas como discurso estruturado e estruturante do habitante sobre a cidade. Por isso é que a *prática do espaço urbano pelo habitante* se transforma no seu eixo principal de observação crítica e entendimento. Também ele trata a cidade como um campo de significações que é preciso

analisar. Mas não ignora que a decorrente imagem da cidade exprime menos a cidade do que uma relação global do homem com a cidade. A cidade "simulada" não é a cidade em si, como puro objeto. Por isso ainda é que ele toma a cidade, os signos e as significações, mas no interior da experiência urbana, como matriz. Se há, pois, uma semiologia urbana, é na linha de uma sociologia e de uma antropologia das práticas do *habitar*. Examinando questões como a dimensão do vivido, a conotação biográfica do espaços, os esquemas de organização do comportamento urbano, o sentido sociológico dos monumentos, os discursos sobre as preferências dos habitantes, a diversidade do código de conotações urbanas, as estruturas do discurso coletivo, os paradigmas urbanísticos (hedonista e funcionalista) -sempre tendo como referencial estudos de caso no sul da França -Ledrut está explorando um imaginário que não é pasteurizado nem socialmente anônimo e indiferenciado, como em Lynch, mas que não recusa a encarnação histórica, a diferença, as rupturas, as contradições da vida urbana, sem esquecer a alienação.

Passados vinte anos, por certo os estudos deste campo foram além dos quadros formulados por Ledrut. A direção que ele aponta porém, permanece a mais fértil.

MUSEUS DE CIDADE E O IMAGINÁRIO URBANO

Uma reflexão final poderia dizer respeito aos museus de cidade como um lugar privilegiado para explorar a problemática do imaginário urbano, em outras palavras, para conhecer a cidade.

O urbanista argentino Jorge Hardoy sempre demonstrou estupefação, após ter visitado museus de cidade em inúmeros países do terceiro mundo, principalmente na América Latina, com o fato de que, neles, tudo se poderia encontrar, menos a cidade, ela própria, paradoxalmente. Por isso mesmo, neles, como ilhas de calma em meio às convulsões da história, emerge a contrapartida tranquilizante da cidade concreta, que, esta, vem sendo dominada, há muito tempo, por questões como industrialização, urbanização acelerada, migrações, marginalização, violência urbana e assim por diante. Tais museus não têm como referencial nem a cidade ideal, utopia projetada para o futuro,

nem a cidade passada à qual se desejasse nostalgicamente voltar. Não representam cidade alguma.

O afã atual, no Brasil, em coletar o que se costuma chamar de "memória urbana" está longe, a meu ver, de garantir as condições para uma presença da cidade nos museus de cidade. Esta presença, acredito, deveria desdobrar-se em três registros. O primeiro é o da cidade enquanto *artefato*, coisa física, produto e vetor material da apropriação social do espaço: segmento da natureza ao qual o homem (a sociedade) impôs forma, função e sentido. O segundo registro é o da cidade enquanto *campo de forças*. Forças em conflito, com participação e jogos diferenciados ao longo da história, forças de natureza econômica, social, cultural, política, que geram o espaço, que o transformam numa paisagem historicamente determinada. Finalmente, a cidade tem que estar presente como *imagem* (na sua variedade social e nas mutações históricas) pois aí se tem a plataforma mais profunda e estratégica para examinar todas as dimensões da cidade.

Enquanto esse imaginário urbano não tiver um lugar nos museus de cidade (o que, não ignoro, obrigaria a renovar nosso pensamento museológico e museográfico), e enquanto esse imaginário não for explorado em todas as direções, acredito que pouco se poderá falar de cidade no museu de cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. SUGESTÕES DE LEITURA.

- BENDER, Thomas, **Toward an urban vision**. Ideas and institutions in 19th- century America. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1975.
- BOYER, M. Christine, **The city of collective memory**. Its historical imagery and architectural entertainments. Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.
- CASTORIADIS, Cornelius, **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger, **Cultural History**. Cambridge, Polity Press, 1988.
- FARR, Robert & Serge Moscovici, eds., **Social representations**. Paris, Eds. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1984.
- FERRARA, Lucrécia d'Alessio, **Ver a cidade**. São Paulo, Nobel, 1988.
- FRANCESCATO, Donata, **Schemi e immagini di città**. Un contributo di ricerca. Roma, Bulzoni, 1979.

- FREIRE, Cristina, **Além dos mapas**. Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo, SEC/Anablume, 1997.
- GODELIER, Maurice, "The ideal in the real", in Samuel, R. & G. S. Jones eds., **Culture, ideology and politics**. London, Routledge & Kegan Paul, 1982:12-38.
- GOTTDIENER, M. & Alexander Ph. Lagopoulos, **The city and the sign**. An introduction to urban semiotics. New York, Columbia University Press, 1981.
- KOWARICK, Lúcio, **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LEES, Andrew, **Cities perceived**. Urban society in European and American thought, 1820-1940. Manchester, Manchester University Press, 1985.
- LEDRUT, Raymond, **Les images de la ville**. Paris, Anthropos, 1973.
- LE GOFF, Jacques *et alii*, **Histoire et imaginaire**. Paris, Poiesis, 1986.
- LOWE, David, **History of bourgeois perception**. Brighton, The Harvester Press, 1982.
- LOWE, Elizabeth, **The city in Brazilian literature**. Toronto, Associated University Press, 1982.
- LYNCH, Kevin, **The image of the city**. Cambridge, Mass., MIT Press, 1960.
- MAZZOLENI, Donatella, a cura di, **La città e l'immaginario**. Roma Officio Edizioni, 1985.
- MÉDAM, Alain, **Conscience de la ville**. Paris, Anthropos, 1976.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de, "O museu na cidade / A cidade no museu. Para uma abordagem histórica do museu de cidade", **Revista Brasileira de História**, ns. 8-9:197-206, set. 1984-abril 1985.
- MITCHELL, W.J.T., **Iconology, image, text, ideology**. Chicago, The University of Chicago Press, 1986.
- NEIVA JR., Eduardo, **A imagem**. São Paulo, Ática, 1986.
- PECHMAN, Robert M., org., **Olhares sobre a cidade**. Rio, Ed. da UFRJ, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy, **O espetáculo da rua**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992.
- RODWIN, Lloyd & Robert M. Hollister, eds. **Cities of the mind**. Images and themes of the city in the social sciences. New York, Plenum Press, 1989.
- VOVELLE, Michel, **Imagens e imaginário na História**. São Paulo, Ática, 1997.

A NOVA EDIÇÃO DOS DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL

Leonardo Dantas SILVA

Uma das incógnitas da historiografia brasileira dizia respeito à autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, cujo texto está datado do segundo semestre do ano de 1618 e que chegaram aos nossos dias sem que os estudiosos, que nele se debruçaram durante séculos, definissem com precisão quem seria o autor de tão importante obra.

A obra, com nova e moderna apresentação, aparece agora em edição, revista e anotada pela Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, numa produção da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, lançada dentro da *Série Descobrimientos*, que comemora o V Centenário do Descobrimento do Brasil em 1500, atualmente no seu décimo lançamento.

O manuscrito foi descoberto, inicialmente, por Francisco Adolpho de Varnhagen, na Biblioteca Nacional de Lisboa, dele encontrando, anos mais tarde, uma outra cópia na Biblioteca da Universidade de Leiden, na Holanda, da qual fez copiar o seu texto e, três anos depois, passou às mãos de José de Vasconcelos, proprietário do *Jornal do Recife*, de quem era amigo. De posse da cópia, José de Vasconcelos, um estudioso da história do Brasil, fez publicar no seu jornal o *Diálogo primeiro*, transferindo a tarefa da continuação de sua publicação para o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

O texto completo dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* vem a ser publicado integralmente na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, entre os anos de 1883 e 1887, nº 28, 31, 32 e 33, e por iniciativa de Capistrano de Abreu, no *Diário Oficial*, de

fevereiro a março de 1900. A 1ª edição autônoma do livro teve o patrocínio da Academia Brasileira de Letras, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia (Rio de Janeiro: Of. industrial gráfica, 1930. 316 p.) e a 2ª é das Edições Dois Mundos (Rio de Janeiro, 1943).

O apógrafo [manuscrito] de Leiden, no qual se baseou a edição da *Revista do Instituto Arqueológico*, encontra-se inscrito sob catálogo "Voss. Var. L. Q 14", encadernado em pergaminho juntamente com três outros manuscritos, sob o título *Diálogo das Grandezas do Brasil*, constando o seu texto de 157 folhas, escritas em letra do século XVII. Pertencera à Rainha Cristina da Suécia [1626-89], passando desta para o filólogo Isaac Vossius [1577-1649] e posteriormente aos Estados Gerais dos Países Baixos, que o compraram para a Biblioteca da Universidade de Leiden. Por sua vez, o manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, guardado na Secção de Reservados, código 6.819, Fundo Geral, consta de 106 folhas, com anotações às margens e um índice a partir das folhas 107 também elaborado, ao que parece, no século XVII.

Os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, segundo José Honório Rodrigues, "são documentos capitais do século XVII e constituem a crônica mais positiva, a descrição mais viva, da sociedade, da economia dos moradores do Brasil, gentios, reinóis, mazombos e negros".¹ Para Rubens Borba de Moraes, "trata-se de uma das fontes mais interessantes do período colonial brasileiro, pelo grande número de informações que apresentam ao leitor de hoje".²

A importância do seu conteúdo é reconhecida e proclamada por todos os historiadores, mas restava aos estudiosos estabelecer a sua verdadeira autoria, preocupação esta observada desde o século XVII no índice e nas anotações marginais contidas no apógrafo de Lisboa.³ Várias hipóteses foram formuladas, inclusive pelo próprio Varnhagen que pensava ser o seu texto de autoria do cristão-novo Bento Teixeira,

(1) RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: história colonial*. São Paulo: ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. p. 371.

(2) MORAES, Rubens Borba de. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949. p. 403.

(3) MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. 2ª ed. aumentada. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1986. Coleção pernambucana, 2ª fase, v. 23. p. 56.

cabendo a Capistrano de Abreu sugerir a possibilidade de serem escritos por Ambrósio Fernandes Brandão, sem, contudo, apresentar argumentos que pudessem consolidar a sua informação.

Coube ao Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, da então Universidade do Recife, em comunicado ao Congresso de História Comemorativo ao Tricentenário da Restauração Pernambucana, realizado no Recife em 1954, trazer informações que vieram atribuir a Ambrósio Fernandes Brandão a autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Seis anos depois, quando da publicação da primeira edição de *Estudos Pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1960, pôde ele expor, de forma magistral, os elementos que o levaram a reconhecer Ambrósio Fernandes Brandão como o verdadeiro autor dos *Diálogos*. Nesse seu livro, que se constitui um exemplo de aplicação da crítica de autoria em nosso país, o autor chama a atenção para o pouco cuidado com que se fizeram as edições de textos básicos da historiografia brasileira e pernambucana em particular, geralmente eivadas de falhas de leitura paleográfica e de interpretação. Em 1962, através da Imprensa Universitária da Universidade do Recife, José Antônio Gonsalves de Mello veio publicar a primeira edição integral dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, por ele copiada e anotada do manuscrito de Leiden. Parte de seu primitivo estudo foi reproduzido na introdução, o que se repete nesta 3ª edição integral, com o texto do livro revisto e anotado, segundo o manuscrito de Leiden confrontado por vezes com o texto existente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Uma segunda edição dos *Diálogos* aparece em 1966, editada pela Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, depois traduzida para o inglês e publicada sob o título *Dialogues of the great things of Brazil*, com anotações e comentários a cargo de Frederick Arthur Holden Hall, William F. Harrison e Dorothy Winters Welker, prefácio do próprio José Antônio Gonsalves de Mello. Novo México (USA): Universidade do Novo México; Press University, 1987. 385 p. il. Inclui índices onomástico e de assuntos.

Informa José Antônio Gonsalves de Mello, no seu estudo introdutório a esta edição, que, ao escrever o seu relato, Ambrósio Fernandes Brandão contava com 63 anos de idade, vinte e cinco dos quais

vividos no Brasil, tendo sido proprietário de terras em São Lourenço da Mata⁴, figurando como depoente no processo da Inquisição de Lisboa contra Bento Teixeira (Processo nº 5.206. Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Nesse documento, datado de 20 de setembro de 1595, diz ser cristão-novo e ter a idade de 40 anos, exercendo o posto de "capitão de sua companhia de infantaria, morador nesta Vila de Olinda". Em outra ocasião, Ambrósio Fernandes Brandão aparece, no "caderno do promotor", denunciado por práticas judaizantes: Miguel Fernandes Luna, mourisco de nação, natural de Granada, o acusa da prática judaizante de guardar os dias dos sábados, perante o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, em 9 de novembro de 1606, informando possuir o denunciado residência naquela cidade, na Calçada do Combro - "... indo para baixo, em umas casas novas grandes, a mão direita" -, onde residia com sua mulher, Ana Brandoa, seus filhos, Mícia Henrique e Duarte Brandão, e na qual cultivava "uma horta e quinta... na dita casa". O denunciante era seu empregado, recebendo 50\$ por ano, "para lhe consertar um jardim de uma horta e quinta que tem na dita casa e fazer outras obras que lhe fossem necessárias", havendo, além dele, um hortelão de nome Antônio Alvares.

Ambrósio Fernandes Brandão descreve no seu manuscrito vários fatos e passagens ocorridos na segunda metade do século XVI (1583-97), dividindo o texto em seis "Diálogos" entre Brandônio, português com longos anos de residência no Brasil, um pregoeiro das virtudes da terra, e Alviano, um reinol recém-chegado que a tem "pela mais ruim do mundo". Durante sete dias tenta Brandônio convencer Alviano das "grandezas do Brasil", descrevendo em cada dia as suas paisagens e belezas naturais, a salubridade do seu clima, os benefícios do seu solo, a fauna e a flora das suas matas, a cultura da cana-de-açúcar e a produção dos engenhos, com as novas técnicas implantadas no início do século XVII, com a intenção de corrigir os enganos e as malquerenças de Alviano. Seu autor, que residiu em Pernambuco e na Paraíba, faz considerações interessantes sobre as relações sociais e econômicas, bem como quanto à presença do negro e do índio naqueles primeiros anos de nossa colonização. Descrevendo a Capitania de Pernambuco, assim situa a Vila de Olinda e o seu "Arrecife dos Navios":

⁽⁴⁾ *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias e confissões de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. Coleção pernambucana, 2ª fase, v. 14. p. 231 e 260.

Está esta vila situada em uma enseada, da qual saem duas pontas ao mar; de uma delas se forma o cabo tão conhecido no mundo, por de Santo Agostinho, e a outra se chama a Ponta de Jesus, por nela estar situado um formoso templo dos padres da Companhia, chamado do mesmo nome. Contém em si toda a Capitania 50 léguas de costa, que toma principio de onde parte com a Ilha de Itamaracá até o Rio São Francisco, e dentro delas há infinitos engenhos de fazer açúcares, muitas lavouras de mantimentos de toda sorte, criações sem conto de gado vacum, cabras, ovelhas, porcos, muitas aves de voltaria e outras domésticas, diversos gêneros de frutas, tudo em tanta cópia que causa maravilha a quem o contempla e com curiosidade o nota.

Dentro na Vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda a sorte em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena. A barra do seu porto é excelentissima, guardada de duas fortalezas bem providas de artilharia e soldados, que as defendem; os navios estão surtos da banda de dentro, seguríssimos de qualquer tempo que se levante, posto que muito furioso, porque têm para sua defensão grandíssimos arrecifes, a onde o mar quebra. Sempre se acham nele ancorados, em qualquer tempo do ano, mais de trinta navios, porque lança de si, em cada um ano, passante de 120 carregados de açúcares, pau do Brasil e algodão. A vila é assaz grande, povoada de muitos e bons edificios e famosos templos, porque nela há o dos Padres da Companhia de Jesus, o dos Padres de São Francisco da Ordem Capucha de Santo Antônio, o Mosteiro dos Carmelitas e o Mosteiro de São Bento, com religiosos da mesma ordem.

Empolgado com as coisas do Brasil, favorável à união das capitánias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, sob a direção de "senhor livre e isento de jurisdição e vassalagem", Brandônio demonstra que as riquezas dessas terras poderiam render "mais de um milhão de cruzados ou 400:000\$", quantia superior a arrecadada em toda Índia portuguesa.

Na descrição da paisagem enumera, como frutos da terra, o caju, que ocupa grande área e dele se aproveita o fruto, a castanha e a

própria seiva - "excelente para grudar papéis"-; o ananás, de cuja variedade surgiu o nosso abacaxi (século XVIII); a mandioca - "farinha de pau"-; a mangaba, a pitanga, a graviola, o tamarindo, dentre tantas que causavam espanto ao interlocutor Alviano.

Não faltaram, na paisagem descrita nos *Diálogos*, as madeiras das matas tropicais de importância econômica nos vários misteres. Além do *pau-brasil*, colhido, em Pernambuco, em terras de São Lourenço da Mata, Nazaré da Mata e Santo Antônio da Mata, o qual era usado na indústria de tinturaria, o autor sugeria *ourucue* o *genipapo*, desconhecidos na Europa mas também possuidores de características semelhantes. Relaciona Ambrósio Fernandes Brandão diversas espécies de madeira, de cores e utilidades diversas, em sua maioria desconhecidas na Europa de então: *açabengitas*, *jataúba vermelha*, *piquiá [pitiá]*, *amarelo jataúba maçaranduba*, *caraibas jacarandá* - "tão estimado em nossa Espanha para leitões e outras obras"-, *conduru*, *sapupira [sucupira]*, *camaçarim*, *pau d'arco*, *zabucai*, *pau gamela*, *muguba*, *canafistula*, *camará*, *pau-santo* e *pau ferro* - "célebres pela dureza" -, *bupaquii*, *cedro*, *angelim*, *burapiroca*, *buraem*, *corpaúba*, *urenbeúba*, *guanadim*, *guiri* - "que corta pelo ferro por ser mais duro que ele" - *mangue* "que nascem nos salgados entre rios" -, *tábuca* e *jangada* - "preferidos pela leveza e para fazer embarcações com este nome" -, *visgueiro* - pela seiva - *caroá* e *embira* - pela fibra - e *pau d'hástea* - para a fabricação de grandes lanças (piques).

... Estes poucos me ocorreram à memória entre os muitos de que puderam fazer menção, os quais são todos das Capitânicas da parte do Norte do Cabo de Santo Agostinho, porque das do Sul tenho pouca notícia, por não haver andado por aquelas partes.

Homem de letras, afeito à natureza, dedicado ao cultivo de plantas no Brasil e em Portugal, Ambrósio Fernandes Brandão, através dos "diálogos" entre os personagens Brandônio e Alviano, pintou com cores vivas o nosso ecossistema, escrevendo assim um dos mais deliciosos livros sobre a terra e a gente das capitânicas do Norte do Brasil, naquele início do século XVII, que, por certo, irá despertar o interesse do leitor dos nossos dias.

Nesta terceira edição integral, segundo o manuscrito da Biblioteca da Universidade de Leiden, fizemos incluir o nome de Ambrósio Fernandes Brandão na capa, folha de rosto e ficha catalográfica do livro, como autor de *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 379 anos após haver concluído o seu texto original, reconhecendo com isso o notável trabalho de crítica de autoria desenvolvido pelo Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, em torno de tão importante obra da historiografia luso-brasileira.

LÚCIA PIZA FIGUEIRA DE MELLO FALKENBERG

Gilberto E. CHAUDON

Com a morte da Sra. Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg, ocorrida em São Paulo a 20 de junho de 1997, morre um pouco da vida cultural de Niterói, que tinha como um dos polos significativos o SOLAR DO JAMBEIRO.

A falecida dama era a alma que durante muitos anos manteve o palacete da rua Presidente Domiciano, 195, em evidência pelos eventos artísticos e culturais que o casal Egon/Lúcia Falkenberg ali realizavam congregando a seu redor a intelectualidade e a sociedade niteroiense. Naquela residência solarenga, do final do século passado, foram realizados muitos encontros, prestigiados por personalidades de destaque no meio intelectual da cidade, autoridades municipais e diversas famílias tradicionais da sociedade local.

O magnífico casarão de São Domingos, tombado desde 1974 pelo antigo SPHAN, teve seus magníficos salões abertos à visitação pública a partir da década de 80 graças à iniciativa dos seus proprietários, o casal Egon/Lúcia, permitindo assim o conhecimento de uma das jóias arquitetônicas da cidade, construído que foi no último quartel do século passado. Ali se realizaram, por decisão de seus proprietários, diversas reuniões sociais, tais como chás, coquetéis, saraus musicais, encontros culturais de natureza vária, amplamente relatados nas colunas da imprensa local.

Com este breve relato, cumprimos hoje o dever de trazer à lembrança dos niteroienses alguns traços da personalidade da ilustre dama que durante tantos anos foi a alma viva do histórico palacete.

Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg é descendente de tradicional família paulista, tendo se consorciado com o Dr. Egon Falkenberg de quem enviuvou. Nosso conhecimento data dos anos 70, motivado por nossa curiosidade em obter dados familiares sobre o cientista dinamarquês Peter Wilhem Lund, antepassado do Dr. Egon pelo lado materno.

Esse relacionamento casual deu-nos o ensejo de admirar o trabalho que D. Lúcia vinha desenvolvendo em atividades ligadas à defesa do patrimônio cultural e artístico do Estado de São Paulo, onde integrou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), do qual foi a primeira Presidente, atuando também no Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga com o louvável empenho de proteger, restaurar, e divulgar os importantes sítios do litoral vicentino em que surgiram os primeiros marcos da colonização iniciada por Martim Afonso de Souza, no início do Séc. XVI. Graças aos esforços de D. Lúcia, foram objeto de acurados estudos e preservação os sítios de Cananéia, Iguape, Iporanga e Xiririca, todos localizados no vale do Rio Ribeira, dos quais, por sua iniciativa, nos deu o bem documentado livro **Encantos, Lendas Mitos e Curiosidades das Cidades Históricas Paulistas**, em edição de 1982. Foi incansável Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, fundado em 1958, em cuja revista núm. 11 podemos admirar, na capa, uma vista do Forte São João de Bertioga, declarado Monumento Nacional e magnificamente restaurado.

Residindo ora em S. Paulo ora em Niterói, nesta última cidade senhoreava no Solar do Jambeiro, de que fizemos alusão no início desta crônica. Com seu espírito irrequieto e seu reconhecido dinamismo, também aqui em Niterói D. Lúcia não parou de se dedicar às atividades culturais, aproveitando seu talento para valorizar o magnífico solar da família, uma relíquia arquitetônica de invulgar significação, ornada e mobiliada com riqueza e bom-gosto. Incentivada e apoiada pelo marido, e contando com a boa vontade do governo do Prefeito Dr. Waldenir de Bragança, nos anos 80, D. Lúcia criou a Sociedade Pró- Memória de Niterói, visando abrir o palacete à visitação do público, com um programa inteligentemente voltado para o turismo cultural, com diversas realizações, tais como visitas guiadas, reuniões literárias, saraus musicais, chás, encenações teatrais ao ar livre no belo jardim do Solar, etc, etc. Esse

programa foi executado à risca durante vários anos, somente terminando com a morte do Dr. Egon e o afastamento de D. Lúcia por motivos de saúde. Nós tivemos o prazer de assistir a muitos desses eventos e, em nosso livro *Perfis e Lembranças*, de 1993, fizemos um pequeno relato de um recital de harpa ocorrido no Solar do Jambeiro.

Agora, com a triste notícia da morte de D. Lúcia Falkenberg, cabe-nos louvar as qualidades morais e intelectuais da saudosa amiga, cujo infausto desaparecimento deixa Niterói empobrecida, pois também aqui ela batalhou, aliando-se a todas as iniciativas que representavam proteção, apoio e divulgação das nossas riquezas culturais. Pertenceu ao extinto Conselho Municipal de Cultura, era Sócia Honorária do Instituto Histórico de Niterói e estava sempre presente em todas as manifestações da cultura de nossa cidade. Soubemos que D. Lúcia chegou a ser convidada para integrar o Conselho de Belas Artes, não se concretizando sua indicação por ter adoecido, transferindo sua residência nos últimos meses para São Paulo.

A essa grande lutadora das boas causas em prol da valorização de nosso patrimônio cultural, queremos testemunhar nosso preito de saudosa admiração.

Apesar de tombado pelo IPHAN, tememos pelo destino que poderá vir a ter o magnífico palacete que foi do casal Egon/Lúcia Falkenberg, cuja construção data de 1872; completará, portanto, 125 anos ostentando, impávido, o belo e grandioso jambeiro - origem de seu nome - além de um bem conservado jardim onde florescem inúmeros espécimes da flora brasileira, com destaque para a coleção de orquídeas que faziam o orgulho dos proprietários desse oásis de tranqüilidade no centro do velho bairro de São Domingos.

"MEDICINA THEOLOGICA": OUSADAS TERAPÊUTICAS DO DR. FRANCISCO DE MELO FRANCO

Fábio LUCAS

Graças à iniciativa meritória de Cláudio Giordano, que já ofereceu, na coleção "Memória" de sua editora, a tradução do **Livro de Jó** efetuada por José Elói Ottoni, tem-se à disposição do leitor a **Medicina Teológica**, obra atribuída a Francisco de Melo Franco.

Há dois séculos, publicava-se **Medicina Teológica**, causando grande rebuliço. O ano de 1794 lembra outro evento, o da devassa aberta contra os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, cuja principal vítima foi Silva Alvarenga. Processo de nítido cunho ideológico: visava a conter a propagação das "idéias francesas".

Francisco de Melo Franco já se havia envolvido com o Tribunal do Santo Ofício em 1779. Os autos de seu processo, assinala Alberto Dines em prefácio à nova edição de **Medicina Teológica**, encontram-se extraviados. O médico e poeta mineiro integrou um grupo de 26 jovens acusados de idéias subsersivas. O iluminismo alastrava-se pela Europa, envolvendo-os também, e, graças especialmente ao Marquês de Pombal, uma espécie de "déspota esclarecido", contribuiu para a modernização de Portugal, travado então pela rigidez da Contra-Reforma.

Que diria a ficha policial do jovem encarcerado? Com todas as reservas que merecem em qualquer época os assentamentos da polícia política, consta de seu prontuário: Herege, naturalista, dogmático, negava o Sacramento do Matrimônio (cf. lista do Auto Público de Fé, que se celebrou na Sala do Santo Ofício, em 26 de agosto de 1781). Envolvido com a Inquisição em 1779, informa-se que o poeta somente logrou bacharelar-se em 1785, quando deveria fazê-lo em 1782.

A **Bibliografia Brasileira do Período Colonial**, de Rubens Borba de Moraes (São Paulo, USP/IEB, 1969) registra as obras de Francisco de Melo Franco. Entre elas, a que lhe valeu maior notoriedade, o poema herói-cômico **Reino da Estupidez**, que circulou em manuscrito em 1785, anonimamente ou com pseudônimos que comprometeram vários suspeitos (inclusive Antônio Pereira de Souza Caldas, que acabou abraçando a vida eclesiástica).

Afonso Arinos de Melo Franco lembra a hipótese de Pedro Calmon, contrariada por Hélio Viana (e Rubens Borba de Moraes, acrescente-se), segundo a qual **Reino da Estupidez** teria sido escrito em parceria com José Bonifácio (cf. **A Escalada**, Rio, José Olympio, 1968, p. 147).

Vejamos essa **Medicina Teológica**, documento valiosíssimo que possibilita ao leitor estabelecer os liames entre o discurso do autor e a cultura de seu tempo. Há toda uma gama de sinais que poderão alimentar tanto uma investigação historiográfica quanto um estudo antropológico. Afinal, Francisco de Melo Franco propunha uma informação acerca do homem na sua totalidade, corpo e alma.

No seu espírito, **Medicina Teológica** visa a dar conselhos aos confessores no sentido de aplicar aos penitentes tanto sanções morais quanto físicas para a sua salvação espiritual, no caso de pecados da lascívia, da cólera e da bebedice. Para tanto, baseia-se na unidade indissolúvel entre o espírito e a carne. Daí alguns críticos apontarem nele os primórdios da análise psicossomática e até da psicanálise. É longa e metódica a argumentação do médico quanto à reciprocidade dos efeitos da consciência sobre o bem-estar físico e da saúde corporal sobre a paz do espírito.

Nesse ponto, o escritor, já calejado de castigos, adota cerrada e piedosa argumentação, sem deixar um momento sequer de exercer a apologia da Igreja e de seu magistério sobre as almas. Seu estilo labiríntico de certa forma oculta ou dissimula opiniões heréticas.

Alarga o conceito de médico para alcançar o exercício da confissão entre as tarefas da cura. Para ele, no Sacramento da Penitência, incluem-se os misteres de pai, de juiz, de doutor e de médico. Daí exaltar os confessores à aplicação de penitências físicas e morais, simultaneamente.

Assim, o corpo predisposto à lascívia, à cólera e à bebedice deve ser submetido a corretivos físicos, a fim de escapar às atrações pecaminosas. Não se trata apenas, a seu ver, de buscar emenda e punição "no pensar da alma", como queriam alguns teólogos, adeptos de orações, jejuns e disciplinas para subtrair a alma às tentações do demônio, do mundo e da carne. É que esses "senhores médicos do espírito" olham o corpo "como um escravo rebelde e merecedor somente de ser dilacerado com tormentos". Contudo, assinala o poeta, o corpo às vezes em nada participa dos segredos da alma, "que é sua rainha e senhora". Daí a necessidade de o confessor ser médico do espírito e do corpo.

"Como é possível que haja teólogo sem ser médico!? São Paulo quer que subamos do conhecimento das obras visíveis de Deus às suas aparições invisíveis" (op. cita. p. 20).

São curiosas as noções do funcionamento físico do pecado. Baseado na ciência da época, Francisco de Melo Franco alega a união do corpo e da alma mediante o "suco etéreo" que percorre o sistema nervoso, condutor simultâneo do movimento e do sentimento, de acordo com doutrina coroada da Academia de Paris. O confessor deveria estar informado sobre as conquistas da medicina...

Passa, então, a explicar a fisiologia das paixões, inclusive do amor, tese que curiosamente haveria de estar em voga na mente dos adeptos do naturalismo de Zola. Em postura alarmista, coloca a satirias e o furor uterino no mesmo plano da hipocondria, do histerismo, da lepra e da tísica, doenças contagiosas que levam à morte, a seu ver. E pondera: o amor é enfermidade que pode desdobrar-se na loucura. Condena ferozmente a erotomania, mesmo no casamento regular, já que os "excessos venéreos" conduzem à morte.

Acaba receitando incontáveis réspices de antiafrodisíacos para acalmar os fervores amorosos de homens e mulheres. Indica, igualmente, sedativos da cólera. Só não atina para o melhor remédio para a bebedice, embora forneça emulsões apropriadas para tornar repugnante o abuso da bebida alcoólica: "a bebedice é uma grande enfermidade que nunca se cura com remédios morais e dificilmente com os físicos", reza o título do cap. XX.

Para as situações pecaminosas, receita uma "dialética sagrada" extraída das Escrituras, sempre buscando a saúde do corpo para alcançar

a da alma. Curioso é que, para a perfeita sanidade física, aconselha constante vida alegre, obtida graças a cantar-se os salmos, orar mental e vocalmente e ao uso moderado do açafraão e do aipo. A fim de se conseguir a paz, recomenda a confissão como o melhor remédio. Nesse ponto, insinua uma terapia por meio do discurso confessional. A seguir, recomenda ar puro aos penitentes e moderação na comida, baseada em pão, erva e legumes, "comida dos santos". No campo das bebidas, preceitua o consumo da água, "remédio universal para todas as enfermidades" (op. cit., p. 142). Por fim, aconselha a moderação no sono, a vigília e atividade física: pintar, ler, bordar, etc. nada de ociosidade.

O final da Medicina Teológica vem a ser o elogio da confissão: "descobriu-se uma medicina que, mudando os nossos ditos maus hábitos, nos faz possuir no corpo e na alma uma saúde perfeita" (op. cit., p. 153).

Vale a pena conhecer os meandros do pensamento controvertido pensador Francisco de Melo Franco, desfrutando da sua exótica Medicina Teológica.

No "Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira" (vol. III, nº 4, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, out-nov. 1962), Adelino de Almeida Calado agrega curiosas informações acerca da **Medicina Teológica ou Súplica Humilde, Feita a todos os Senhores Confessores, e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice.**

É que informa haver localizado na Biblioteca Municipal de Elvas um "modesto livrinho cujos elementos bibliográficos essenciais vinham indicados na segunda folha: **Juízo crítico que sobre a Medicina Teológica mandou fazer o Exmo. Rmo. Bispo de Coimbra por Fr. Joaquim de Jesus, religioso agostinho descalço, doutor na Faculdade de Teologia e Reitor do Colégio S. Rita de Coimbra em fevereiro de 1795**". Trata-se de um volume com 38 folhas de papel almaço, nada constando acerca da origem do manuscrito.

Todavia, é vivamente importante para a análise da obra de Francisco de Melo Franco, pois colhe o clima de opinião da época. A **Medicina Teológica** corria como obra anônima naquela época. Foi publicada a 20 de novembro de 1794.

Assim, o **Juízo Crítico** de Fr. Joaquim de Jesus terá sido feito após três meses da impressão da obra nas oficinas de Antônio Rodrigues Galhardo, impressor da Sereníssima Casa do Infantado, com a devida autorização da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros, rubricada por dois elementos da referida Mesa.

Da leitura do **Juízo Crítico** extrai-se que a **Medicina Teológica** constituiu êxito imediato de venda, dividindo instantaneamente a opinião. Parte desta achou a obra materialista e indiscreta. A primeira edição esgotou-se numa semana. Parece que a autoridade real se movimentou no sentido de recolher os volumes ainda não adquiridos. Vendidos de início a 400 reis o exemplar, passaram custar 6.400 a cópia. O Governo foi mais longe: a 17 de dezembro seguinte, a Real Mesa da Comissão era extinta e dissolvida com ásperas censuras aos componentes.

A polícia se pôs a campo, a fim de descobrir o nome do autor da obra que causaria tanta fermentação nos espíritos. Encarregou-se disso, sem êxito, o feroz intendente geral Diogo Ignácio de Pina Manique.

Na concepção desse beleguim, a autorização da Real Mesa fora concedida por dois indivíduos suspeitos, os deputados Antônio Pereira de Figueiredo e João Guilherme Muller, "conhecidos por muita gente por sediciosos e perigosos; e do último em outras diversas passagens tenho informado a V. Excia. já que o seu espírito é republicano" (cf. Carta ao Marquês de Ponte de Lima, de 17 de dezembro).

Também Fr. Joaquim de Jesus, cujo nome civil era Joaquim Pereira Alves de Carvalho, ignorava a autoria da **Medicina Teológica**. Realizou o seu trabalho em oito dias, a pedido do bispo de Coimbra. leu a obra, resumiu-a e indicou-lhe 44 passos que, a seu ver, não tinham fundamento científico .

Sabe-se que, dois anos depois, o trabalho mereceria nova crítica, desta vez pelo franciscano arrábido Fr. Manuel de Santa Anna, que publicou, em dois tomos, **Dissertações teológicas medicinais dirigidas à instrução dos Penitentes, que no Sacramento da Penitência, sinceramente procura a sua santificação, para que se não contaminem com os abomináveis erros de hum livro intitulado: Medicina Teológica, ou Súplica a todos os Senhores Confessores, Directores, etc., cujos erros refuta nesta Obra com a verdadeira doutrina dos Padres, Escritura, e Sagrados Concílios** Fr. Manoel de Santa Anna, da

Província de Santa Maria da Arrabida, Lisboa, na Régia Officina Typographina, 1799.

De que Fr. Joaquim de Jesus acusava a **Medicina Teológica**? Diz que seu autor "intenta lançar ridículo sobre as idéias teológico-morais" e "confia mais na Medicina que na Moral para o reforma do gênero humano". E acrescenta, jogando mais lenha à fogueira: "Se Mr. Voltaire intentasse falar na matéria não estranharia aquele estilo na sua boca". Vê-se: as idéias iluministas ferviam as cabeças naquele fim de século.

Fr. Joaquim de Jesus preocupa-se com "os socorros morais" necessários à cura do pecado da lascívia, contestando os dizeres do autor **Medicina Teológica**, que diz serem "os exercícios corporais mais convenientes do que disciplinas e rosários com que os Senhores Confessores costumam castigar os pecados da Lascívia".

Enfim, Fr. Joaquim de Jesus não acredita nos remédios físicos para o controle dos nervos e dos desejos. Não admite que os confessores necessitassem, antes de tudo, do "conhecimento preliminar do jogo dos nervos". Contesta o conceito de paixões como modificações corporais e descarta os "formulários farmacêuticos" para amenizá-las. Irrrompe-se contra o risco de se considerarem os remédios morais muito frouxos e frios, em comparação com os físicos. Recheia o seu parecer com referências eruditas, provindas da Teologia e dos conhecimentos da História Universal. Cita desde Sócrates, Platão, Aristóteles e Xenofonte, até Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Hume e Helvécio. E invoca o Concílio de Trento para preservar a "pública penitência", lembrando os santos que abraçaram remédios para curar os vícios. Contesta ser o amor uma enfermidade. E mostra que, sendo a cólera um mal antes do corpo do que do espírito, não seria pecado. O homem pode deixar o antigo hábito da ira e tornar-se filantropo por meio de reflexões continuadas. Enfim, os vícios da alma se curam com a Graça e não com a Medicina.

Notam-se no **Juízo Crítico** reminiscências do estilo barroco. Como quer que seja, atesta o impacto da **Medicina Teológica** e procura desvalorizar as várias receitas que Francisco de Melo Franco preceitua para livrar o penitente dos males da lascívia, da cólera e da bebedice. Acha-as inibidoras da atividade do corpo.

PRISÕES INGLESAS E METODISMO

Fernando Whitaker da CUNHA

Obra de um filantropo, nascido em 1726, que escreveu, também, **Principais lazaretos da Europa** (1789) e **Estado das prisões na Inglaterra** (1777) contribuiu, mais que qualquer trabalho jurídico, para a humanização do tratamento dos encarcerados, consistindo um marco na ciência penitenciária, influenciando na elaboração De Sistemas Penitenciários (o progressivo, por exemplo, de origem inglesa, modificado por Crofton, que dirigiu as prisões da Irlanda, "teve por objeto o aperfeiçoamento moral do condenado, através de sucessivas fases, paulatinamente alcançadas", como observa o inestimável Basileu Garcia, em **Instituições de Direito Penal**, vol. I, tomo II (2ª ed., p. 416) e demonstrando que, por vezes, a evolução do Direito é devida, mais que aos juristas, à fecunda ação de pessoas solidárias, em graves problemas sociais.

Com efeito, filho de um tapeceiro que lhe deixou a fortuna, John Howard, feito prisioneiro no mar e tendo ficado algum tempo no cativeiro, compadeceu-se de tal forma do infortúnio dos prisioneiros, que dedicou sua nobre vida em mitigá-lo, percorrendo, por isso, quase toda a Europa, atento aos terríveis estabelecimentos penais britânicos, para visitar e conhecer prisões, lazaretos e hospitais, objetivando, por todos os meios ao seu alcance, remediar a insalubridade desses estabelecimentos e dispensar a presos e enfermos, caridosamente, melhores cuidados.

Howard, nesse aspecto, antecedeu a penitenciaristas e a médicos como Pinel (1745-1826), chefe de clínica em Bicêtre e em Salpêtrière, que se preocupou com a maneira violenta com que eram tratados os doentes mentais, pondo fim às correntes que os prendiam e tratando-os com doçura.

O admirável humanitário inglês faleceu em 1790, em Kherson, na Rússia, de febre maligna contraída na visita a um doente. Morreu por aquilo que viveu. Homens como ele, escreveu o penalista Lydio Bandeira de Melo, "devem ser colocados ao lado dos apóstolos e dos santos".

A estátua ou estátuas que lhe foram erigidas devem se assentar nos corações e nas mentes daqueles que se ocupam das mesmas importantes questões que nortearam sua abnegada vida.

Foi enorme a ressonância de seus importantes escritos, nos espíritos de diversas áreas, e um desses, sem dúvida, foi John Wesley (1703-1791) seu contemporâneo, fundador do Metodismo, cuja derradeira manifestação foi a carta que enviou ao então jovem e eloqüente estadista William Wilberforce (1759-1833), também um caritativo por seus sentimentos religiosos, estimulando-o em sua luta contra o tráfico de negros, que se inseria no contexto cultural de então, que impunha outro enfoque da escravidão, das prisões e dos hospitais.

Em Oxford, para onde foi após estudar em Islington, e onde liderara um grupo de quinze jovens para o estudo regular da Bíblia, serviço cristão e orar ("Holy Club"), denominados, por isso, mas ironicamente de **metodistas**, por outros estudantes anglicanos, certamente por reminiscência cartesiana, apesar do filósofo francês ter sido acusado, pelo teólogo Voet, de ateísmo, Wesley pregou aos presoneiros da Prisão Bocardo, onde eram colocados a ferros, e, em 1735, acompanhado de seu irmão Charles, autor de hinos e poemas, deslocou-se para a América, a convite do General James Oglethorpe, que fundara a colônia de Geórgia, devotado, entre outras causas filantrópicas, à reforma das prisões.

Não lhe foi suave a vida de missionário e, em 1738, envolvido num romance com Sophy Hopkey, filha de um prestigioso comerciante, que por sua indecisão casou-se com outro, pretendente Wesley (posteriormente ele contrairia matrimônio, mas sua mulher desempenharia papel secundário em sua vida), talvez, inseguro de sua sinceridade, recusou-lhe o sacramento, levantando inúmeros protestos, tendo que voltar para a Inglaterra ("a series of charges were brought against him and he had to escape from the colony", escreve John A. Vickers, **John Wesley, Founder of Methodism**), onde organizou sua seita, definitivamente, que se apartaria do anglicanismo, e suas assembléias ou capelas receberam influência da seita dos Irmãos Morávios,

da qual se aproximara na América, que tinha associação de tonalidade republicana, na qual aos interesses particulares se sobrepunham os coletivos.

Com os metodistas, que surgiram em conseqüência de ásperos contrastes sociais retratados por Hogarth e que se dividiram em dois ramos (os que seguem Wesley e os adeptos de seu velho companheiro Whitefield, rígido calvinista, menos numerosos), começam a bem dizer as pregações públicas, que se iniciaram aos mineiros, em Bristol.

Em 1778, a nova capela de Wesley, ao lado de sua casa, foi inaugurada, em Londres, na City Road, em frente e Bunhill Fields, onde estão sepultados sua dedicada mãe Susanna, John Bunyan, Daniel Defoe e William Blake. Em ambas se encontram importantes documentos do Metodismo, mas em sua casa chamam a atenção o modesto quarto em que expirou (seu sepultamento teve que ser feito de madrugada, por medo de inimaginável multidão), a saleta em que meditava, seus trajes, seu túmulo nos jardins, sua qualitativa biblioteca, com, entre outros, os livros de Tasso, William Penn (fundador da Pensilvânia e construtor de Filadélfia, aboliu a escravidão, celebrou tratados com os índios e deu aos colonos lúcida constituição, de 24 artigos, que seria uma das bases da Constituição dos Estados Unidos), Penington e Goldsmith (estudos históricos).

Homem de grande cultura, com múltiplos interesses intelectuais, que abrangiam, inclusive, a medicina, com volumosa produção, Wesley chegou a escrever valiosas anotações a Shakespeare, que foram destruídas pelo intolerante John Pawson, porque não cuidavam de assuntos religiosos. Em frente à capela sua estátua, com inscrição que lembra a confraternização cristã, almejada por Arminius: "My World is my Parish" ("O Mundo é a minha Paróquia").

John Howard e John Wesley, cujas vidas correram paralelas, produtos de uma sociedade injusta e decadente, lutaram contra uma superada mentalidade e semearam idéias das quais até hoje nos nutrimos.

"CANUDOS" - UM ARTIGO DA NBH

Adelino BRANDÃO

Em seu número 168, referente aos meses de Janeiro/Março, 98, a **Notícia Bibliográfica e Histórica**, tão bem dirigida pelo mestre Odilon Nogueira de Matos, insere o artigo "Canudos", de autoria do historiador José Romero Araújo Cardoso, pp. 20-22, comentando a guerra no sertão, em 1897, e a figura de Antônio Conselheiro. Um artigo louvável, sob todos os aspectos, e merecedor de aplausos, não fora uma afirmação infeliz, totalmente descabida, sem sustentação nos fatos e contrária ao consenso inteligente universal. Escreve o autor (cuja opinião respeitamos, mas não o vazio da interpretação): "Euclides da Cunha, quando cobria o conflito como enviado do jornal **O Estado de S. Paulo**, fez uma importante denúncia literária, mas não soube interpretar a razão da galhardia com que se portaram os guerrilheiros do belo Monte."

Ora, o que vemos em **Os Sertões** e justamente o contrário. O livro de Euclides não é apenas uma obra de arte literária, mas a mais correta explicação ate agora tentada, a mais segura, a mais sustentável, diante dos fatos e das teorias sociológicas modernas, das razões que levaram os canudenses a resistir ate o aniquilamento total do arraial, pelas forças legais. Depois de Euclides, todos os grandes historiadores e sociólogos que trataram do assunto, não chegam a conclusões diferentes ao do escritor fluminense, e a crítica mundial é unânime em afirmar que a interpretação euclidiana, com suas falhas naturais, à luz de nossos dias, foi a mais exata, em termos científico e ainda hoje válida. Haja vistas às observações e críticas de Sílvio Romero, José Veríssimo, Roquette-Pinto, Coelho Netto, Araripe Júnior, Monteiro Lobato,... e, mais modernamente: Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Moisés Gicovate, Olympio de Souza Andrade, Afrânio Coutinho, Octávio Brandão, José

Maria Bello, Nélon Werneck Sodré, Leopoldo Bernucci, Afrânio Peixoto, Paulo Dantas, Eugênio Gomes, Márcio José Lauria, Fábio Lucas, Sylvio Rabello, Alberto Rangel, Guerreiro Ramos, Leandro Tocantis, etc., para citar apenas alguns nomes brasileiros. Entre os estrangeiros, vejam-se, Georges Gurvitch, Robert Levine, Alfredo Povina, Bruce Wallace, etc. que falam sobre o pensamento euclidiano, a sociologia de Canudos e concordam com as teses de **Os Sertões**. Ignorar esses e outros autores e dizer que Euclides **não soube interpretar** o fenômeno de Canudos, é temeridade, se não, ousadia ou ingenuidade imperdoável. Se não for desconhecimento e falta de leitura de **Os Sertões**. Ou preconceito em sua apreciação. Que isto, existe, de parte de certos críticos, mais preocupados em fazer proselitismo Filosófico, demagógico, partidário, ou enfeitar-se de "moderno", revolucionário, demolidor de mitos, "original", do que com a verdade.

Não desconheço a bibliografia apresentada pelo distinto e inteligente autor, José Romero Araújo Cardoso, certamente em excelente companhia. Mas, em matéria de julgamento da obra literária e científica de Euclides, com as exceções de praxe, os nomes arrolados não merecem fé. São suspeitos e nem sempre intelectualmente honestos (com as exceções, repito). A tese de Rui Facó, que tanta celeuma causou à época da publicação, hoje está um pouco desacreditada. Passou o auge do monopólio das interpretações marxistas no meio intelectual e acadêmico brasileiro, e os comunistas e socialistas ou esquerdistas de toda casta dominam menos em nossas Universidades. O livro da Dra. Walnice Galvão, **No Calor da Hora**, não estuda as reportagens de Euclides, enviadas da Bahia para o "Estadão, nem seu livro. Edmundo Moniz esforçou-se, anticientificamente, e sem nenhum documento, em provar que Antonin Conselheiro era mais inteligente e mais preparado e culto do que Euclides. Uma espécie de segundo Platão, um Tomás Morus ressuscitado, um novo Aristóteles, um Campanela redivivo. Tolice que muita gente levou a sério. Seu livro é uma piada, ou mera ficção-científica. Fantasias. Não é bibliografia confiável ou que sirva para sustentar qualquer tese sobre Canudos, o Conselheiro e menos ainda Euclides da Cunha e **Os Sertões**, que Edmundo Moniz se esforçou, em vão, por demolir, em função de um facciosismo político irritante e ate ridículo (**A Guerra Social de Canudos**). O saudoso professor Ataliba Nogueira era uma grande alma e excelente jurista. Mas sofria de uma

fobia euclidiana que lhe prejudica as críticas e o julgamento sobre o Conselheiro, Canudos e Euclides. Monarquista extremado, detestava o escritor, porque este era republicano. Católico, ultramontano, ultraconservador, fundamentalista, devoto e piedoso, o prof. Ataliba tinha profundos ressentimentos (e os não escondia), contra o sociólogo de Canudos, que considerava um dos grandes responsáveis pela queda da dinastia dos Braganças, no Brasil e avanço da filosofia positivista, atéia. Ataliba Nogueira não admitia o ateísmo e não tolerava nutras religiões que não a oficial, dos tempos imperiais. Mais, ainda: desconsiderava a obra do artista. Achava **Os Sertões** obra condenável, como literatura; em seu livro, minimiza e tenta apequenar o escritor, desprezando sua ciência, achando-o atrasado, e pseudo-científico, acusando-o de ateu e materialista, coisa que Euclides nunca foi. Em suma: estivesse no poder do professor Ataliba Nogueira, este colocaria Euclides no **Index**, baniria seu nome das escolas e dos livros de História, e entronizaria em seu lugar Antônio Conselheiro e suas **Prédicas**. Sobre estas, qualquer um que os leia, poderá afirmar que é um amontoado de disparates, do ponto de vista literário e uma espécie de "samba do crioulo-doido", contra República e o clero nacional. Sobre esta base frágil, concluem os maus leitores de Euclides que o líder espiritual de Canudos era portador de uma mensagem social transcendental. Na verdade, era um dos muitos "profetas" a pregar uma religião pessoal, num meio ignorante, ágrafo, pobre, miserável ou de espertalhões da política, a explorar a ingenuidade e religiosidade dos sertanejos. Como ainda hoje. De resto, a tese de os Dois Brasis ainda me parece atual. Veja-se J. Lambert (**Os Dois Brasis**).

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Lopes de: **Uma Introdução à Sociologia das secas**, A Noite Editora, Rio de Janeiro, 1948.
- ANDRADE, Olímpio de Souza: **História e Interpretação de "Os Sertões"**. Edart, S. Paulo, 1966.
- AZEVEDO, Fernando de: **A Cultura Brasileira**. Melhoramentos, S. Paulo, 1963.
- BASTOS, Abgaur: **A Visão Histórico-Sociológica de Euclides da Cunha**. Cia. Ed. Nacional. S. Paulo, 1986.
- BELLO, José Maria: **Inteligência do Brasil**. Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1938.
- BERNUCCI, Leopoldo: **A Imitação dos Sentidos**. EDUSP, S. Paulo, 1995.

- BOSI, Alfredo: **A Literatura Brasileira pelos Textos**. Cultrix, S. Paulo, 1979.
- BRANDÃO, Adelino: **Paraíso Perdido: Euclides da Cunha, Vida e Obra**. Ibrasa Ed., S. Paulo, 1997.
- BRANDÃO, Octávio: **Os Intelectuais Progressistas**. Organização Simões. Rio de Janeiro, 1956.
- COUTINHO, Afrânio (Organizador): **A Literatura no Brasil** Editorial Sulamericana. Rio de Janeiro, 1971. Vd. Cap. "Euclides da Cunha", devido a FRANKLIN DE OLIVEIRA.
- CUNHA, Euclides da: **Obra Completa**. Aguilar, Rio de Janeiro, 1966.
- FREYRE, Gilberto: **Perfil de Euclides e outros perfis**. José Olympio, Rio de Janeiro, 1944.
- GURVITCH, Georges. **La Sociologie au XX-è Siècle**. Presses Universitaires de France, Paris, 1968.
- LAMBERT, Jacques: **Os Dois Brasis**. Cia. Ed. Nacional. S. Paulo, 1967.
- LUCAS, Fábio: **Interpretações da Vida Social**. Ícone. S. Paulo, 1995.
- MOURA, Clóvis: **Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1964.
- PEIXOTO, Afrânio: **Poeira da Estrada**, 3ª ed. Cia. Ed. Nacional. S. Paulo, 1944. Traz três capítulos obre Euclides da Cunha e sua obra.
- GRÊMIO EUCLYDES DA CUNHA: **Por Protesto e Adoração**. Rio de Janeiro, 1919. Traz ensaios valiosos, de autores diversos, sobre Euclides.
- REALE, Miguel: **Face Oculta de Euclides da Cunha**. Topbooks, S. Paulo, 1993. O melhor estudo sobre o pensamento filosófico de Euclides.

AS CIÊNCIAS NA ROMA ANTIGA

João RIBEIRO JÚNIOR

Com exceção do Direito, Roma não deu, praticamente, nenhuma contribuição importante em prol da ciência. A ciência romana nada mais é do que compilação, sem qualquer crítica, de obras que continham os conhecimentos científicos conquistados por outros povos.

A **História Naturalis**, de Plínio, o Velho, por exemplo, trata-se de um levantamento que pretende ser o mais completo possível sobre os objetos e os fenômenos da natureza. É uma espécie de enciclopédia, onde ao lado das ciências naturais propriamente ditas, encontra-se a geografia, a história, a arte, a zoologia e a medicina. Ao contrário de Sêneca, que escreveu sete livros sobre questões naturais (*Questiones Naturales*), que tratam, entre outras coisas dos fogos celestes (arco-íris, estrelas cadentes, raios, etc.), Plínio nada diz sobre a astronomia, porque, como se lê no início do livro II, de sua obra: "... indagar tão estranhas coisas não interessa aos homens, e nem sequer cabe na conjectura das mentes humanas".

Entre as ciências exatas e humanas, selecionei, para este artigo, apenas a Astronomia, as Matemáticas, e a Medicina, (O Direito romano foi tratado em ensaio publicado na Revista **Direito-USF**, vol. 10, nº 1, jan jun/93, pp 27-38, da Universidade São Francisco, de Bragança Paulista-SP), - pois foram estas as preferidas pelos romanos, que uniram os resultados científicos dos estudos realizados anteriormente, criando, assim, a base dessas ciências para o futuro.

Astronomia

Em se tratado do Cosmos, a ciência romana era bem primitiva. Nos primórdios da Idade Média, ainda se usavam os mapas de Cirilo e

Diodoro, onde a Terra é concebida como um disco, e se crê que o Cosmos tem a forma de tabernáculo. Este primitivismo é, também, encontrado nos mapas de Ambrosio e de Agostinho, que irão condicionar as idéias medievais sobre a estrutura do Cosmos. Só em Bizâncio, Império romano do Oriente, que a antiga concepção aristotélico-ptolomaica irá servir de base até o ano 500 d.C., para descobrir um Cosmos, encabeçado por uma hierarquia de anjos. A realidade é que os romanos nunca tiveram astrônomos e geógrafos de importância como os gregos e outros povos, embora conhecessem a obra de Eratóstenes, que calculou a circunferência terrestre; de Estrabão, que descreveu as regiões então conhecidas; de Aristarco de Samos, que calculou as distâncias relativas a que o sol e a Lua se encontram da Terra; de Pitágoras, que afirmou que a Terra é uma esfera, que gira em torno do seu próprio eixo; de Eudóxio de Cnido, que elaborou o geocentrismo; e de Ptolomeu, que, com seus treze livros, sob o nome **Composição Matemática** ou **Almagesto** (título dado pelos árabes) divulgou esta teoria.

Mas, mesmo sem conhecer a fundo a astronomia, os romanos fizeram a reforma do Calendário; talvez, devido aos **Almanaques** ou registros astrológicos regulares dos dias do ano, realizados por Ptolomeu.

O Calendário romano dividia o ano em 10 meses, começando com março. Numa Pompílio, baseado no curso da lua, estabeleceu o ano de 12 meses, contando o mês lunar de 29 dias, 12 horas e 44 minutos. Os meses eram os seguintes: *Martius*, consagrado a Marte, deus da guerra. (Com a reforma de Júlio César passou a ser o terceiro mês); *Aprilis* (de *aperire*, abrir, porque neste mês abrem-se as plantas), consagrado a Vênus, deusa do amor e da beleza; *Maius*, devido aos deuses Maius e Maia, que presidiam ao crescimento, consagrado a Apolo, deus da luz; *Junius*, em honra a deusa Juno, esposa do senhor dos deuses, Júpiter, consagrado a Mercúrio, deus dos viajantes e dos comerciantes; *Quinctilis*, mais tarde, *Julius*, em honra a Júlio César, consagrado a Jano, o deus com duas faces contrapostas, que representava o passado e o futuro, *Sextilis*, posteriormente *Augustus*, em honra a Otávio Augusto, consagrado a Ceres, deusa da colheita; *September*, consagrado a Vulcano, deus do fogo; *October*, consagrado a Marte; *November*, consagrado a Diana, deusa da caça; *December*, consagrado a *vestra*, deusa do fogo em seu aspecto benéfico. *Januarius*, consagrado a Jano, passou a ser o primeiro mês graças a Nu; e *Februarius*, consagrado a Netuno, deus do mar,

último mês do ano, passou a ser o segundo; tinha esse nome porque era neste mês que realizavam-se os rituais de purificação (*Februare*).

Em 46, Júlio César, a conselho do grego Sosígenes, baseado no ano solar (365 dias, 5 horas, 48 minutos e 46 segundos) reformou o Calendário romano. (Essa reforma, vigorou até a reforma do papa Gregório XIII, 1582). Foi acrescentado um dia em cada quatro anos, fazendo assim um ano bissexto. Os doze meses foram divididos em unidades de 30 ou 31 dias, exceto nos anos não bissextos, quando o mês de fevereiro só tinha 29 dias. Augusto, além de dar o seu nome ao mês chamado *Sextilis*, acrescentou-lhe mais um dia, que tirou de fevereiro.

As semanas (*nundinae*) tinham oito dias, correspondentes ao espaço entre uma feira e outra, que eram marcados no calendário por letras de A até H. No século IV antes da nossa era, foi realizada uma reforma. A semana ficou com sete dias, cada um deles dedicado a um deus ou a um astro: *Dies Solis* (dia do Sol), *Dies Lunae* (dia da Lua), *Dies Martis* (dia de Marte), *Dies Mercuri* (dia de Mercúrio), *Dies Jovis* (dia de Júpiter), *Dies Teneris* (dia de Vênus) e *Dies Saturni* (dia de Saturno).

Em cada mês havia três dias especiais: *Calendae*, 1º de cada mês, quando os sacerdotes anunciavam as festas do mês e ofereciam sacrifícios a Jano; *Nonae*, dia 7 de março, maio, julho, outubro, e dia 5 dos outros meses; e *Idus* (do verbo grego resplandecer), oito dias depois, dia 13 ou 15, quando realizavam-se sacrifícios a Júpiter. Com esses três dias-chaves contavam-se os demais. Assim, em março, mês cujo *idus* se verificavam no 15º dia e *nonae* no 7º, o terceiro era designado por "5º dia antes das *nonae*"; o dia 13, por "3º dia antes dos *idus*"; e o dia 16, "17º dia antes das *calendae* de abril". Os dias seguintes a esses três eram os *postridie*, considerados nefastos, sobretudo o *Postridis Calendae*. Porém, havia outros dias nefastos assinalados no Calendário pela letra *N* (*nefas*). Os dias favoráveis vinham precedidos pela letra *F* (*fas*). Se o sinal fosse *End* (de *endotercius*), o dia era tido como desfavorável pela manhã e favorável à tarde.

Como os romanos não utilizavam a hora equinocial, isto é, hora de 60 minutos, que divide o dia astronômico em partes iguais, o dia, para eles, dividia-se em 12 horas, desde o levantar até ao pôr do sol, variando assim a duração da hora, de acordo com a estação do ano; de modo que as horas no verão eram mais longas do que as do inverno. A

sexta hora era o meio-dia. A noite estava repartida em quatro vigílias, desde o pôr do sol até ao amanhecer, variando, também, de acordo com as estações. A terceira vigília começava sempre à meia-noite.

As horas lhes eram fornecidas pelos *quadrantes solares* (relógio de sol), de criação helênica. Havia o quadrante fixo e transportável, e os que indicavam a hora equinocial. Usavam-se, também, dois modelos de relógio de água: o que servia para medir um período de tempo determinado, igual ao que leva a água contida no recipiente superior para passar ao recipiente inferior; e o que, esvaziando-se em 24 horas, permitia, através de uma escala gradativa, colocada na parte inferior, estabelecer com precisão o número de horas transcorridas. Sua invenção é atribuída a Platão, sedo aperfeiçoado por Ctesíbios, de Alexandria.

Matemáticas

Os romanos empregavam algarismos representados por letras, em número de sete: I (1), V (5), X (10), L (50), C (100), D (500), M (1000), baseando-se nos seguintes princípios: à direita de um algarismo, se escreve outro de valor menor ou igual; o valor do primeiro algarismo fica aumentado do valor do seguinte e o número se obtém fazendo a soma dos valores de todas as letras que o compõem. Exemplo: VIII= 5+3 ou 8. Se à esquerda de um algarismo se escreve outro de valor menor, o valor do primeiro algarismo fica diminuído do valor do segundo. Exemplo: IV = 5-1 ou 4. O valor de um algarismo fica multiplicado por 1000 se ele tem acima um traço horizontal; por 1000 000 se tem acima dois traços horizontais. Um outro método, que permitia representar todos os números compreendidos entre 100 000 e 500 000 000, consistia na multiplicação por 100 000 do valor de toda menção numérica rodeada por uma espécie de retângulo incompleto.

Contudo, em vez de simplificar o sistema, estas diferentes convenções o complicaram ainda mais, resultando em confusão e dando lugar a erros de interpretação. Suetônio conta que o imperador Tibério teve um dia de pagar aos legatários somas importantes relacionadas com a herança de sua mãe Lúvia, chegando a ter uma questão com um deles, o futuro imperador Galba, porque reduzira seu legado de 50 000 000 para 500 000 sestércios. Acontece que o montante do legado fora indicado

pela mãe de Tibério sob a forma CCCCC, rodeada por um retângulo incompleto, mas Galba não teve o cuidado de registrar esta soma por inteiro. Quando se apresentou ao imperador, Galba pensava que os cinco "C" tinham sido circundados e que se tratava, portanto, da representação de $500 \times 100\,000 = 50\,000\,000$ sestércios. Mas, como os lados do retângulo eram muitos curtos. Tibério procurou tirar vantagem, interpretando esta notação como se fossem cinco "C" coroados por um traço. ("Seria preciso que minha mãe tivesse indicado esta soma sob a forma CCCCC cercada com o retângulo, para que eu pudesse te dar razão", argumentou Tibério). E, como esta forma de uma menção numérica só valia mil vezes mais, Galba recebeu do imperador apenas a soma de $500 \times 1\,000 = 500\,000$ sestércios! Por aí se vê o grau de insegurança deste sistema, nascido da prática do entalhe, na zona rural sob influência etrusca.

As medidas usadas pelos romanos eram as seguintes:

- a) medidas de comprimento: *Pes* (unidade), 0,29; *Digitus* (1/16), 0,018; *Uncia* (1/12), 0,024; *Palmus* (1/4), 0,072; *Cubitus* (11/2), 0,44; *Passus* (5)m 1,49; *Decempeda* (10), 2,94; *Stadium* (625),184,37; *Milliarium* (5000),1475,00.
- b) medidas de área: *Jegerum* (unidade), 2458 *ares* (jeira); *Clima* (1/8), 3,08; *Modius* (1/2), 12,34; *Actus* (1/3), 8,22; *Heredium* (800), 19744,00; *Centuria* (2), 49, 36; *Saltus* (299), 4936,00.
- c) medidas de capacidade: *Modius* (unidade), 8,70 litros (alqueire, almude); *Cyatus* (1/160), 0,054; *Quartarius* (1/84), 0,136; *Hemina* (3/80), 0,326; *Congius* (3/3), 3,26; *Semodius* (1/2), 4,35; *Urna* (1,5), 13; *Amphora* (3,0), 26; *Cadus* (4,5), 39; *Medimnus* (6,0), 52; *Calleus* (60,0) litros.
- d) medidas de peso: *Pondo*; *As*; *Libra* (unidade), cerca de 324 gr.; *Uncia*, 1/12 da libra (12/12), 27,00; *Semiuncia* (1/2), 13,50; *Sextula* (1/16), 4,50; *Dracma* (1/8), 3,38; *Semisextula* (1/12), 2,25; *Scriptula* (1/24), 1,12; *Deipondo* (2), 648; *Trepondo* (3), 972; *Quadrussis* (4),1296; *Quincussis* (5),1620; *Decussis* (10), 3240; *Talentum* (80), 25910; *Centussis* (100), 324,00.

Cícero, nas **Tusculanae Disputationes** (I, 15), afirma: "Limitamos as matemáticas à arte das medidas práticas", isto porque os

romanos apenas aperfeiçoaram o *ábaco*, o *dioptro*, o *hodômetro* e outros instrumentos de origem grega.

É de se notar que na mecânica houve algum progresso, como a invenção da balança de um prato, e o guindaste para levantar pesos; e também na ótica, com trabalhos em globos de vidro cheios de água que serviam, juntamente com esmeraldas talhadas, de lentes corretivas. Plínio conta que Nero, muito míope, teria utilizado uma esmeralda para assistir os jogos do Circo Máximo.

Medicina

A medicina grega encontrou forte resistência no mundo romano, que nada tinha a lhe opor, senão remédios caseiros. A erva mais usada na farmacopéia doméstica romana era o *Larserpizio*, que estimulava a digestão. Embora a técnica da prótese dentária já estivesse desenvolvida, usava-se para a dor de dente, a polpa de abóbora misturada com o absínto e sal: ou aplicava-se, no local, suco leitoso do caule de mostarda.

É no Helenismo que a medicina adquire a personalidade de uma ciência que pressupõe conhecimentos especializados, e que se plasma numa literatura médica. O centro desse estudo é Alexandria, a maior cidade cultural da Antiguidade. É lá que Herófilo (século III antes de Cristo) e Erasístrato (304-240 antes de Cristo), descobrem o mais importante dos sistemas orgânicos do homem: o sistema nervoso.

Após a conquista do Egíto, por Júlio César, os médicos alexandrinos instalaram-se em Roma; um desses primeiros médicos foi o epicureu Asclepiades, amigo de Cícero e de Marco Antônio, que escreveu 20 livros sobre medicina. Asclepiades era adepto da fisioterapia.

A partir de então cresceu a literatura médica: Aula Cornélio Celso escreve uma enciclopédia médica: **De Re Medica**, onde se encontra uma ampla compilação farmacológica de Dioscoride; resumo dos tratados dos grandes médicos, como Atenaios de Atalia, que fundou a Escola dos Pneumaticistas, de inspiração estoica; Sorano, considerado o maior ginecologista da Antiguidade; rufo de Efeso, que descreveu o quiasma ótico, distinguiu os nervos sensoriais dos nervos motores, descobriu a ligação entre as pulsações e o período sistológico (William Harvey (1578-1637) a redescobrirá mais tarde, porque fôra esquecida); Arquígenos

de Apaméia, que descreveu a lepra; Aretaios da Capadócia, que distinguiu as formas de paralisia e descreveu o diabetes. A pleurite, a pneumonia, a asma, o tétano, a epilepsia, a gôta; etc. Demóstenes de Filateta, grande oftalmologista, escreveu o primeiro e único tratado de pediatria da Antiguidade, que se conhece: e Metrodora, a primeira mulher autora de um tratado sobre doenças femininas.

Porém, com o ceticismo, vai ganhando terreno uma concepção que nega toda importância para o exercício da medicina, ou seja, o conhecimento da anatomia e da fisiologia. Sorano de Éfeso, por exemplo, considerado o maior ginecologista da Antiguidade, no prefácio de seu livro sobre a estrutura e funcionamento dos órgãos genitais femininos, e dos processos de reprodução, desculpa-se pelo seu conhecimento de anatomia.

Por outro lado, a filosofia estoica passa a dominar os espíritos, e nasce um complexo de concepções em que é retomada a teoria humoral de Hipócrates, ou seja, que a doença resultava de um desequilíbrio entre os quatro humores básicos do corpo. (Acreditava-se que o universo era formado por quatro elementos: fogo, ar, água e terra, que tinham os seus correlativos no corpo humano: sangue, bilis, linfa e bile negra. A doença tratava-se através do equilíbrio das propriedades desses elementos). Porém com maior atenção ao *pneuma*, que é considerado o fator decisivo na saúde e nas doenças.

É neste clima que surge o maior enciclopedista médico da Antiguidade, cuja fama na Idade Média superou a de Hipócrates: Galeno de Pérgamo (129-199 da era cristã). Galeno, que iniciou sua profissão como cirurgião dos gladiadores, sendo mais tarde médico do imperador Marco Aurélio, escreveu mais de 300 livros, dos quais restam-nos 118. Ele mantinha escribas diuturnamente para registrar suas observações anatômicas, relatos de casos clínicos e análises de drogas prescritas.

Galeno baseava-se no conceito grego dos humores; fez brilhantes investigações sobre o sistema nervoso, mas sua anatomia era de todo enganosa, pois, influenciado pela objeção predominante contra a dissecação humana, fez experiência em animais, principalmente macacos e porcos, e ainda aceitava sem crítica algumas superstições e credências médicas. (Só em 1541, André Vesálio (1514-1564), de Pádua, descobriu que Galeno não dissecara seres humanos, mas somente animais,

e deliberou descrever, pela primeira vez, a verdadeira anatomia humana, em sua obra **Sete Livros sobre a Organização do Corpo Humano (De Corporis Humani Fabrica Libri Septem)**.

Apesar de tudo, na Idade Média e na Idade Moderna era considerado sacrilégio pôr em dúvida os ensinamentos de Galeno. (Conta-se que em 1559, o Colégio dos Médicos de Londres, condenou um de seus membros, o dr. John Geynes, por ter este sugerido que as obras de Galeno continham erros).

Aos trabalhos de Galeno, e às obras agrupadas em torno do nome de Hipócrates, conhecidas como **Corpo Hipocrático**, foi acrescida a **Coleção Médica**, coleção de citações, organizada por Oribase, médico do imperador Juliano. Depois, multiplicaram-se os receituários, os breviários, os tratados versificados de medicina. O último representante significativo da medicina romana foi Célio Aureliano, que viveu pelos fins do século V, cujo tratado clínico-terapêutico, embasado em Sorano, teve grande difusão. A partir de então, os escritos sobre medicina não passam de meras compilações.

No ano 293 antes de Cristo, quando os deuses romanos pareceram incapazes de dominar a peste que irrompera, um mensageiro foi enviado aos gregos para pedir-lhes emprestado um dos seus deuses, para o qual se erigiu o templo de Esculápio. (Segundo a mitologia, esse deus aprendeu medicina com o centauro Quirão, tornando-se tão hábil nesta ciência que descobriu o meio de ressuscitar os mortos: Júpiter, temendo que esses ressurreições alterassem a ordem das coisas, fulminou Esculápio com raios forjados pelos Ciclopes. Os emblemas de Esculápio são duas serpentes enroladas em um bastão, pinhas, coroas de louro, uma cabra ou um cão).

A princípio, as pessoas enfermas iam ao templo por motivos religiosos, mas o imperador Cláudio, no ano 41 da era cristã, converteu-o num lugar de refúgio para doentes pobres. E assim, o templo de Esculápio tornou-se o primeiro hospital.

A medida em que o Império Romano se estendia territorialmente, foram organizados os primeiros hospitais militares. Com o advento do cristianismo, a jovem cristã Fabíola, dirigida por São Jerônimo, fundou em 380 o primeiro hospital, onde os cuidados

gratuitos eram dispensados como dever cristão. Doentes de toda a sorte ali eram acomodados promiscuamente deitados em palha à guisa de leitos.

Os romanos acreditavam nas vantagens médicas e sociais dos banhos. Tinham consciência das virtudes das fontes naturais. Conheciam os benefícios do planejamento urbano, das casas bem ventiladas, das ruas calçadas e da cremação dos mortos. E ainda tinham ordenações que observavam o estado de pureza dos alimentos. Tudo isso colaborava para que eles tivessem boa saúde. O que não impediu que a peste, nascida na Ásia, alcançasse a Europa, dizimando guarnições militares e populações civis das províncias romanas. O curioso é que esta pestilência era uma enfermidade do mundo civilizado, à qual os "bárbaros" pareciam estar imunes. Mas isto é outra história.

A AGONIA DE UMA CIDADE

B. P. BITTENCOURT

Lembro-me dos meus seis anos, com terninho novo e sapatos doendo nos pés, apresentei-me, com mais cinco da mesma idade, para minha primeira comunhão, no belo templo de São Francisco, no alto da colina dominando a cidade, diante de um jovem sacerdote muito querido de todos, o Padre Plínio, cujo sobrenome ficou nas brumas do tempo.

Naquele mesmo ano, na festa de São Francisco, patrono da Igreja e da cidade, penetrei no meio do grupo, acompanhado da banda e levantando ofertas para a festa do ano: de camisola, sujo de barro até à cabeça, para vergonha de meus pais, os festeiros.

Pinheiros, então município da Comarca de Queluz, era uma pequena mas bem conservada cidade, com velhos casarões do início do século XIX, todos habitados. Havia meia dúzia de armazéns e bares, o edifício da Prefeitura Municipal, edifício do Grupo Escolar, residência de seu Diretor, ruas descalças, mas bem conservadas. Era cercada de fazendas de todos os lados. Tinha seu micro-clima, dada sua localização nos contrafortes da Mantiqueira, aproximando-se de sua parte mais alta.

Pinheiros era uma comunidade de irmãos. Havia festas, reuniões sociais, convescotes, jogos em que todos participavam. Todo mundo conhecida todo mundo. Eu, com meus seis anos, lembro-me do Padre Plínio, do Prof. João Silveira, meu professor do 1º ano primário, do Prof. José Vaz, Diretor do Grupo, dos diversos fazendeiros amigos de meu pai que chegou a prefeito da pequenina comunidade. Ligada à cidadezinha estava o bairro cheio de festas, a Capela do Jacú, de onde provinha nossa água pura da serra.

A política estava nas mãos dos Novaes, principalmente Antão Novaes, apelidado de Tão Novaes e sr. Neco. Depois de nossa mudança

de Pinheiros em 1927, o município foi rebaixado a distrito e a Prefeitura, como dizem lá, levada para Lavrinhas. Hoje pertence à Comarca de Cruzeiro e a seu município, distrito que é.

Então iniciou-se a decadência da pequena cidade, hoje uma vila com menos da metade da população do município. Conheci sr. Tão Novaes, com 102 anos de idade e com ele falei várias vezes em minhas visitas. Faleceu com 104 anos e foi sepultado em Cruzeiro, com muitas honras.

Ferrúcio Fabri escreveu um bom trabalho sobre a decadência de Pinheiros. E seu livro *A VOLTA* (Prêmio José Lins do Rego - Rio, Editora Lidador). Meio história-meio romance, ele conta muito do que acontecia no seu tempo [o livro é de 1971] quanto à decadência da cidade, hoje vila também decadente. Os sobradões quase todos ruíram por falta de conservação e interesse dos proprietários. A última vez que estive lá, o último grande sobradão estava ruindo.

Lembro-me da Fazenda Rio Comprido, de meu avô, onde gostava de passar o tempo, especialmente no pomar. As matas, do que restava da Mata Atlântica, estava, naquela fazenda, sendo cortada e vendida para a produção de carvão e lenha. Eu mesmo vi muito desta destruição sendo feita. Nenhuma, absolutamente nenhuma noção de preservação ecológica. O rio Comprido atravessava a fazenda e dava sua boa contribuição para a criação do gado leiteiro.

No meu tempo de criança em Pinheiros, havia uns tipos na cidade que vale mencionar: o Tenente Ferreira, vivia num casarão de mais de cem anos na entrada da cidade, onde atendia à população pobre com receitas de homeopatia que ele mesmo preparava. Havia filas em sua porta. Era tudo de graça, pois vivia do soldo de militar reformado; o Antero, era nosso acendedor de lampião, até que a energia elétrica, produzida na fazenda do sr. Gazola, iluminasse a cidade. E, como moleque, gostava de acompanhar o acendedor de lampeões e hoje me lembro da bela poesia de Robert Luiz Stevenson, **O Acendedor de Lampião**, que é mimo da literatura inglesa. O sr. Bernardo, era o dono da venda do outro lado da rua onde meu pai tinha a dele. Ele tinha filhos e filhas com quem fazíamos as "artes" por todo canto da vila. O sr. Lula Varejão era um dos maiores fazendeiros da terra e bem conhecido até de nós, crianças.

Todo mundo na cidade conhecia o João Congo, feiticheiro da quimbanda, curador conhecido e de quem os pobres se serviam com fartura.

Algumas das peças antigas de lembranças gostosas, ainda estão lá, como a Igreja de São Francisco, com duas torres, depois reduzidas a uma só. O cemitério, na parte mais alta da cidade, sempre repintado de branco. A rua do Aterro, onde duas coisas aconteciam no meu tempo: ali estava o matadouro municipal e ali se localizava a prostituição na época.

Aos cinco anos (1925) vi na cidade o primeiro automóvel, o Chevrolet do fazendeiro Gazola e, na fazenda do meu avô, o primeiro gramofone da cidade. Também lá chegou no meu tempo uma máquina de fazer sorvete e estes elementos foram as grandes novidades da primeira parte da década de vinte.

Apesar de Cruzeiro haver construído no centro da vila uma pequena praça de esportes, para animar os espíritos que ficaram, Pinheiros é uma sombra do que foi em meu tempo de criança. Ainda se sonha com a volta da prefeitura, tema do livro de Fabri.

O templo católico da cidade, ainda em pé, era o lugar onde a sociedade local se revelava, especialmente na missa das dez de domingo pela manhã. Era o local onde a comunidade se encontrava. E o jovem sacerdote por ela responsável, fazia com carinho sua parte no conagração do povo.

Há hoje ligação asfáltica entre Lavrinha, Pinheiros e Queluz, o que facilitou um pouco a vida dos que ficaram.

Fabri tem um trecho bem característico da situação atual, no encontro com um visitante: "Porventura este lugar está afastado dos caminhos do mundo? Morto sim. Mas enterrado ainda não. Pois quero assistir aos funerais da cidade de Pinheiros" [pag. 20]

Nestes últimos vinte anos a cidade reagiu um pouco e num de suas colinas nasceu nova vila de construções tipo BNH, com iluminação elétrica e algumas ruas.

Gosto de visitar a vila-cemitério. Parece que ainda vejo nas ruas barrentas, as marcas de meus pés de moleque travesso, ali nascido em 1920. Ainda tenho saudades de lá...

HISTÓRIA DE VIDA DO PROFESSOR DESIDÉRIO AYTAI CONTADA POR ELE MESMO

A 24 de junho de 1998, dois dias antes de completar 93 anos, faleceu em hospital de Campinas o Professor Dr. Desidério Aytai. Todos os que o conheceram, que privaram do seu convívio e com quem ele prodigamente repartiu, a mãos cheias, seus conhecimentos e sua sabedoria de vida, sabem avaliar a magnitude dessa perda.

Qualquer perfil para traçar-lhe a carreira seria insuficiente para recordar o Professor Desidério Aytai a todos a quem ajudou de uma maneira ou outra. Mas entre os papéis e documentos do espólio do Professor Desidério Aytai encontramos um rascunho de carta, de próprio punho, contando sua trajetória de vida. Pensada como um currículo informal, a carta destinava-se ao Dr. Antonio Alexandre Bispo do Instituto de Musicologia de Colônia, organizador da obra **As culturas musicais indígenas no Brasil**, em três volumes, patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Um desses volumes compreende os trabalhos etnomusicológicos do Professor Desidério Aytai, vertidos para o alemão e em português, com resumos em francês e inglês, a sair do prelo em 1999. O texto da carta, redigido com singeleza característica, lembra o Professor Desidério Aytai em suas diferentes capacidades e revela aspectos de sua vida que ele, em sua extraordinária modéstia, dificilmente mencionava. E vai acompanhado da saudade funda de

Renata P.P. Leite Antônio
Eufrosina Rosário
Thekla Hartmann

18.1.1995

"Nasci em 26 de junho de 1905 em Budapeste, Hungria, primogênito de meus pais, que eram da classe média.

Estudei na Hungria, com dois anos de interrupção durante os estudos universitários que passei na Argentina e dediquei à análise de problemas de engenharia teórica na universidade de La Plata, para depois obter o diploma de engenheiro mecânico-eletricista da Real Universidade Técnica de Budapeste. Sempre interessei-me pelos problemas matemático-mecânicos, ganhei prêmios em concursos científicos e publiquei alguns trabalhos em revistas de engenharia.

Desde a infância estudei piano com professores particulares e também em escolas públicas de música, incluindo contraponto e harmonia. Cativou-me o problema da pentatonía na antiga música húngara e suas relações com a música de grupos menores de povos na Ásia com que os húngaros tiveram contato há 2 ou 3 mil anos. Um dos casos mais conhecidos é o do povo **Mari** da Ásia Boreal, também chamados Txeremis, que não só usa a mesma escala existente na atual música folclórica húngara, mas mostra a mesma estrutura básica da linha melódica (...). A falta de verba, e o período de forte tensão política entre as duas Grandes Guerras, impediram-me a realização de uma viagem de pesquisa aos Txeremis, na União Soviética.

Em 1931 casei-me com a pianista-organista Elizabeth Lázár, com quem passei uma vida matrimonial das mais felizes e harmoniosas até seu falecimento em 1990.

Em 1929 meu pai faleceu em circunstâncias trágicas e eu tinha que manter minha mãe e meus dois irmãos: Tibor que, durante seus anos universitários ficou gravemente doente (esquizofrenia), mais tarde foi lobotomizado em Paris e está comigo até hoje, com 88 anos de idade. Meu irmão menor, Nicolau, formou-se em química, inclusive doutorado e, mais tarde, com a introdução do comunismo pelos russos, entrou na política e chegou à posição de vice-primeiro-ministro.

Precisei trabalhar muito para manter minha família e mais tarde minha esposa também, e entrei no serviço da Real Estrada de Ferro da Hungria, como engenheiro, chegando mais tarde à posição de engenheiro chefe, depois conselheiro técnico e finalmente conselheiro superior técnico.

Com minha mulher levamos uma vida intensiva de atividades musicais: ela deu numerosos concertos de música clássica, e não perdemos

nenhuma oportunidade para assistirmos aos concertos maiores de música clássica.

Depois da guerra, em 1946, o governo de colisão da Hungria, ainda não comunista, recebeu um empréstimo de 5 milhões de dólares para fazer compras de material "surplus", isto é, o que o exército americano usou na guerra (excluindo-se naturalmente as armas), mas não levou de volta aos Estados Unidos. Os 5 milhões daquela época correspondem aproximadamente a 50 milhões de dólares hodiernos. Fui convidado a representar a Real Estrada de Ferro na comissão de compras (provavelmente porque dominava as línguas húngara, inglesa, francesa, alemã e italiana). Fomos a Paris sob o comando do Ministro das Finanças da Hungria, esperando voltar em 2 ou 3 semanas. Quando, depois de um mês, nem iniciáramos ainda as compras, o Ministro não pôde mais ausentar-se do país, e eu fui nomeado para chefiar a comissão. Quando, meses depois, gastei os 5 milhões de dólares, consegui com as autoridades americanas aumentar o crédito sucessivamente para 10, 15 e, finalmente, para 30 milhões de dólares. Trabalhei na França, Bélgica, Holanda, Alemanha e, em fins de 1947, fui a Washington para estender o crédito para navios também. Ali fiquei sabendo que - talvez com a ajuda do exército da União Soviética - foi feita uma eleição na qual o partido comunista ganhou acima de 90%. Resolvi não voltar mais à minha pátria; imigrei, junto com minha família, para o Brasil. Comprei um sítio, tinha granja, trator e terraceamento da lavoura. Passados os primeiros anos de luta dura, podia pensar em minha atividade predileta, a antropologia. Em 1960, com a orientação do erudito Padre Salesiano Ângelo Jayme Venturelli, visitei pela primeira vez os índios Bororo e Xavante.

A primeira visita abriu-me a perspectiva para executar interessantíssimas pesquisas, principalmente na música indígena, naquela época quase desconhecida.

A partir de 1960, não passou ano sem visitarmos tribos, às vezes até perigosas (os Nambiquara-Sararê), coletando gravações de cantos e de música instrumental. Nunca fiz viagem de pesquisa sem minha saudosa mulher que me acompanhou em marchas de 8-10 dias nas matas virgens de Mato Grosso, carregando ela 15, eu 25kg nas costas, e mantendo as nossas forças com doses maiores da bebida guaraná, usada

no Amazonas pelos próprios índios. Com a passagem dos anos visitamos e estudamos as seguintes tribos, algumas delas várias vezes: Bororo, Xavante, Paressi, Mamaindê, Nambiquaras do Galera, Halótesu, Nambiquaras Sararê, Guarani do litoral paulista, Karajá.

Durante todos esses anos de pesquisa trabalhei também como engenheiro nas fábricas Singer, Merck, Sharp and Dohme, e General Electric, em Campinas. Fiz muitas palestras sobre nossas expedições, projetando as fotografias feitas de índios e algumas exposições também, com artefatos coletados nas viagens. Provavelmente foi por este meio que o Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC) ficou conhecendo minhas atividades de antropologia e de arqueologia também, estas últimas resultando de minhas escavações nos sambaquis - montes pré-históricos de conchas que os índios amontoaram a partir de 12-15.000 anos atrás - e descobri o sambaqui de Jaraçatiá de 5-6.000 anos de idade. Fui convidado a ser professor de antropologia em vários setores da PUCC (Ciências Sociais, História, Serviço Social, Psicologia, Comunicação) e, mais tarde, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) também (cursos de Medicina e de Problemas Brasileiros).

Publiquei numerosos trabalhos antropológicos e arqueológicos não só em revistas científicas do Brasil (Revista da PUCC, Revista de Antropologia, Revista do Museu Paulista, Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas, Cartilha Etnomusicológica, de Campinas, Notícia Bibliográfica e Histórica, de Campinas, Staden-Jahrbuch, de São Paulo), mas no estrangeiro também (Bulletin de la Société Suisse des Américanistes, Cahiers de Musiques Traditionelles, de Genebra, Revista Alma Mater da Universidade de Guadalajara, do México, Latin American Music Review da Universidade de Austin, Texas) e outras revistas menores. Na Coleção Museu Paulista, Série Etnologia, apareceu meu livro sobre a música xavante (volume 5) que essencialmente era a minha tese de livre-docência. Desde 1977 estou editando uma revista dedicada à antropologia, arqueologia e folclore: Publicações do Museu Histórico de Paulínia, edição feita em cópias xerox, que aparece quatro vezes por ano. O número total de meus trabalhos publicados está em volta de cem.

Organizei os seguintes museus (não falando dos da Hungria): Museu de Antropologia da PUCC, Museu Municipal de Paulínia, Museu Municipal de Monte Mór, Museu Estadual de Tupã, Museu do Centro de

Ciências, Letras e Artes, de Campinas, Museu do Bosque dos Jequitibás da Prefeitura de Campinas, tendo ministrado vários cursos de museologia.

Em 1967-68 fundei e fui o primeiro decano da Faculdade de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

No momento, com quase 90 anos de idade, não posso mais viajar a meus queridos índios, mas continuo publicando os resultados de minhas pesquisas feitas no passado."

100 ANOS ATUANDO NO ENSINO SUPERIOR*

Geraldina Porto WITTER
PUC-Campinas

Há 100 anos foi fundado na Itália o Instituto de Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus que enviou para Baurú, em 1926 irmãs que vieram marcar significativamente a cidade e a educação na Brasil. Para comemorar o referido centenário foi escrito por Ignácio de Loyola Brandão o livro aqui resenhado.

A, apresentação gráfica da obra é excelente, com belas e significativas fotos, bem distribuídos ao longo do texto, com os adequados e necessários esclarecimentos por vezes poderiam ser mais detalhistas, por exemplo identificando, quando possível, as pessoas que apareceram em grupos.

A apresentação do livro é feita pela Dr^a Irmã Jacinta Turolo Garcia, Reitora da Universidade do Sagrado Coração. Nela o leitor é informada da razão da publicação e percebe a alegria do trabalho bem cumprido, da certeza de continuar o esforço em bem fazer para alcançar as metas pretendidas. Lá está explícita a certeza de contar com o apoio divino nesta trajetória.

O texto impecável, elegante, de leitura agradável é escrito com envolvimento e afeto. Brandão diz (p 11): "Esta é uma crônica. Na verdade, longa demais para uma simples crônica." Tem razão, mas o estilo agradável é o do cronista sensível, que leva consigo o leitor por um passeio na história destas irmãs, de seu trabalho religioso e educacional. "Curta demais para contar história que pretende e que encerra ideais profundos, amor a Deus, trabalho pelo próximo, solidariedade para com

(*) Brandão, I. de L. (1988). **Universidade do Coração**. 100 anos de história. Baurú: EDUSC, 96p.

o ser humano. "Mas consegue fazer antever esta história, sentir o esforço, partilhar do sonho, ver emergir novos sonhos".

É uma obra de arte gráfica e textual que simboliza um tempo, em seu olhar presente que também se projeta no futuro.

O livro está composto por três partes com títulos artísticos, onde intuição e criatividade convidam o leitor a inteirar-se do conteúdo.

O primeiro capítulo narra a trajetória da inquieta Madre Clélia Marloni na constituição da ordem religiosa, a vinda de representantes da ordem para Bauru, cidade com boas perspectivas de evolução nos anos vinte, e quando a Congregação de Clélia Merloni chega (1926) há condições e apoio para que uma ação educativa se instalasse buscando mudar a sociedade Competentes, alimentavam a idéia de crescimento para níveis mais avançados, germina o embrião da faculdade (FAFIL).

O segundo capítulo trata justamente o esforço de constituição da FAFIL, instituição bem alicerçada, requerendo grande empenho e esforço na superação das dificuldades. Em 1953 este sonho se torna realidade. Vem a busca de seu aprimoramento e de progressiva integração e mudanças na sociedade, na própria vida institucional e uma progressiva inserção e crescimento junto ao sistema universitário brasileiro. A expansão se faz em todos os sentidos. O sonho evolui para transformação em Universidade (1986).

O último capítulo é uma perspectiva do esforço e do acalantar de novos sonhos para os anos 2.000. Estende-se pelo Estado e pelo País a busca de melhor formar o cidadão. Novos objetos surgem e evoluem, entre eles da editora (EDUSC) que começou muito bem. O futuro está sendo bem cuidado, os sonhos se concretizam, se ampliam, se renovam. A obra resenhada anuncia estes fatos.

O texto apoia-se em entrevistas e em uma bibliografia pertinente. Mesmo sem o autor ter pretendido escrever uma história da Universidade do Coração, sua crônica é imprescindível para sentir a história desta instituição. Certamente será útil não só para os interessados na história desta instituição mas para os preocupados com a história do ensino superior.

A idéia de um livro comemorativo atingiu suas metas. Cabe apenas elogiar os que a tomaram mais um sonho realizado. Parabéns!

UMA RUA BATIZA UMA REVOLUÇÃO (A propósito da "Praieira")

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

O falecimento do historiador pernambucano Amaro Quintas, em maio do corrente ano, privou-nos não só de um grande estudioso de nossa história social, especialmente no que tange ao seu Estado, como privou-nos de um dos mais significativos autores de quantos escreveram sobre a revolução denominada "Praieira", nome tirado da rua "da Praia", na qual se localizava o jornal que a apoiava e a defendida. De fato, coube a Amaro Quintas, como já tivemos oportunidade de demonstrar em trabalho anterior e como, mais uma vez, se demonstrará na nota que lhe foi dedicada na seção "Vultos da Historiografia Brasileira", deste número, perscrutar de maneira mais profunda que qualquer outro autor o sentido social da revolta pernambucana de 1848.

No trabalho anterior procuramos salientar os diversos enfoques dados ao movimento da "Praieira", inclusive com a bibliografia crítica do que de mais expressivo se escrevera sobre o tema. Sem preocupação repetitiva, nossa intenção será agora, mais uma vez, mostrar as raízes do movimento, de maneira a nos conscientizar do alcance de seus propósitos e de seu significado.¹

Convém frisar, de início, que a "Praieira" foi fruto da época e do meio onde se desenrolou. Não podia Pernambuco escapar às conseqüências da estrutura política do Império, com sua excessiva centralização, estando as províncias entregues aos caprichos dos chefes políticos, que faziam o "jogo", ora dos liberais, ora dos conservadores. Se as queixas eram inúmeras contra a situação conservadora que caiu em

⁽¹⁾ V., de nossa autoria, **A "Praia" na ótica do século XX**. "Memória da IVª Semana da História", pp. 283-290. Franca, 1982.

1844, os liberais não deixaram de ter, de igual modo, sua parcela de culpa quando, naquele ano, assumiram o poder e o sustentaram por quatro anos. Em verdade, eram partidos que gravitavam mais em torno de chefes do que de idéias, havendo uma tênue linha separação entre eles, já que seus próprios componentes mudavam, com extrema facilidade, de um partido para o outro, não podendo, por isto mesmo, serem diferentes os seus métodos de governo.

Eis aí o porquê da história política do Império girar sempre em torno da sucessão freqüente de gabinetes liberais e conservadores, perturbando sobremaneira a vida das províncias, as quais, pelo isolamento em que geralmente se encontravam do governo central, iriam sentir, de perto, as conseqüências advindas da própria situação política do País.²

O domínio da "Praia" em Pernambuco não foi menos arbitrário que o da situação conservadora, determinado, obviamente, os mesmos ódios e as mesmas rivalidades.

Por isto, acreditamos que, do ponto de vista político a "Praieira" não tenha passado de um movimento "liberal" do gênero dos de São Paulo e Minas e sem alteração alguma para a vida política do País, salvando-se dela, contudo, por exemplo, a dedicação de um Nunes Machado e o heroísmo de um Pedro Ivo. Entretanto, convém enfatizar nela um sentido bem mais profundo do que nas mencionadas revoluções de 1842, qual seja o social.

Para então entendermos a "Praieira", necessitamos conhecer a situação de Pernambuco durante o século XIX, assaz interessante tanto do ponto de vista social, quanto do econômico. Era uma região que se avantajara a todas as demais do País, tanto no que concerne à opulência, como no que diz respeito à cultura de seus filhos e ao brilho de sua sociedade - conseqüência natural do ciclo açucareiro - sofrendo, por outro lado, a decorrência do desequilíbrio sócio-econômico gerado pela sua aristocracia rural e economia latifundiária. Compreende-se, pois, sua posição como foco de liberalismo, favorável a todos os movimentos de natureza liberal que tivessem em seus programas o objetivo de atenuar a situação então existente.

⁽²⁾ Durante o Segundo Reinado, no período compreendido entre os anos de 1840 e 1889, sucederam-se no poder 36 gabinetes, dos quais 19 liberais, 16 conservadores e apenas 1 de conciliação.

Os movimentos anteriores, de 1817 e 1824, lá ocorridos, foram marcos de profunda significação. A experiência regencial ao em vez de amenizar a fermentação revolucionária, serviu antes para agitá-la mais ainda.

Neste clima de descontentamento é que vivia a maior parte da província: de hostilidade para com as classes dominantes, de aspiração a uma organização mais racional e compatível com a época, de arregimentação de forças capazes de tentar solapar a estrutura sócio-econômica, em decorrência, da política, de infiltração e propagação de idéias revolucionárias, constatadas pela ação de um Antônio Pedro de Figueiredo, Abreu e Lima, Antônio Borges da Fonseca, Soares de Azevedo, cultores todos do socialismo utópico europeu daqueles dias, seguidores que eram de Fourier, Preoudhom, Owen, Saint-Simon, Louis Blanc, especialmente após a chegada ao Recife, Vauthier, engenheiro francês contratado pelo governo da província para diversas obras públicas, e que, adepto do socialismo francês, exerceu marcante influência no ambiente cultural da capital pernambucana de seu tempo.³

Apesar desta influência dos autores e das idéias francesas, não se pode afirmar que o movimento da "Praia" houvesse tido, de início, caráter republicano, muito embora tal tendência surgisse mais tarde.

O grande inspirador da rebelião, o de idéias mais avançadas, sem dúvida alguma, fora Borges de Fonseca, o célebre "Repúblico", agitador político e social e o verdadeiro líder da revolução, depois do desastre de 2 de fevereiro de 1849, onde perdeu a vida o chefe Nunes Machado.

Toda a vida do grande "Repúblico", como demonstramos exuberantemente em trabalho a ele especialmente dedicado, esteve sempre voltada para os problemas sociais, sempre pensando na defesa dos menos favorecidos, como o demonstra, entre outras coisas, o seu "Manifesto ao Mundo", de 1º de janeiro de 1849, no qual se consubstancia a bandeira da Revolta. Seu programa era avançadíssimo para a época,

⁽³⁾ Vauthier deixou um interessantíssimo **Diário Íntimo**, publicado pela primeira vez por Gilberto Freyre, com prefácio e notas, como volume 4º da série de publicações do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro (1940). Posteriormente Freyre publicou o importante ensaio **Um engenheiro francês do Brasil** biografando a Vauthier e reimprimindo seu **Diário** como segundo volume (Rio de Janeiro, José Olympio, 1940. Col. "Documentos Brasileiros", v. 26).

chegando a surpreender a muitos dos próprios adeptos do movimento, que não tencionavam ir tão longe.⁴

Um dos itens mais significativos de seu programa era o que se referia à nacionalização do comércio a retalho, concentrado, não só em Pernambuco, como no país todo, nas mãos dos portugueses, numa situação desvantajosa para os nacionais, mesmo porque, em 1844, no Recife, havia 77 grandes comerciantes, dos quais apenas um terço brasileiros, estando o restante nas mãos de estrangeiros, principalmente portugueses, então apelidados de "marinheiros", pelo fato de se encarregarem da via marítima, tanto para exportação, quanto importação. E aos brasileiros não restavam senão os empregos públicos ou a vida de soldado, como denunciava em 1847 o nacionalista Bento de Loyola.

Os próprios artistas pernambucanos, através da **Petição dos Artistas**, denunciaram de igual modo esse domínio estrangeiro, não só sobre o comércio, como os ofícios, recebendo apoio em sua campanha dos principais líderes políticos como Borges da Fonseca e Nunes Machado.

No governo de Chichorro da Gama (1845-1848) já se verificaram invasões aos engenhos, a incitação de seus moradores contra os proprietários, enfim o momento em que se desencadearam as hostes revolucionárias e as reivindicações populares, muito embora, de há muito, viesse vindo uma onda de intensa revolta, detonada pelos radicais da "Praia", tornando-se memorável o episódio do "Mata, mata, marinheiros", ocorrido em dezembro de 1847 e junho de 1848. Enfim, o movimento mobilizava as massas, no dizer do próprio Figueira de Melo, o chefe de polícia incumbido de abafá-lo.

Parece-nos notório, num outro ângulo da "Praieira", o seu caráter acentuadamente nativista, como aliás observou Pedro Calmon ao lembrar que todos os movimentos ocorridos após a Independência e até a "Praieira", são eles:

"xenófobos, misturando ao instinto nacionalista as cóleras baixas e ferozes do povo das ruas, visando ao homem de fora, porém especialmente ao monopolista dos negócios, ao provedor de gêneros, ao responsável pela vida cara,

⁽⁴⁾ Ricci, M. L. S. R. - **A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca**. Campinas, Pont. Univ. Católica, 1995

enriquecido no balcão, odiado das populações pobres, ainda mais indigentes em consequência das desordens políticas e da paralisia econômica em que se afogavam; eram conflitos atiçados pelo nativismo, mas de transparente sentido social".⁵

Mais ainda: um pequeno trecho do "Manifesto" de novembro de 1848, fundamentará e complementará os dizeres do historiador baiano, a respeito dessa luta contra o elemento português. Numa linguagem desabrida e violenta, ressumando ódios e vinganças e que, embora sem representar o pensamento "oficial" dos "praieiros" (porque tal linguagem é bem característica de uma certa imprensa "pasquineira" da época) teve influência muito grande na vida política brasileira:

"Pernambucanos! O partido absoluto miguelista se acha no poder, unido aos portugueses do Rio de Janeiro e daqui, e acaba de dar princípio à obra de nossa escravidão, entregando as nossas vidas e propriedades aos nossos mais encarniçados inimigos: os portugueses e os intitulados fidalgos Cavalcantis... A máquina infernal, fabricada pelo português José Clemente, está sendo usada pelo presidente carrasco dos pernambucanos... Este presidente, escolhido e comprado pelos portugueses da rua da Quitanda para estrangular os pernambucanos, entregando-os aos seus verdugos, está manifestamente procurando desempenhar esta horrível missão; nenhum de nós escapará à perseguição e à morte. Os nossos brios e a nossa dignidade não consentem que nos curvemos ao jugo de ferro de inimigos tão rancorosos: mil vezes com as armas na mão, vendendo caras as nossas vidas, do que, covardes, sujeitar-nos a uma escravidão tão vergonhosa!"

*

Nesta rápida visão em torno da "Praieira", acreditamos ter podido demonstrar não ter sido ela apenas um acontecimento político, uma vez que, pelo menos três aspectos distintos, embora todos entrelaçados, a tornaram bastante complexa, muito mais mesmo do que se

⁽⁵⁾ Calmon, P., História Social do Brasil, tomo II, p. 120. São Paulo, Editora Nacional, 1937.

tivesse sido meramente ocasionada pela queda da situação liberal: o primeiro deles, o sócio-econômico, decorrente da própria situação em que se encontrava a província, com sua aristocracia rural e economia latifundiária apoiada no braço escravo, numa época em que, na Europa, novas idéias procuravam imprimir ao trabalho e à sociedade, um sentido mais humano e racional; o segundo, seu aspecto nativista, característico de uma época em nossa vida de país independente; e o terceiro, o político, que tornou possível a eclosão do movimento, pela antiga rivalidade partidária, própria não só de Pernambuco como do País como um todo, consequência da peculiar estrutura do Império.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

ALGUMA COISA SOBRE A ESCRAVIDÃO E O NEGRO NO VALE DO PARAÍBA

Ernani Silva BRUNO

Há tempos tive oportunidade de folhear uma coleção do "Diário do Norte", de Pindamonhangaba, dos anos de 1877 e de 1878, cujos anúncios de escravos fugidos, que copiei, constituem material de interesse para o estudo da história social do norte paulista. Pela cidade em que era editado esse jornal, onde - no dizer de um cronista - "os costumes tinham os requintes da vida na Corte" e também pela época, plena segunda metade do século dezenove, penso que essa documentação é bastante representativa do Vale do Paraíba na sua fase caracterizada fortemente pela presença do negro e do café.

E ainda que não fossem numerosos esses anúncios de "escravos fugidos", eles fornecem indicações por vezes curiosas e sempre úteis para quem procure reconstituir os elementos definidores da escravidão naquela região de São Paulo. Indicações relativas, particularmente, ao valor econômico do escravo, à sua procedência e à sua cor, ao seu vestuário, à sua especialização profissional e às suas doenças.

O negro às vezes fugia para muito longe, às vezes mudava de nome. Outro se dizia negro forro. Para não ser pegado novamente, chegava a requintes curiosos de imaginação. Por exemplo, dizendo-se negro mandado pelo senhor à cata de escravos fugidos como se deu com o negro de roca Malaquias, desaparecido da fazenda do Borba, da Baronesa de Paraibuna (...)

Sem dúvida os escravos representavam para os fazendeiros um grande valor econômico. Numa notícia publicada pelo "Diário do

Norte" vê-se que pelo fundo de emancipação, haviam sido libertados em certa ocasião, em Santa Isabel, nove escravos pela quantia de quatro mil trezentos e cinqüenta cruzeiros, valendo, portanto, cada um, aproximadamente, quatrocentos e oitenta cruzeiros. Por seiscentos cruzeiros se avaliava o crioulo Benedito, de dez anos de idade, como se vê em uma publicação do mesmo jornal relativa a uma arrematação judiciária. Por seiscentos e cinqüenta, uma escrava dada como dote. E num edital em que apareciam avaliados diversos bens, mencionava-se um engenho com casa, por cento e oitenta cruzeiros; três bois de carro por cento e oitenta; uma casa de moradia, por seiscentos, um cafezal de três mil e quinhentos pés, por mil setecentos e cinqüenta; o escravo Luciano, por mil e oitocentos cruzeiros; e a escrava Benedita, por dois mil cruzeiros.

Então se compreende o empenho que os senhores faziam em se apoderar de novo dos seus escravos fugidos; as gratificações grandes que eles sempre ofereciam. Essas gratificações variavam na maior parte das vezes de cem e quatrocentos cruzeiros, sendo a mais comum a de duzentos cruzeiros, que é capaz de ter sido uma espécie de praxe para o caso. Alguns proprietários anunciavam detalhadamente a quantia prometida: quatrocentos cruzeiros a quem prendesse o negro e o entregasse; duzentos a quem a notícia certa; cem para quem entregasse "na fazenda Trabiju a seu senhor", cinqüenta para quem prendesse e entregasse em qualquer cadeia.

Encontram-se também os casos mais raros em que o senhor não oferecia pela captura do seu negro mais do que os seus trinta ou os seus cinqüenta cruzeiros. E anúncios curiosos, como este, relativo por certo a um escravo de grande estimação ou então a algum negro daqueles que para o trabalho não havia outro; no primeiro, o senhor oferecia a quem prendesse o negro cem cruzeiros e mais as despesas da condução; dez dias depois, prometia uma gratificação de duzentos cruzeiros; e seis dias mais tarde, em terceiro anúncio, a oferta aparecia elevada para quatrocentos cruzeiros.

É verdade que muitas vezes o interesse do dono não estava só na captura do negro. O escravo fugia carregando dinheiro ou coisas de valor. Dava-se ao luxo de fugir a cavalo, "cavalo russo pedrez", "zaino de marcha de passo", "tordilho branco", como diziam os anúncios.

Levava dinheiro ou "roupa fina em um balaio". Ou como aquele pardo Vicente, fugido do seu senhor de Guaratinguetá, levando "um sobretudo cor de cinza claro, camisas brancas peito de linho, um paletó de linho branco e novo, dois chapéus pretos, um guarda-sol de seda preto inglês, tendo no cabo uma ferradura, uma rede nova, uma almofadinha com fronha tendo escrito na mesma "amizade e união", dois pares de chinelos de tapetes novos, uma navalha velha, uma toalha de rosto e um fraque de brim pardo". Esse escravo, que fugiu assim carregando todo o enxoval do seu dono, ainda carregou um "cavalo arreado com um selim e çaçambas novas, manta de couro preto, um par de botas de couro da Rússia, um par de esporas de metal e um par de botinas de pelica preta".

Qual a origem dos negros do Vale do Paraíba? Sabe-se que as lavouras de café das províncias do Rio e de São Paulo também receberam negros diretamente da África, mesmo depois do início da repressão ao tráfico, citando-se por exemplo o caso da ilha de Marambaia, de Sousa Breves, onde os navios negreiros desembarcavam suas cargas enormes.

Entretanto, os anúncios publicados pelo "Diário do Norte", mostram que a maioria dos escravos fugidos eram negros crioulos, aparecendo apenas um "de Nação", o escravo João, muito conhecido por Candelária, que "tendo vindo para o Brasil muito criança", falava muito bem e passava por crioulo. A estatística de 1887 (Relatório da Comissão Central) relativa a grande número de municípios do Vale do Paraíba, mostra que a população de cor era de 19.489 pessoas, e os africanos apenas 1.255. E dos 3.708 escravos que possuía Taubaté em 1877 (segundo o historiador Paula Toledo) só 137 eram africanos. De modo que devia corresponder à realidade a predominância enorme de crioulos sobre africanos indicada pelos anúncios do jornal.

Apareciam nesses anúncios muitos negros naturais da própria zona do Paraíba, enquanto que outros eram dados como da província do Rio de Janeiro e também da de Minas, particularmente de Ubá e Itajubá. Compreende-se que muitos deles fossem de Minas, trazidos pelos seus senhores, antigos mineradores desiludidos da mineração, quando desceram, no começo do século, para povoar os vales fluminense e paulista.

Também negros procedentes do Nordeste, sobretudo do Maranhão e de Pernambuco, se encontravam no Vale do Paraíba. Sabe-se que dos engenhos nordestinos, em grande parte decadentes no século

XIX, veio uma quantidade muito grande de negros para as lavouras de café de São Paulo.

Muitas vezes, quando o negro fugia, costumava ir para o lugar onde tinha nascido, ou onde tinha parentes livres. Eram comuns nos anúncios declarações assim: "Desconfia-se que este escravo acha-se nas circunvizinhanças de Itajubá, internado pelo primeiro vendedor", "Suspeita-se que se dirigisse para os lados de Itajubá, onde foi comprado e nascido", "Foi comprado no Rio de Janeiro, para onde desconfia-se que tenha seguido", "Desconfia-se que seguiu para Ubá, província de Minas, de onde é natural", "Desconfia-se que fosse para Santa Catarina, porque tem parentes libertos nesse lugar".

Variava muito a cor dos negros a que se referiam os anúncios de escravos fugidos do "Diário do Norte". Aparecia o bem preto, e entre preto e fula, o fula, o pardo-escuro, o pardo, o mulato, o mulato-claro e até o mulato-vermelho, como João Amâncio, escravo de roça fugido de fazenda do Barão de Pindamonhangaba. Aparecia até o alvo, de cabelo corrido, como o escravo Marcolino, de 16 a 18 anos, fugido de Visconde de Pindamonhangaba. De todas as estaturas e corpulências: o baixo e reforçado, o de peito largo e cintura fina, o fino de corpo, o alto e gordo. Os de cabelo liso, corrido, mais liso do que crespo. Muitos usando bigode e até cavanhaque. Um com barba "tocada a ruiva", o mulato-claro João, de Taubaté. E a parda Inácia, fugida de Pinda com "cabelos pretos e quase louros, tem eles cortado bem alto que dá para pentear".

No vestuário dos negros pode-se observar que predominavam os tecidos simples e grosseiros, com o gosto pelas cores vivas. As indicações "fugiu levando roupa de algodão, sem outro esclarecimento, apareciam muitas vezes nos anúncios. O algodão grosso, usado particularmente para roupa de escravos, parece ter constituído a especialização de algumas fábricas. Uma firma de Pindamonhangaba anunciava: "partida de algodão grosso para roupa de escravos das fábricas de Santa Teresa (de Parati), Santo Antônio (de São Luís) e São Pedro de Alcântara (de Petrópolis)". Sabe-se que desde de 1875 havia em São Luís do Paraitinga uma fábrica de tecidos de algodão e de lã, substituindo as antigas indústrias puramente caseiras. A fábrica de tecidos "São Paulo", depois de anunciar algodão e indicar o preço, fazia acrescentar: "este algodão, muito próprio para roupas de escravos, em nada cede ao petropolitano e é muito superior aos das demais fábricas".

Além dessa especialização do algodão grosso, parece ter havido a do "pano azul" para vestir os negros das lavouras. Depois de anunciar diversos tecidos para homens e mulheres, um vendedor de Pinda fazia juntar: "Para os senhores fazendeiros, baetões azuis, japonas, surtuns, sortimento de algodões grossos, etc." Também "jaquetões para trabalhadores e escravos" apareciam nos anúncios do "Diário do Norte".

Mas a verdade é que se apareciam, forrando o corpo suado dos que fugiam dos seus senhores as camisas de baeta azul de morim, brancas de chita, de algodãozinho e riscado, de algodão mineiro riscado, de riscado chimango - tecidos tradicionais no país - começavam a surgir também as calças pardas, as calças de casimira. Ao lado dos paletós de sabor mais antigo e em certo sentido mais brasileiro, de pano azul, forrado de baeta vermelha ou de brim xadrés - apareciam já os paletós escuros e pesados, à européia, paletós cinzentos ou pretos.

Essas novidades atingiam até os chapéus dos negros. Zaluar, o autor da **Peregrinação pela Província de São Paulo**, em 1860, notara que tinha desaparecido de Pindamonhangaba uma fábrica de chapéu de palha nacional que ali existira. E se nos anúncios de negros desaparecidos por vezes figuravam os chapéus brancos, ou de pano branco, já se mostravam também os chapéus pesados e escuros, de pelo pardo, ou os chapéus de lebre, devendo-se lembrar aqui que em 1875, na Capital da Província, já haviam fábricas de chapéus de seda, de castor e de lebre, segundo informa J. Floriano de Godoy no seu estudo **A Província de São Paulo**.

É interessante que algumas descrições mais minuciosas nos anúncios de escravos fugidos permitem reconstituir, de maneira viva e colorida, essa espécie de vestuário mestiço do negro do Vale do Paraíba. Assim, sabemos que o mulato-claro João, fugido de Taubaté, levava "calças e paletó de brim xadrés, japona, ponche de pano azul e chapéu preto". O pardinho de dezesseis anos, fugido do Barão de Mossoró, também de Taubaté, "paletó de pano azul grosso, calça de brim pardo já usada e camisa de morim". O preto pernambucano Luís, desaparecido da fazenda Santa Maria, de Pindamonhangaba, "calças de brim pardo curtas, camisa branca, chapéu de pelo pardo que costuma trazer desabado. O fula Luciano, "uma japona nova forrada de baeta, camisa de chita azul, calça de algodão mineiro riscado, já desbotado e chapéu preto baixo". O fula Benedito, fugido de um sítio de Taubaté, "calça de riscado chimango, surtum preto, chapéu de pano branco". E aqueles cinco negrinhos fugidos

juntos da fazenda de Pirapitingui, do Barão de Pindamonhangaba, Cosme, Vicente, Matias, Benedito e Marcolino, todos eles pela casa dos vinte anos, fugiram levando roupas parecidas, provavelmente as do trabalho, como se estivessem de uniforme.

O vetuário das escravas se torna mais difícil de reconstituir, porque era mais rara a fuga das negras. Apenas aparecem na documentação do "Diário do Norte" a fula Benedita, que fugiu levando paletó de algodão azul trançado e a negrinha Justina, de 13 a 14 anos, fugida de Taubaté, levando "saia de chita, paletó branco e chale de lã com listas cor de rosa.

Outras indicações que o "Diário do Norte" pode fornecer a respeito da escravidão no Vale do Paraíba referem-se à especialização profissional dos escravos. A parte dos anúncios de escravos fugidos publicados no "Diário do Norte" se referia a negros desaparecidos de fazendas. Da Fazenda Córrego Branco, de Guaratinguetá, Independência, de Rezende, Vargem Grande, de São Luís do Paraitinga, Paraíso, Pirapitingui, Santa Maria, Maior d'Espada, de Pinda, São José, Ribeirão das Almas, de Taubaté. Sabe-se, aliás, que a maioria dos escravos, na província, era utilizada em trabalhos rurais. "Dos oitenta mil escravos que teria a Província de São Paulo, escrevia J. Floriano de Godoy em 1875, deve-se supor que pelo menos três quartas partes são empregados na lavoura de café".

Todos os serviços de roça e de preparo de café quem tinha que fazer era o preto. Eram os negros que se espalhavam pelas plantações, enchendo com os grãos de café os cestos de taquara amarrados no seu corpo, enquanto os negrinhos, sentados no chão, catavam as sobras. Eram eles que carregavam fardos enormes, depois das colheitas, quando depois da chuva as trilhas estreitas, nos terrenos acidentados, ficavam que não havia carro de boi que subisse. Eles também que arrumavam o produto da colheita nos terreiros, onde o café ficava tomando sol para secar. Os negros ainda socavam o café no pilão. Como de peneirado o café, os grãos que tivessem escapado da ação do soquete voltavam para os pilões, era trabalho que consumia o esforço de muitos escravos. E porisso tudo os vendedores de negros, nos seus anúncios publicados no "Diário do Norte", falavam muitas vezes em escravos acostumados ao serviço do café.

Entretanto, pode-se observar que em muitas fazendas os negros agüentavam ainda com os trabalhos da criação do gado e do

transporte. Quase todos os fazendeiros de Bananal, "nos tempos prósperos", possuíam invernadas nas partes altas de suas terras, e ali criavam porcos e cavalos de raça, durando muito tempo a fama dos cavalos das fazendas Antilhas, Cachoeira, Rialto, Resgate, Bom Retiro. Os negros tropeiros, arreadores, ferreadores, apareciam com muita frequência nos anúncios do jornal. É que o transporte de mercadorias do Vale do Paraíba ou do Sul de Minas para portos do norte paulista exigia um trabalho difícil de condução, sempre em lombo de mula, serra do Quebra-Cangalho abaixo, empinada como ela só. Porisso se encontram também referências constantes nos almanaques e publicações sobre a zona do Paraíba, naquele tempo, aos "negociantes de tropa solta", aos "alugadores de animais", aos "amansadores de animais".

Os negros é que faziam o transporte de mercadorias das fazendas para os portos de embarque do rio Paraíba. E talvez tripulassem até as barcas a vapor que faziam o transporte do café pelo rio. Essas barcas a vapor, que tinham vinte metros de comprimento e eram tripuladas por nove pessoas, tinham seus portos em Caçapava, Quiririm, Tremembé, Mandu Grande, Pindamonhangaba, Potreiro e Cachoeira. Essa navegação era de grande vulto, desviando, depois de inaugurada a ligação do Rio com São Paulo por estrada de ferro, grande quantidade de mercadorias do tráfego da linha férrea, a ponto do presidente João Alfredo Corrêa de Oliveira, em seu relatório apresentado em 1886 à Assembléia Legislativa Provincial declarar que as rendas da estrada de ferro só aumentavam quando a baixa das águas interrompia a navegação dos barcos que transportavam café pelo rio Paraíba.

Nos anúncios do "Diário do Norte" apareciam ainda os negros serradores, pedreiros, carpinteiros. E ainda os que serviam de cocheiros ou de boleiros nas carruagens das fazendas. Alguns eram homens dos sete instrumentos, como o cabra Bonifácio, "bom pedreiro, carreiro, serrado, falquejador e tropeiro, e entende também alguma coisa de obra grossa de carpintaria e de obras de taquara". O mulato João, "arreador, ferrador, carreiro, e de todo o serviço da roça". O preto Aprígio, fugido de uma fazenda de Pinda, "oficial de carpinteiro, tem prática de roça, trabalha também de pedreiro, é servidor bom".

(Transcrito de "O Estado de S. Paulo", de 18 e 20 de julho de 1944).

MEMÓRIA CAMPINEIRA

CRÔNICA DE UM CRUZEIRO

Júlio MARIANO

O cruzeiro que se erguia dantes na Avenida da Saudade, proximidades de onde se encontra hoje a Matriz de Santo Antônio, e que em janeiro de 1964 foi removido para a Praça Voluntários de 32, frente ao Cemitério, possui uma história que, espelhando costumes e crenças da gente campineira no alvorecer do século merece ser lembrada. Começamos contando das missões, que atualmente não mais se vê.

Criadas pela Igreja, as missões, percorrendo cidades e vilas do interior, foram um meio eficiente de reavivar a fé no seio do povo. Experimentados e eloqüentes oradores sacros, que eram os padres missionários, aí apareciam de quando em quando, e se ativando numa campanha de doutrinação pela palavra alongavam por várias semanas sua permanência numa mesma paróquia ou povoado. O encerramento da temporada missioneira não raro se procedia com milhares de confissões e comunhões, centenas de casamentos religiosos e solene "Te Deum" campal, cuja lembrança se perpetuava com o alevantamento de um cruzeiro de madeira.

O cruzeiro plantado no antigo escampado do Fundão, a meio caminho do cemitério, rememorava em seu lenho negro uma temporada das missões em Campinas nos anos de 1908 e 1909. Por aquela época, a via da cidade dos mortos podia ser compreendida como prolongamento da rua José Paulino. Inteiramente despida de construções em suas margens, além da Caixa d'Água, o seu todo se oferecia aos olhos como um ermo sombrio, com um único prédio, entre o local do cruzeiro e o cemitério, que era o do casarão tapera do antigo Hospital do Isolamento.

A legenda Avenida da Saudade, com que atualmente é conhecida aquela via pública, data do ano de 1922. Foi em sessão da Câmara de 5 de agosto daquele ano, que o advogado vereador Dr. Paulo Pupo apresentou à consideração de seus pares a indicação para que se denominasse "Avenida da Saudade" a via que conduza ao cemitério, com a justificação apenas de que seria um nome "menos lúgubre e mais significativo" que rua do Fundão ou do Cemitério. Dois anos após, em sessão de 23 de outubro de 1924, baseou-se o edil Dr. A. C. de Camargo Viana na legenda "Avenida da Saudade" para apresentar projeto de lei denominado "Cemitério da Saudade" à necrópole do Fundão. Desta forma, veio a ser definitivamente esquecido o primitivo apelido "Fundão" para a cidade dos mortos e o próprio bairro.

A 1º de novembro de 1909, a primeira pessoa que logo pela manhã transitou pelo chamado caminho do Fundão, constatou um fato que a estarreceu deveras: serrado rente sua base, o cruzeiro das missões ali se encontrava tomabado, no chão! Cidade na qual os fiéis católicos somavam grande maioria, a notícia da derrubada do cruzeiro explodiu como uma bomba em meio ao povo, provocando geral indignação. No caso de serem identificados os autores do atentado poderia até ter havido um crime de linchamento popular, em represália. No entanto, acumpliciados para o ato com o escuro da noite e o ermo do local, que se dizia ser malassombrado, os vândalos iconoclastas jamais foram descobertos e nem ao menos suspeitados individualmente. Verdade é que, semanas ou meses decorridos, bosquejou-se entre as criaturas mais simples que certo fulano, vitimado por desastre no qual sofrera a quebra de braços, pernas e pescoço, não podia ser outro senão o herege serrador do cruzeiro, e por isso duramente castigado pelo céu...

Da acesa revolta popular havia com a derrubada do cruzeiro das missões, originou-se desde logo intensa campanha, liderada por elementos os mais representativos da comunidade, entre os quais o Bispo Dom Nery, visando a reimplantação do cruzeiro no caminho do Fundão, mas não mais de madeira, como o anterior, e sim de largas placas de ferro.

Em torno do jovem Bispo Dom Nery apontaram os cidadãos campineiros natos ou por adoção: João Lopes Martins, Henrique Burnier, Antônio Rodrigues de Melo, Benedito Otávio, José Rodrigues dos Santos Calhella, Roque de Marco, Luiz Pereira, José Luiz Pereira de Queiroz,

Alberto Nascimento, Carlos Coelho, Joaquim Faria, Guilherme Décourt, Vicente Velilo, Artur Guimarães, A. B. de Castro Mendes, José Ladeira, Bento da Silva Leite, Joaquim Pinto de Moraes, Rafael Sales, Carlos Gerin e Jerônimo de Campos Freire. Organizada a Comissão Executiva do projetado cruzeiro, foi recebendo o óbolo da multidão de fiéis, desde os mais ricos aos mais pobres. Coube às oficinas da Companhia MacHardy a confecção do novo crumeiro.

No dia 3 de abril de 1910, no portal da Catedral, perante o Cabido Diocesano ricamente paramentado, membros das associações religiosas e grande massa de povo, procedeu o Bispo Dom João Batista Corrêa Nery à benção do cruzeiro de ferro. Concluída a cerimônia no portal do templo, clero e povo, processionalmente, ganharam desde logo a rua José Paulino, e entoando ladainhas e cânticos religiosos, em gigantesco desfile tomaram o rumo do cemitério do Fundão. Para a carregamento da pesada cruz a braços e pulsos, não faltaram os Cirineus, que se ofereceram às centenas formando grupos de revezamento. Foi um acontecimento inigualável em Campinas, como manifestação de fé católica.

Junto ao pedestal do novo cruzeiro, na futura Avenida da Saudade, proferiu eloqüente e tocante oração Frei Raimundo Afonsel, possivelmente como representante dos missionários. Ao verbo sagrado, seguiu-se a palavra lírica da festejada escritora Maria Amélia de Rezende Martins, na declamação do poema de Machado Júnior, "O Brasil e a Cruz".

Altar de promessas dos mais humildes crentes, que se oferecera o cruzeiro no caminho do Fundão, rodeou-o a imaginação popular de umas quantas lendas da assombração. Para tanto, era cenário apropriado a vizinhança do cemitério, cujo rendilhado frontal alvejava lá ao fundo nas noites de luar. E assim permaneceu, até Campinas tornar-se outra, com o seu casario urbano a afogar e a ultrapassar o majestoso Cemitério da Saudade. Hoje, nem mais se atenta no vulto do cruzeiro das missões, que plantado ali rente à escadaria da necrópole, se nos afigura uma cruz a mais entre as milhares de cruzes tumulares da cidade dos mortos.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

ESCRAVIDÃO CRIMINOSA

(José Bonifácio)

Se os negros são homens como nós, e não formam uma espécie de brutos animais; se sentem e pensam como nós, que quadro de dor e de miséria não apresentam eles à imaginação de qualquer homem sensível e cristão? Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos; mas tal é o efeito do costume e a voz da cobiça que vêem homens correr lágrimas de outros homens, sem que estas lhes espremam dos olhos uma só gota de compaixão e de ternura. Mas a cobiça não sente nem discorre como a razão e a humanidade. Para lavar-se, pois, das acusações que merecia, lançou sempre mão, e ainda agora lança, de mil motivos capciosos, com que pretende fazer a sua apologia; diz que é um ato de caridade trazer vítimas de África, porque assim escapam esses desgraçados de serem vítimas de despóticos régulos; diz igualmente que se não viessem esses escravos ficariam privados da luz do Evangelho, que todo cristão deve promover e espalhar; diz que esses infelizes mudam de um clima e país ardente e horrível para outro doce, fértil e ameno; diz, por fim, que devendo os criminosos e prisioneiros de guerra serem mortos imediatamente pelos seus bárbaros costumes, é um favor que se lhes faz comprá-los, para lhes conservar a vida, ainda que seja em cativeiro.

Homens perversos e insensatos! Todas essas razões apontadas valeriam alguma coisa se vós fôsseis buscar negros à África para lhes dar liberdade no Brasil, e estabelecê-los como colonos; mas perpetuar a

escavidão, fazer esses desgraçados mais infelizes do que seriam se alguns fossem mortos pela espada da injustiça e até dar azos certos para que se perpetuem tais horrores, é de certo um atentado manifesto contra as leis eternas da Justiça e da Religião. E por que continuaram e continuam a ser escravos os filhos desses africanos? Cometeram eles crimes? Foram apanhados em guerra? Sairam das trevas do paganismo para a luz do Evangelho? Não, por certo, e todavia seus filhos, e filhos desses filhos, devem, segundo vós, ser desgraçados para todo o sempre. Fala, pois, contra vós a Justiça e a Religião, e só vós podeis escorar no bárbaro direito público das antigas nações, e principalmente na farragem das chamadas leis romanas: com efeito, os apologistas da escavidão escudam-se com os gregos e romanos, sem advertirem que entre os gregos e romanos não estavam ainda bem desenvolvidos e demonstrados os princípios eternos do Direito Natural e os divinos princípios da Religião; e, todavia, como os escravos de então eram da mesma côr e origem dos senhores, e igualmente tinham a mesma ou quase igual civilização que a de seus amos, sua indústria, bom comportamento e talentos os habilitavam facilmente a merecer o amor de seus senhores e a consideração dos outros homens; o que de nenhum modo pode acontecer em regra aos selvagens africanos.

(Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. Paris, Firmin Didot, 1825; repr. em **Obras científicas, sociais e políticas** de José Bonifácio, ed. de Edgard de Cerqueira Falcão, pp. 138-139. Santos, 1963/65).

*

A AUTORIDADE POLÍTICA (Diderot)

Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu, e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão... Toda outra

autoridade (que a paterna) vem duma outra origem, que não é a da natureza. Examinando-a bem, sempre se a fará remontar a uma destas duas fontes: ou a força e a violência daquele que dela se apoderou; ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e a quem deferiram a autoridade.

O poder que se adquire pela violência não é mais que uma usurpação e não dura senão pelo tempo por que a força daquele que comanda prevalece sobre a daqueles que obedecem... O poder que vem do consentimento dos povos supõe necessariamente condições que tornem o seu uso legítimo útil à sociedade, vantajoso para a república, e que a fixam e restringem entre limites; pois o homem não pode nem deve dar-se inteiramente e sem reserva a outro homem, porque há um Senhor superior acima de tudo, ao qual somente ele pertence por inteiro. É Deus, cujo poder é sempre imediato sobre a criatura, senhor tão cioso como absoluto, que nunca perde os seus direitos nem os comunica. Ele permite, para o bem comum e a manutenção da sociedade, que os homens estabeleçam entre si uma ordem de subordinação, que obedçam a um deles; mas quer que seja por razão e com medida, e não cegamente e sem reserva, a fim de que a criatura não se arrogue os direitos do criador. Toda outra submissão é um verdadeiro crime de idolatria.

(Artigo **Autoridade política** na **Enciclopédia**. Apud Freitas, Gustavo - **Novcentos textos e documentos de História**, III: 22-23. Lisboa, Plátano Editora, 1976).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

AMARO QUINTAS (1911-1998)

O nome do historiador pernambucano a quem dedicamos a presente seção está vinculado a esta publicação desde o seu início. A "nota de abertura" do número inicial da NBH, distribuído em março de 1969, continha um comentário à então recente reedição do livro de Amaro Quintas sobre a Revolução Praieira. Embora não fosse o primeiro trabalho de sua lavra, foi o lhe deu real projeção nos quadros da historiografia brasileira. Lembrávamos em a citada "nota de abertura", que, até então nenhum dos historiadores que se ocuparam da "Praieira" vira nela mais do que um movimento político, a traduzir a rivalidade entre liberais e conservadores, em torno da qual girou praticamente a vida política do Segundo Reinado. Abrimos uma exceção para Joaquim Nabuco, o único que, de fato, havia percebido alguma coisa além do comum dos autores, dedicando, à apreciação do movimento, diversas páginas de sua obra capital, embora a sua preocupação não fosse senão a de resaltar a atuação do pai como juiz dos revolucionários. Todavia, embora discordando dos motivos e dos ideais da revolução, fez Nabuco um trabalho honesto, sabendo ver o lado sério da revolta e reconhecendo o papel que nela tiveram as massas.

Realizando acurada pesquisa nos arquivos pernambucanos, manuseando coleções de jornais e outras publicações da época, penetrando fundamente nas idéias dos responsáveis pelo movimento, através de seus escritos, pôde Amaro Quintas apresentar-nos algo de novo, fornecendo como que uma primeira mão nesse trabalho de interpretação de um dos principais movimentos de nossa história.

Elaborado como tese de concurso para provimento da cadeira de História do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco, teve, de início, circulação restrita, dada sua natureza e objetivo, em tiragem reservada (1949), às quais seguiram-se mais duas, também de pequena circulação,

até que surgiu a oportunidade de uma edição comercial, pela Civilização Brasileira, na época uma das mais importantes editoras do País. Para esta edição, houve por bem Amaro Quintas acrescentar mais cinco capítulos, originalmente divulgados em publicações avulsas, todos implicando em novos esclarecimentos sobre o movimento de 1848. Cumpre destacar o primeiro deles, no qual se estuda a influência do chamado espírito "quarante-huitard" (da França) na "Praieira" e no pensamento político pernambucano da época.

Com seu trabalho, tornou-se Amaro Quintas conhecido como o "historiador de **Praieira**", embora seu campo de interesse fosse muito mais vasto, começando mesmo com a Revolução de 1817, que lhe propiciou importante contribuição, elaborada, também, como tese de concurso do tradicional educandário recifense. Sua produção continuou até quase o final de sua existência sempre visando ao estudo das idéias em Pernambuco no século passado, não só em livros e opúsculos, como nos dois excelentes capítulos que redigiu para a **História Geral da Civilização Brasileira**, a extensa obra dirigida, em seus primeiros volumes, por Sérgio Buarque de Homanda. E, ainda, como historiador consciente, valorizando e mesmo divulgando fontes importantes, como o fez com **O Progresso**, a publicação periódica de Antônio Pedro de Figueiredo, valiosa para o conhecimento da época, cujos números foram todos reunidos e editados num belo volume pelo Arquivo público de Pernambuco, com introdução e anotações de Amaro Quintas.

Nascido na capital pernambucana aos 22 de março de 1911, Amaro Soares Quintas fez em sua cidade natal excelente formação: a humanística, no tradicional Ginásio Pernambucano e a Jurídica na não menos tradicional Faculdade Direito de Recife. Do colégio em que estudou foi professor e diretor. Conforme já lembramos, dois de seus trabalhos mais importantes foram elaborados para concurso nesse educandário. Em nível superior, lecionou nas duas universidades de Recife, a Federal e a Católica. Sócio efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e da Academia Pernambucana de Letras. E como correspondente, integrou os quadros dos Institutos Históricos de São Paulo, Alagoas, Paraíba e Ceará e também do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vivendo sempre no Recife, aí faleceu aos 21 de maio do corrente ano.

Seu falecimento foi registrado com muito sentimento pela imprensa recifense, como tivemos conhecimento por recortes de jornais enviados por amigos e confrades de Pernambuco. De um deles, do geógrafo e historiador Manuel Corrêa de Andrade, destacamos este tópico final:

"Amaro Quintas pode ser considerado um dos mais completos professores de História de sua época, sempre brilhante, profundo e atualizado, um pensador político... Formou gerações, definiu posições... fez discípulos, divulgou idéias e contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento da sociedade em que viveu e onde atuou. Foi uma expressiva figura de Pernambuco".

BIBLIOGRAFIA

Com exceção de duas reedições publicadas por editora do Rio de Janeiro e da colaboração na **História Geral da Civilização Brasileira**, publicada pela Difel, de São Paulo, toda a extensa produção de Amaro Quintas veio a lume na própria cidade do Recife. De algumas delas não conseguimos a indicação da editora ou impressora; colocamos apenas as datas.

A gênese do espírito republicano em Pernambucano e a revolução de 1817. 1939.

O sentido social da Revolução Praieira: uma interpretação. Imprensa Oficial, 1946.

Reflexões sobre o mundo moderno. 1947.

Capitalimo e Democracia. 1947.

Um intérprete da Revolução Praieira (Antônio Vicente do Nascimento Feitosa) Imprensa Oficial, 1948.

Considerações sobre a "Praieira". Imprensa Oficial, 1949.

"O Progresso": intr. e notas de Amaro Quintas. Imprensa Oficial, 1950.

Atualidade da Inconfidência. Nordeste, 1952.

Notícias e anúncios de jornais. Departamento de Cultura, 1953

Reflexões sobre a Democracia. 1954.

Uma nova Pasárgada. 1955.

Massificação e Humanismo. Imprensa Oficial, 1957.

Antônio Pedro de Figueiredo. Rev. de História, v. 34. 1958.

O Padre Lopes Gama, político. Imprensa Universitária, 1958.

Pereira da Costa e a moderna historiografia. 1967.

Pródromos da Guerra dos Mascates. 1968.

Gilberto Freyre e a historiografia brasileira. 1970. Rev. de História, nº 83.

O sentido social da Revolução Praieira. Reedição, com acréscimo de: **O espírito "quarante-hitard" e a Revolução Praieira; Novas considerações sobre a Revolução Praieira; Um intérprete da Revolução Praieira; A Revolução Praieira; Antônio Pedro de Figueiredo.** Civ. Bras., 1977. Rio de Janeiro

A Revolução de 1817 1985. (Edição revista do primeiro título)

SELETA

CAUSAS DA DERROCADA

(DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817)

Amaro QUINTAS

A revolução de 1817 fracassou por excesso de idealismo dos seus dirigentes. Facilitaram de um modo inconcebível no estado preparatório da sedição. Pregaram-na quase às claras. Quando esta fase exige silêncio e discrição. Mormente num país sujeito ao regime absolutista. E foi justamente a falta de sigilo, a publicidade excessiva na propaganda, que provocaram a antecipação. Num momento em que a revolta não estava ainda convenientemente preparada nas outras províncias. E somente as que gravitam ao redor de Pernambuco apoiaram-na.

Aliás a insurreição prematura teria sido talvez abafada se outro governador mais enérgico que Caetano Pinto estivesse no poder. Depois da fácil vitória do dia 6 de março ainda seria possível sustentar o movimento com vantagem se os membros do governo tivessem uma noção mais exata do que fosse fazer uma revolução. Mas nenhum deles possuía a técnica do golpe de Estado e do preparo à contra-revolução. Não eram revolucionários profissionais. Não havia entre eles nenhum Bonaparte, nenhum Lenine, nenhum Mussolini. Eram meros livres-atiradores, impregnados de idealismo utópico.

Quando todas as suas intenções deviam estar voltadas para os preparativos militares cuidando da defesa da capitania e do envio de expedições para a Bahia, alastrando com rapidez a sedição, ficaram numa

incrível indiferença perante o perigo, interessados, unicamente, com a organização política. A situação de pura defensiva ia trazer a morte inevitável da revolta. Uma rápida ofensiva sobre as regiões vizinhas obrigaria a população, ignorante e submissa, a adesões que só se concretizariam rigorosamente com a presença de canhões e de baionetas. O desenrolar dos acontecimentos veio mostrar a facilidade com a que a multidão voltava-se para os poderosos do dia. O eco dos vivas aos patriotas não tinha ainda morrido e ela já vivava el-rei. No Recife o governo, prejudicado pela pluralidade de membros, ia sentir, logo nos primeiros dias, o choque entre o elemento jacobino e o girondino, quando José Luís de Mendonça, apoiado por Antônio Carlos, propõe a continuação do regime monárquico, exigindo-se somente o sistema constitucional. Embora a reação de Domingos J. Martins, Manuel de Carvalho Paes de Andrade e de Pedrosa tenha feito abortar o projeto e tenha trazido a vitória da facção republicana avançada, ainda assim a ala moderada vai talvez prejudicar futuras medidas de salvação pública.

O governo provisório, muito inspirado na Revolução Francesa, ficou naquela mesma situação do Diretório: oscilando entre o receio do ultrajacobinismo manifestado aqui na ameaça de um levantamento das gentes de cor que arrastasse a revolta para proporções extremadas, e no aparecimento de um Bonaparte.

O medo de um 18 Brumário contribuiu mais do que nenhum outro fator para a queda da República. Domingos Teotônio Jorge, o único que possuía, em verdade, conhecimentos militares para uma ação eficiente, ficou estagnado durante todo o tempo na capital, enquanto se mandava para combater as tropas realistas, com a responsabilidade enorme de general em chefe, um agricultor fantasiado de militar como era Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o célebre Suassuna. Apesar dos reveses iniciais e da atitude dúbia de Francisco de Paula, já preparando o ambiente para escapar do castigo, o que nele era vezo antigo, Domingos Teotônio não seguiu para o "front". Receava-se que, vitorioso, cheio de prestígio no meio da tropa, ascendesse à didatura. O que teria sido a salvação, como aconteceu na França com a derrocada do Diretório. Mas, infelizmente, Domingos Teotônio nada tinha de Bonaparte. E o mesmo tipo de governo instável que se tinha derruído com os golpes do corso, levou em Pernambuco, pela ausência de um homem audaz, ao

desmoronamento do ideal emancipacionista. Martins poderia ter sido esse homem, mas era por demais idealista a ponto de ir, imprudentemente, com trezentos homens, ele que não era militar, tentar deter as tropas de Cogominho. A marcha da sua coluna, depois de separar-se do Suassuna para evitar choques de jurisdição, bateu o recorde de imprudências. Sem ligação com o grosso do exército, sem batedores, julgando as tropas realistas em Alagoas, quando já se achavam em Serinhaém, os soldados de Martins foram surpreendidos completamente desprevenidos no momento em que, na maior calma, transpunham o rio Merepe. Enquanto isso, vários oficiais de curso ficavam na capital com grande contingente de tropas.

O receio dos golpes à Bonaparte persistia muito vivo, repercutindo a sua lembrança na mente dos republicanos afeitos aos acontecimentos da Revolução Francesa. Foi também incompreensível essa concentração militar no Recife, visto que as fortalezas eram suficientes para a sua defesa. O grosso do exército devia estar em campanha fazendo frente às tropas invasoras, já que não se tivera a percepção da necessidade de uma ofensiva, elemento tão decisivo em tais condições... Barros Lima, Pedroso, ou Antônio Henriques talvez tivessem sido capazes do domínio da situação. A atividade deles no dia 6 foi decisiva para a vitória. Muniz Tavares e **Os Mártires** narram, com detalhes, a energia e a rapidez com que agiram. Mas não tiveram função capital que lhes desse margem a uma influência direta no governo. Pedroso, principalmente, demonstrou, durante todo o regime revolucionário, ser o único de atitudes resolutas. A sua falta de sentimentalismo talvez o tivesse levado a impedir o célebre desmoronamento da República. Muniz Tavares vitupera-lhe os fuzilamentos que ordenou, sem conhecimento nem apoio do governo. Mas não se podia agir com benevolência em plena rebelião, sobretudo quando se tinha em frente um adversário impiedoso que usava dos meios repressivos mais abjetos. O momento pedia firmeza e atos de força. O próprio Tollenare, de ânimo tão pouco revolucionário, sentindo a instabilidade da situação resultante da falta de vigor de seus membros, chegou a dizer: "Aqui são precisas baionetas".¹

Em verdade, a violência bem dosada teria sido um fator eficiente para a consolidação do novo sistema político. A brandura

⁽¹⁾ Tollenare, **Notas Dominicais**, 194. Bahia, Progresso, 1956.

exagerada e o espírito de intensa fraternidade demonstrados pelos revolucionários foram elementos para a sua queda. A proclamação elaborada por Miguelinho e os atos do governo extinguindo as separações entre portugueses e brasileiros são, inegavelmente, belos documentos de amor ao próximo e de espírito cristão. Mas impróprios para uma revolução que quer vencer um inimigo que não perdoa. À violência dos processos portugueses, só também a violência. O exemplo da cruel e grosseira repressão da Inconfidência Mineira era bem recente. Ao rude livro 5º das Ordenações, só rudeza idêntica. Os revolucionários conheciam a draconiana legislação vigente, sabiam, perfeitamente, qual o fim que os esperava se fracassassem, mormente havendo entre eles juristas como José Luís de Mendonça e Antônio Carlos.

Um dos primeiros e graves erros cometidos pela Revolução foi a dispensa das tropas que, do interior, acorreram em auxílio do movimento. Erro proveniente do espectro das intencões à 18 Brumário. Como diz Muniz Tavares, "reter essa gente, e quanto mais fosse possível, para formar novos batalhões destros e aguerridos, era sem contradição o primeiro e mais importante dever dos que achavam-se à testa do governo".²

Outra falha foi a extinção de vários impostos, num movimento em que, por causa da guerra, as despesas iam, naturalmente, necessitar de um erário repleto e o nosso não primava pela abastança, porquanto, como diz o autor da **Idéia geral de Pernambuco em 1817**, "de todos os erários era o de Pernambuco que menos tempo tinha para descansar: os saques e ressaques da Corte, e de outros erários eram quase quotidianos".

Os chefes do poder, pelo seu excesso de brandura, incidiam naquilo que é um sintoma lamentável para todos os governos, especialmente para os de época de transição: dar a impressão de falta de energia e concomitantemente de força. Necessitando de armas e munições os governadores lançaram uma proclamação concitando os seus possuidores a vendê-las "pelo preço que a justiça dita". Muitos ocultaram-nas, outros negociaram-nas, mas por preço exorbitante. Os dirigentes aqiseceram, tendo reconhecido "o mau ânimo sem puní-lo". O mesmo aconteceu com a compra da embarcação Carvalho 5º. Quando não bastava mais do que a requisitar em bem do interesse público. Dando assim uma demonstração de vigor, sem onerar o tesouro.

(2) Moniz Tavares, **Hist. da Rev. de 1817**, CXVI. Recife, 1917.

A imprevidência demonstrada para com certas questões foi espantosa. Nomeou-se comandante da pequena esquadra organizada um agricultor, Luís Francisco de Paula Cavalcanti, que não entendia absolutamente do ofício. Os oficiais suspeitos pela sua dubiedade continuaram a comandar expedições importantes, como José Mariano enviado contra Pau d'Alho, e o citado Luís Francisco de Paula, retirado da esquadra talvez pela atitude pouco entusiasta e mandado contra o foco realista de Santo Antão.

O espírito de confraternidade, sem encontrar correspondência nos adversários, foi um mal de tristes conseqüências, pois deu margem aos elementos reinóis prepararem a contra-revolução sem nenhum entrave. E enquanto predominava o princípio de que "o realista que continha-se nos deveres de homem honesto não era inquietado", que fizeram os portugueses vencedores? Praticaram as mais hediondas barbaridades. Durante a campanha militar agiram com requintes que causariam admiração aos hunos. Bastando citar o caso do filho do Suassuna, caído em combate, a que "os canibais realistas profanaram depois de morto, sendo achado despido, com o pênis cortado e metido na boca".³

Depois da vitória, o açodamento em matar foi intenso. O Conde dos Arcos alijou diversos em processo sumaríssimo a ponto de, referindo-se ao caso do deão Portugal recomendado à beneficência régia, ter a comissão confessado que os tais documentos "talvez minorem o seu crime", mas os juízes não os podem avaliar "pela brevidade da sentença". Como se explica esta rapidez, quando estava em jogo a vida humana?! Como se explica que nem provas importantes pudessem ser analisadas pela precariedade de tempo!... É que havia somente a ânsia de matar. De transformar o julgamento em assassinio legal. O brado de revolta de José Luís de Mendonça é bem explicativo do espírito do tribunal: "60 réus de pena última tenho livrado da forca sem alegar um só fato, que tivesse meio peso dos meus embargos".

Razões jurídicas não pesavam para os carniceiros do Conde dos Arcos. Nem é de admirar quando D. Marcos de Noronha, na sua célebre proclamação aos pernambucanos, ameaça de "arrasar a cidade e passar tudo a espada" e avisa que, quanto aos chefes do movimento, "é lícito atirar-lhes à espingarda como a lobos". Aliás, as suas proclamações

⁽³⁾ Martins, *Os mártires pernambucanos*, 17

são gozadas. Chama numa D. João VI de "o mais querido dos reis" e diz, mostrando os seus conhecimentozinhos mal empregados de história, "que cada soldado da Bahia será um Cipião". Na segunda, depois de denominar os **condottieri** revolucionários de ridículos, (será uma autoconfissão?) tem a jocosa coragem de dizer: "eu vos asseguro debaixo da minha palavra de honra que os Estados Unidos, e todas as mais nações do Universo desprezam o patriota Martins e seus infames colegas". A palavra do Conde era jogada com muita facilidade... Fazer afirmativas deste peso só de um louco ou de um indivíduo que não preza a sua dignidade...

No Recife a situação ainda era pior. D. Marcos matava por dever cortesão, como frisa Oliveira Lima. Luís do Rego é mais perverso. Aprecia a crueldade exibicionista. Com mutilações. Com cabeças e mãos pregadas. Como aconteceu com os mártires que foram enforcados em Recife. E até com o suicida Padre João Ribeiro. Fato tão abjeto que repugnou o próprio Tollenare, a ponto de dizer: "Posso acaso impedir que o meu coração se confranja ao lançar um último olhar sobre a cabeça desfigurada do infeliz Padre João Ribeiro, que permanece exposta na Praça do Comércio?"⁴ E que foi também objeto da crítica do Rev, Daniel P. Kidder: "Para eterna infâmia dos portugueses a cabeça sangrenta deste homem (João Ribeiro) foi passeada pelas ruas na extremidade duma lança".⁵ E só foi retirada da Praça do Comércio devido ao espírito humanitário de outro estrangeiro, o francês Naudin.

Luís do Rego isentou da sua ação selvagem somente o implicado Monteiro da Franca, "que comprou o seu perdão. Preso na Paraíba, foi acompanhado por sua mulher, que incansável pôde a muito dinheiro subornar um amigo do general; não tendo porém nada a alegar em sua defesa perguntou-lhe este protetor se nunca por qualquer maneira havia falado bem do rei. Então Franca disse em tempo haver feito uma ode". A sentença recomendava-o ao rei por "concorrerem nele várias circunstâncias atendíveis". O dinheiro tem muita força chegando a arranjar "circunstâncias atendíveis", na composição de uma vaga ode.

Para uma repressão desta tinha concorrido uma ação plena de bondade. A Revolução de 17 não possuiu o seu Terror. Os desmandos

⁽⁴⁾ Tollenare, op. cit., 272.

⁽⁵⁾ Kidder, D. P., *Reminiscências de viagem...* II, 86. São Paulo, Martins, 1943.

praticados pela massa nos dias iniciais mostraram-se insignificantes em confronto com situações idênticas em outras revoluções e foram prontamente contidos. Como diz Gilberto Freyre, "a revolução de 1817 parece-nos permanecer em nossa história política 'a única digna desse nome', na frase de Oliveira Lima; é, sem dúvida aquela que se revestiu menos de caráter de pura desordem propícia ao saque, ou menos sofreu da deformação de fins políticos ou ideológicos".⁶

Imitou o movimento francês de 89 apenas nos ideais democráticos, mas não nos seus exageros. Não teve Marat, nem Robespierre⁷. Conheceu somente a figura serena de Condorcet. Não teve o sentido de mera desordem. Nem de simples manifestação de tendência destruidora. Foi pelo contrário "a mais espontânea, a menos desorganizada e a mais simpática das nossas numerosas revoluções".

A falta de energia disciplinada e o excesso de idealismo dos seus dirigentes levaram-na ao fracasso. Em uma ocasião que exigia atitudes decisivas e firmes somente apresentaram-se sentimentos angélicos de suavidade para com os adversários. Atitudes que impossibilitassem as tentativas reacionárias e preparassem elementos militares à defesa e à propagação dos princípios revolucionários. Como aconteceu na França da Convenção espalhando suas idéias por intermédio dos exércitos republicanos. Mas não houve em 1817 um Carnot. Não tiveram um "pai da vitória". Que organizasse militarmente a República. Que evitasse a sua derrocaba. Que batesse as desordenadas e exaustas forças de Cogominho. Os chefes insurgentes não possuíam a atividade dos frios revolucionários. Não tinham aquela visão calculada dos empreiteiros de revoluções. Preferiam antes cuidar dos encargos da administração e discutir direito público. E pregar pensamentos cristãos de amor ao próximo. Se tivessem fuzilado alguns sabotadores da revolta, seguindo assim a política preconizada por Pedrosa e por Antônio Henriques, não teriam contemplado o desmoronamento rápido do sistema político que criaram. O caráter de fraternidade e de brandura do movimento é reconhecido até pelos seus inimigos. Luís do Rego diz em carta ao ministro Tomás Antônio: "pela

⁽⁶⁾ Freyre, G. - Casa Grande e Senzala, 165-166.

⁽⁷⁾ Houve quem comparasse Manuel Pereira Caldas com Robespierre, segundo refere o padre Dias Martins (**Os mártires pernambucanos**, 59). Mas as medidas preconizadas pelo conselheiro do governo provisório estão muito longe das do terrível convencional. Só a mania das comparações históricas justifica o paralelismo.

conduta que teve o chamado Governo Provisório, tanto a respeito do povo como a respeito dos cofres, bem se vê que todos foram mais criminosos que perversos. É alguma cousa não ter sido morto um só homem por ordem do governo rebelde, porque os únicos que foram fuzilados, foi arbitrio do Pedroso, e só deu parte ao governo depois da execução. Também diz Varnhagen: "é justiça que convém fazer-se ao seu intruso governo: não foi sanguinário".

A abnegação dos revolucionários de 17, o seu desprendimento, a sua renúncia que os faziam recusar qualquer remuneração pecuniária, até mesmo a "avultada soma que outrora legamente recebiam os capitães-generais", a sua honestidade restituindo os cofres públicos intactos aos vencedores, num momento em que as incertezas da fuga requeriam dinheiro, são exemplos do espírito elevado daquela geração que sonhou com um Brasil livre e republicano. Geração que continuava o sentido dos nossos ancestrais. Que era a tradição viva do país a manifestar-se. Que era a reação contra as tendências deturpadoras do sistema bragantino. Que era o brado da nossa História contra os regimes exóticos. Geração idealista e sacrificada. Que teria conduzido o Brasil na trilha do seu destino histórico. Passados tantos anos da sonhadora tentativa de 1817, nós que pertencemos também a uma geração inquieta e angustiada, nós que contemplamos tantas transformações, tantos choques ideológicos no mundo agitado dos nossos dias, devemos voltar-nos para aqueles moços entusiastas que morreram de "morte natural cruelmente", segundo o laconismo bárbaro do Livro 5, tit. 6, § 9 das **Ordenações**, sentindo toda a grandeza do seu sacrifício e a necessidade de manter bem alto o espírito de brasilidade expresso na concepção política pela qual eles padeceram.

(A **Revolução de 1817**, pp. 129-137. Rio de Janeiro, José Olympio/Recife, Fundarte, 1985).

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

330. EVOCAÇÃO PLENA DE SENTIDO HUMANO

Por ter sido muito seu amigo, conhecendo-o bem em todos os múltiplos aspectos de sua personalidade, ninguém melhor que João de Scantimburgo para evocar João Fernando de Almeida Prado, como o fez numa das últimas sessões da Academia Paulista de Letras, a propósito de seu centenário. Lembrou-o não apenas como escritor e especialmente como historiador, mas igualmente como homem de sociedade que marcou a vida paulistana com suas famosas reuniões da "Pensão Humaitá" (do nome da rua em que viveu boa parte de sua vida), que, por muitos anos, constituíram um dos pontos mais altos da vida social e cultural da capital paulista. Recordou, inclusive, as figuras mais expressivas que compareciam a essas tertúlias onde imperavam a distinção, o bom-gosto, a cultura e, por assim dizer, o sentido pleno de um legítimo paulistanismo.

"Yan" de Almeida Prado (como era mais conhecido) deixou, como historiador, uma obra significativa, indispensável para o estudo da formação da nacionalidade brasileira. Seu primeiro livro (na seara da História, pois antes se iniciara na ficção, com dois ou três romances), intitulado **Primeiros povoadores do Brasil** (1935) foi preparado para o

curso que deveria ministrar na antiga Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, mas que, por motivos que ignoro, não chegou a ser ministrado.

Aos **Primeiros povoadores** seguiram-se quatro obras altamente significativas para o conhecimento do Brasil em seu período de formação: **Pernambuco e as capitanias do Norte** (1941), **A Bahia e as capitanias do Centro** (1945), **São Vicente e as capitanias do Sul** (1961) e **A conquista da Paraíba** (1964), todas integrando a preciosa coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional.

Além desse vasto painel dos primeiros tempos do Brasil, devemos a Yan a divulgação da obra pictórica de Tomás Ender, pintor austríaco que esteve em nosso país na época de D. João VI. A Tomás Ender e sua época, dedicou dois valiosos livros: **Tomás Ender, pintor austríaco na Corte de D. João VI** (1955) e **D. João VI e o início da classe dirigente no Brasil** (1968).

Devemos-lhe, ainda, **O Brasil e o colonialismo europeu** (1956). **Bandeiras** e dois volumes sobre o pintor francês Jean Baptiste Debret, cuja obra pictórica - sabem-no todos - é de suma importância para o conhecimento da vida brasileira do início do século passado. O primeiro, intitulado simplesmente **Jean-Baptiste Debret** (1973), teve por objetivo precípua divulgar uma série de estampas inéditas do pintor, enquanto que no segundo (que o autor não chegou a ver publicado), traçou Yan o mais bem elaborado estudo já feito entre nós sobre Debret, particularmente sua influência na vida artística brasileira. Obra indispensável para o conhecimento do meio cultural, sobretudo artístico, da capital do Império, como importante para que se conheça também a vida do grande artista na Europa (coisa pouco sabida) antes de sua vinda para o Brasil.

Toda a sua obra histórica, com exceção apenas de **Bandeiras**, encontra-se publicada na coleção "Brasiliana", da qual Yan se tornou o autor mais freqüente, com dez títulos.

O historiador acabou eclipsando o ficcionista, mas João de Scantimburgo salientou, em sua conferência, esse outro aspecto de sua atividade intelectual, hoje pouco lembrada, inclusive seu relacionamento com a "Semana de Arte Moderna", de 1922.

Dessa maneira feliz comemorou a Academia Paulista de Letras o centenário de um dos seus mais ilustres membros, embora nela

tenha permanecido pouco tempo, pois, ao ser eleito em 1985 já não eram satisfatórias suas condições de saúde. Mas a lembrança dele permanece viva entre os seus confrades. (8-8-1998)

*

331. POR QUE NÃO UM OUTRO "LIVRO DO CENTENÁRIO"?

Em 1900, com o caráter comemorativo do quarto centenário do descobrimento do Brasil, publicou-se no Rio de Janeiro uma extensa e valiosa obra, em quatro alentados volumes, intitulada simplesmente **Livro do Centenário**. O título tem levado muita gente a pensar, sem atentar para a data, que se trata do centenário da Independência, comemorado em 1922. De fato, a palavra "centenário", desacompanhada de qualquer indicação de ordem numérica, leva sempre a pensar que se trata do primeiro. A mesma coisa ocorreu com valioso livro do historiador Rocha Pombo sobre o Paraná, aliás seu Estado natal, intitulado simplesmente **O Paraná no centenário**. Só folheando-o é que o leitor vai saber a que centenário se refere.

Mas, em que pese este pequeno reparo de ordem bibliográfica, a verdade é que o chamado **Livro do Centenário** tornou-se uma das obras de referência mais importantes da bibliografia histórica brasileira. Promovida e publicada sob os auspícios da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, totaliza a obra quase duas mil páginas, com numeração distinta para cada seção do livro, num total de quatorze, atendendo ao propósito de "dar a conhecer as riquezas naturais do Brasil e o seu progresso em todos os ramos da atividade humana", e ainda "assentar um marco imorredouro na estrada de nossa existência nacional, marco que assinale o esforço heróico do passado e ao mesmo tempo sirva de estímulo às gerações futuras".

Colaboraram no **Livro do Centenário** expressivas figuras da cultura brasileira, a saber: Capistrano de Abreu, Oliveira Lima e Moreira de Azevedo (Descobrimento do Brasil e sua evolução no século XVI),

Padre Júlio Maria (Catolicismo), Silvio Romero (Literatura), José Veríssimo (Ensino e Imprensa), Coelho Neto (Belas Artes), José Eduardo Teixeira de Sousa e Agostinho José de Sousa Lima (Ciências médico-farmacêuticas), José Carlos Rodrigues (Religiões não-católicas), Clovis Bevilacqua e Gregório Taumaturgo de Azevedo (Relações exteriores), Júlio de Barros Raja Gabaglia (Direito), Antônio Olinto dos Santos Pires (Mineração), Paula Freitas (Viação e Obras Públicas) e Moura Brasil (Agricultura).

Algumas das contribuições enumeradas tornaram-se clássicas em nossa bibliografia. Assim, as monografias de Capistrano de Abreu sobre o descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI, a de José Carlos Rodrigues, sobre as religiões não-católicas e a de Silvio Romero sobre Literatura, entre outras. O último volume foi quase todo consagrado ao programa e descrição das festividades comemorativas da efeméride quadricentenária de 1900. Não tendo sido reeditado, tornou-se o **Livro do Centenário** preciosa raridade bibliográfica, de difícil acesso e que poucas bibliotecas possuem.

Retomo a pergunta com que iniciei esta nota. Estamos às vésperas de um outro centenário visando ao mesmo objetivo, isto é comemorar o descobrimento de nosso País. Bem que algumas das muitas entidades existentes nas áreas diversas poderiam promover trabalho semelhante, visando a um "balanço" do que poderia interessar para o melhor conhecimento do Brasil. Instituições não faltam, como não falta gente capaz de tal empreendimento, dentro de uma metodologia e de preocupações modernas e que possam interessar às gerações atuais como o de 1900 representou para o seu tempo. (26-9-1998)

*

332. A PROPÓSITO DO QUARTO CENTENÁRIO BENEDITINO

O historiador Afonso de Taunay foi sempre muito ligado aos beneditinos desde a infância, conforme relata no prefácio ao livro que

publicou sobre a Ordem de São Bento, na capital paulista. Freqüentou seu mosteiro no Rio de Janeiro e, vindo para São Paulo, uma de suas primeiras atividades foi lecionar no ginásio por eles fundado, no começo do século. Quando, por inspiração do Abade Sentroul, fundou-se a Faculdade de Filosofia e Letras, primeira instituição desse gênero a criar-se no Brasil, Taunay integrou seu corpo docente como professor de História, cabendo-lhe proferir ali uma admirável lição sobre a crítica histórica, das primeiras certamente a serem elaboradas no Brasil e que bem mereceria reedição, pois muito nela teriam a aprender os professores e historiadores de hoje.

Ninguém mais indicado, pois, para escrever a história dos beneditinos em São Paulo e mesmo no Brasil. E neste ano, em que se comemora o quarto centenário da atuação beneditina na capital paulista, creio de justiça recordar a obra de seu primeiro historiador. Foi pena que o livro publicado em 1927 não tivesse tido prosseguimento, pois alcança apenas até o ano de 1772.

Convidado a escrevê-lo pelo abade D. Miguel Kruse, o livro teve o caráter comemorativo do centenário da bula "Inter gravissimas curas", de Leão XII, de 17 de julho de 1827, pela qual se criou a Congregação Brasileira da Ordem de São Bento. Do prefácio, vale destacar este trecho:

"Convidado a realizar este honroso trabalho, vi logo quanto me seria o tempo escasso para abranger os três séculos da vida do mosteiro quinhentista. Tem ele vultuoso arquivo cuja leitura me obrigaria a longos e aturados esforços, tanto mais quanto encerra muita coisa e de muito penosa perscrutação. As incumbências que me pesam por parte do governo do Estado e da Câmara Municipal e de que tanto me ufano, aliás, poucos lazeres me deixam. (Referia-se Taunay às pesquisas que vinha realizando sobre a história da cidade de São Paulo, das quais resultaram mais de dez volumes). E como fosse o prazo curto tive muito de restringir o quadro desta obra". Assim, seus vinte e nove capítulos abrangem só até o ano de 1772.

Infelizmente Taunay não teve condições de retomar o tema beneditino nas suas pesquisas. A história da cidade de São Paulo, a história das bandeiras e, depois, a história do café, absorveram-no o

tempo todo na realização da vastíssima obra que nos legou e que não chegou a terminar, pois a crônica da urbe paulistana não passou de meados do século passado.

O Mosteiro de São Bento está intimamente ligado à história da cidade. Fundado por Frei Mauro Teixeira, vindo da Bahia especialmente com esse objetivo, foi edificado em local onde outrora residira o cacique Tibiriça.

A pequena igreja então existente serviu de asilo a Amador Bueno da Ribeira quando fugiu do povo que o queria aclamar "rei de São Paulo", em abril de 1641. O episódio vem narrado, com todos os promenores pelo historiador beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus em suas **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**, um dos poucos livros de autor brasileiro publicado na época (1797).

A outro paulista insigne, Fernão Dias Pais, está vinculada a obra beneditina em São Paulo, pois a ele se deve o patrocínio para a construção de um novo templo, em 1650, que serviu até à inauguração do conjunto monumental de hoje, que data de 1922 e que constituiu sempre um "cartão de visita" da capital paulista. (15-8-1998).

*

333. A PROPÓSITO DE SÉRGIO MILLIET NO SEU CENTENÁRIO

Inegavelmente Sérgio Milliet (1898-1966) foi uma das maiores expressões da cultura brasileira deste século. Não é sem propósito que o transcurso de seu centenário vem sendo assinalado pelas mais variadas manifestações tendentes a recordar a obra vasta e variada que ele nos legou, sobretudo como crítico e ensaísta. Mas também como poeta, que foi por onde começou, e como pintor, que se tornou nos últimos anos.

Após alguns anos vividos na Suíça, radicou-se definitivamente em São Paulo, aliás sua cidade natal, com intensa participação em numerosas atividades que marcaram a vida da capital paulistana de seu tempo. E em várias dessas atividades - no Departamento de Cultura da

Municipalidade e na Biblioteca Municipal (a "Mário de Andrade" de hoje), de que foi diretor, tive o privilégio de alguns contatos com ele e sempre fidalgamente atendido. Mas se meus contatos com ele foram esparsos, posso me gabar de um razoável conhecimento de sua obra.

Não tive oportunidade de comparecer à conferência que sobre ele proferiu minha preclara congreira Ana Maria Martins, na Academia Paulista de Letras. Mas sabendo de seu relacionamento (seu e de seu esposo, o saudoso Luís Martins) com Sérgio Milliet posso avaliar o que ela deve ter representado como subsídio para um conhecimento sincero, não só do escritor, mas principalmente do grande ser humano que ele soube ser.

Do muito que publicou destaca-se sobremaneira a série intitulada **Diário Crítico**, em dez volumes, editados entre 1944 e 1959, obra indispensável para o conhecimento da evolução do modernismo, e notadamente da poesia dessa fase, e que constitui, no dizer de Mário da Silva Brito, "vasto painel que documenta as idéias, os livros e os autores do período que abrange".

A historiografia não foi área de muita freqüência na obra de Sérgio Millet. Mas, deixou um livro, pequeno no tamanho, porém grande na importância, que é **Roteiro do Café**, publicado originalmente em 1938 e reeditado alguns anos depois com o acréscimo de novos escritos, donde justificar-se o novo título que lhe foi dado: **Roteiro do Café e outros ensaios**. Estes "outros ensaios" abordam também temas de interesse para a história de São Paulo.

De **Roteiro do Café** ninguém melhor o diz que o próprio autor: "A passagem do café pelo Estado de São Paulo, com suas repercussões sobre a situação demográfica das zonas percorridas, constitui, sem dúvida, um dos estudos mais curiosos e importantes da história econômica Paulista. Durante mais de um século o panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em torno do 'ouro verde', dele tudo emana e a ele tudo se destina: homens, animais, máquinas. A terra cansada que ele abandona se despoeva, empobrece, definha; a terra virgem que ele deflora logo se emprenha de vida ativa, enriquece,

progride. O fenômeno é visível a olho nu. Não é necessário ser historiador, economista ou sociólogo para observá-lo. E talvez por isso, por ser-nos tão familiar, não desperte interesse dos nossos estudiosos".

Roteiro do Café foi o ponto de partida do meu **Café e Ferrovias** e, de certa maneira, o seu "motivo-condutor": a periodização de Sérgio Milliet foi a que eu adotei para o estudo da correlação café-ferrovias em São Paulo.

Finalmente, um aspecto não menos importante da obra de Sérgio Milliet: sua extraordinária capacidade como tradutor, especialmente de velhos textos franceses escritos sobre o Brasil, como os de Jean de Léry, Claude d'Abbeville e Debret. Pertenceu Sérgio Milliet à Academia Paulista de Letras, na qual ocupou a cadeira que tem Varnhagen como patrono e na qual foi sucedido por Péricles Eugênio da Silva Ramos, ocupando-a atualmente o cientista Crodowaldo Pavan. (21-11-1998)

ÍNDICES DOS NÚMEROS 168 A 171 **(Ano XXX - 1998)**

168 - janeiro/março - 1-100

169 - abril/junho - 101-202

170 - julho/setembro - 203-312

171 - outubro/dezembro - 313-422

ÍNDICE DE AUTORES

ABREU, Capistrano de - São Paulo como centro irradiador do povoamento - 189

ANDRADE, Manuel Corrêa de - O legado do Zumbi - 18

ARAÚJO, Antônio de Souza - "Peregrinação pelo Velho Mundo" - 44

AVILA, José Antônio de - São Miguel do Cajuru - 168

AYTAI, Desidério - História da vida de... contada por ele mesmo - 369

AZEVEDO, Aluísio de - Memorial sobre imigração japonesa - 279

BATTISTONI FILHO, Duílio - As origens da circuncisão - 221

BATTISTONI FILHO, Duílio - Monsenhor Salim e o "Centro de Cultura Intelectual" - 113

BATTISTONI FILHO, Duílio - Um fotógrafo brasileiro do Segundo Reinado - 15

BITTENCOURT, B. P. - A agonia de uma cidade - 366

BONIFÁCIO, José - Escravidão criminosa - 392

BRANDÃO, Adelino - Canudos - 353

BRUNO, Ernani Silva - Alguma coisa sobre a escravidão e o negro no Vale do Paraíba - 382

- CALDEIRA, João Ricardo C. - Sérgio Buarque de Holanda, Mestre em Ciências Sociais - 226
- CALDEIRA, João Ricardo C. - Taunay e a História de São Paulo no século XVI - 132
- CALISTO, Rui - Martins Fontes, estudante no Rio de Janeiro - 265
- CAMPOS, Rui Ribeiro de - Cidadãos, mas não cidadãs - 224
- CARDOSO, José Romero - Canudos 20
- CHAMFORT - O exemplo da Revolução Americana - 292
- CHAUDON, Gilberto E. - Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg - 341
- COSTA, Hipólito da - Mudanças que se fazem necessárias no governo do Brasil - 291
- CUNHA, Fernando Whitaker - Intervenção federal em Canudos - 163
- CUNHA, Fernando Whitaker - Prisões inglesas e Metodismo - 350
- DAFFERT, Franz W. - O dever do homem é trabalhar - 54
- DIDEROT - A autoridade política - 393
- ELLIS, Myriam - A propósito de "Outras raízes do Brasil", de Miguel Reale - 128
- GOUVÊA, Fernando Cruz - Notas sobre a vocação marítima de Pernambuco - 23
- LACERDA, Arthur - Repercussão do 15 de novembro - 259
- LA RAVARDIERE - Normas para o início do Maranhão - 71
- LUCAS, Fábio - A "Medicina Teológica" de Melo Franco - 344
- MAGALHÃES, Erasmo - Reflexões sobre a "Arte da Gramática, de Anchieta, 239
- MARIANO, Júlio - Crônica de um cruzeiro - 389
- MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito de Sérgio Milliet no seu centenário - 412
- MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito do quarto centenário beneditino - 410
- MATOS, Odilon Nogueira de - Amaro Quintas - 395
- MATOS, Odilon Nogueira de - Capistrano de Abreu - 182
- MATOS, Odilon Nogueira de - Carlos A. Rizzini - 294

- MATOS, Odilon Nogueira de - Centenário de um compositor brasileiro - 199
- MATOS, Odilon Nogueira de - Evocação plena de sentido humano - 407
- MATOS, Odilon Nogueira de - Franciscô Adolfo de Varnhagen - 74
- MATOS, Odilon Nogueira de - Jesuítas húngaros no Brasil - 205
- MATOS, Odilon Nogueira de - João Sebastião Bach no seu aniversário - 196
- MATOS, Odilon Nogueira de - Mais um pouco de geo-história - 98
- MATOS, Odilon Nogueira de - O santo de hoje - 305
- MATOS, Odilon Nogueira de - O significado de um encíclica - 308
- MATOS, Odilon Nogueira de - Padres na vida política - 310
- MATOS, Odilon Nogueira de - Pequena divagação geo-histórica - 97
- MATOS, Odilon Nogueira de - Por que não um novo "Livro do Centenário" - 409
- MATOS, Odilon Nogueira de - Preciosa contribuição à Anchieta - 198
- MATOS, Odilon Nogueira de - Preservando a memória valeparaibana - 103
- MATOS, Odilon Nogueira de - Tema para um 15 de Novembro - 94
- MATOS, Odilon Nogueira de - Trinta anos! - 3
- MATOS, Odilon Nogueira de - Uma introdução à história do Maranhão - 96
- MATOS, Odilon Nogueira de - Uma ópera sobre a Noite de São Bartolomeu - 315
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vicente Tapajós - 307
- MENEZES, Ulpiano B. de - A problemática do imaginário urbano - 323
- PEREIRA, Sérgio N. - Saber e poder nos Institutos e Sociedades Geográficas no Brasil - 248
- PIRES, Mário - A poesia carcamana de Juó Bananere - 48
- PUPPO, Benedito Barbosa - De Vila à Metrópole - 58
- QUINTAS, Amaro - Causas da derrocada - 398
- REALE, Miguel - Outras raízes do Brasil - 128
- RIBEIRO JÚNIOR, João - As ciências na Roma antiga - 357

- RIBEIRO JÚNIOR, João - Os duzentos anos do fundador da Sociologia - 215
- RIBEIRO JÚNIOR, João - O tarô: obra prima do pensamento analógico - 11
- RICCI, Maria Lúcia S. R. - O "sociliasmo" de Abreu e Lima - 108
- RICCI, Maria Lúcia S. R. - "Tão bom como tão bom": caminho de um Príncipe do Povo no Rio de Janeiro - 9
- RICCI, Maria Lúcia S. R. - Uma fábrica de carapuças - 209
- RICCI, Maria Lúcia S. R. - Uma rua batiza uma revolução: a propósito da "Praieira" - 376
- RIZZINI, Carlos - Combate às instituições anacrônicas - 299
- SALLES, Monteiro - A Escola Corrêa de Melo - 287
- SALVADOR, José Gonçalves - A população cristã-nova de São Paulo - 159
- SANTOS, Armando A. dos - A propósito de um quinto centenário- 231
- SILVA, Leonardo Dantas - A nova edição dos "Diálogos das Grandezas do Brasil - 334
- SILVA, Leonardo Dantas - Recensão do livro "Senhores de engenho judeus em Pernambuco" - 137
- SILVA, Moacir José da - A análise fisiocrática da Revolução Francesa - 142
- TAUNAY, Afonso de E. - João de Laet e a Capitania de São Vicente - 171
- VARNHAGEN, F. Adolfo de - Final do domínio holandês - 83
- WILHELMOSEN, Alexandra - O Antigo Regime - 33
- WITTER, Geraldina P. - Cem anos atuando no ensino superior - 374
- WITTER, Geraldina P. - Publicações científicas em Medicina - 51
- XENOFONTE - Como Ciro entendia a recompensa pelos bons serviços - 180

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

- AZEVEDO, Aluísio de - Memorial sobre a imigração japonesa - 279
 BRUNO, Ernani Silva - Alguma coisa sobre a escravidão e o negro no Vale do Paraíba - 382
 DAFFERT, Franz W. - O dever do homem é trabalhar - 54
 TAUNAY, Afonso de E. - João de Laet e a Capitania de São Vicente - 171

*

MEMÓRIA CAMPINEIRA

- CENTRO de Ciências, Letras e Artes - 177
 MARIANO, Júlio - Crônica de um velho cruzeiro - 389
 PUPO, Benedito Barbosa - Da Vila à Metrópole - 58
 SALES, Monteiro - A Escola Corrêa de Melo - 287

TEXTOS E SELETAS

- ABREU, Capistrano de - São Paulo como centro irradiador do povoamento - 189
 BONIFÁCIO, José - Escravidão criminosa - 392
 CHAMFORT - O exemplo da Revolução Americana - 292
 COSTA, Hipólito da - Mudanças que se fazem necessárias no governo do Brasil - 291
 DIDEROT - A autoridade política - 393
 LA RAVARDIERE - Normas para o início do Maranhão - 71
 "PAESI NUOVAMENTE RETROVATE" - 179
 PODER TEMPORAL DA IGREJA (O) - 72
 QUINTAS, Amaro - Causas da derrocada - 398

RIZZINI, Carlos - Combate às instituições anacrônicas - 299

VARNHAGEN, F. A. - Final do domínio holandês - 83

XENOFONTE - Como Ciro entendia a recompensa pelos bons serviços - 180

*

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Amaro Quintas - 395

Capistrano de Abreu - 182

Carlos A. Rizzini - 294

Francisco Adolfo de Varnhagen - 74

*

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

A propósito de Sérgio Milliet no seu centenário - 412

A propósito do quarto centenário beneditino - 410

Centenário de um compositor brasileiro - 199

Evocação plena de sentido humano - 407

João Sebastião Bach no seu aniversário - 196

Mais um pouco de geo-história - 98

Padres na vida política - 310

Pequena divagação geo-histórica - 97

Por que não um outro "Livro do Centenário"? - 409

Preciosa contribuição à Anchieta - 195

O santo de hoje - 305
 O significado de uma encíclica - 308
 Tema para um 15 de Novembro - 94
 Uma introdução à História do Maranhão - 96
 Vicente Tapajós - 307

*

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

Agricultura - 54	Medicina - 51, 334
Almeida Prado, Yan de - 407	"Medicina Theológica" - 344
Anchieta - 198, 239	Melo Franco, Francisco de - 344
Antigo Regime - 33	Metodismo - 350
Aytai, Desiderio - 369	Meyerbeer - 315
Bach, J. S. - 196	Milliet, Sérgio - 412
Bananere, Juò - 48	Música - 196, 315
Bibliografia - 51, 334	NBH - 3
Campinas - 58, 113, 177, 287, 389	Noite de São Bartolomeu - 315
Canudos - 20, 162, 353	Opera - 315
Capistrano de Abreu - 182	Ordem de S. Bento - 410
Catedral de Campinas - 63	Padre Carapuceiro - 209
Centro de Ciências, Letras e Artes - 177	Padres na vida política - 310
Centro de Cultura Intelectual - 113	Palmares - 18
Circuncisão - 221	Pernambuco - 23, 137
Ciro - 180	Pinheiros - 366
Comte, Augusto - 215	Poder temporal da Igreja - 72
Cristãos-novos - 159	Política - 33, 108, 290, 299, 393
Descobrimiento do Brasil - 179, 231, 409	Portugal - 44

- "Diálogos das Grandezas do Brasil" - 334
 Dom Obá - 9
 Domínio holandês - 83
 Ensino - 374
 Escola Correia de Melo - 287
 Escravidão - 392
 Falkenberg, Lúcia - 341
 Fay, Padre - 205
 Ferrez, Marc - 15
 Fotografia - 15
 Geohistória - 97, 98
 Gramática de Anchieta - 239
 Grécia - 224
 História da cidade de São Paulo - 132
 História de São Paulo - 189
 História da ciência - 357
 Holanda, Sérgio Buarque de - 226
 Howard - 350
 Huguenotes - 315
 Imigração japonesa - 279
 Instituto Histórico Brasileiro - 248
 Jesuítas - 205
 Jesuítas húngaros - 205
 Judeus em Pernambuco - 137
 Laet, João de - 171
 Língua tupi-guarani - 239
 Literatura - 48
 "Livro Centenário" - 409
 Maranhão - 71, 96
 Martins Fontes - 265
 "Praieira" - 376
 Prisões inglesas - 350
 Quintas, Amaro - 376, 395
 Quinze de Novembro - 94, 259
 Raízes do Brasil - 124, 128
 República - 94, 259
 "Rerum novarum" - 308
 Revolução americana - 292
 Revolução de 1817 - 399
 Revolução Francesa - 142
 Rizzini, Carlos - 296
 Roma - 357
 Salim, E. J. - 113
 Santo Antônio - 305
 São Miguel do Cajuru - 168
 São Vicente - 171
 Socialismo - 108
 Sociedades geográficas - 248
 Sociologia - 215
 Souza Lima - 199
 Tapajós, Vicente - 307
 Tarô - 11
 Taunay, Afonso de E. - 132
 Teatro S. Carlos - 67
 Urbanismo - 323
 Vale do Paraíba - 103
 Varnhagen - 74
 Wesley, John - 350
 Zumbi - 18

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

